



UFBA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANA LUCIA SANTOS DOS PASSOS

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS NUMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA:
MEMÓRIAS E PAISAGENS**

Salvador
2010

ANA LUCIA SANTOS DOS PASSOS

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS NUMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA:
MEMÓRIAS E PAISAGENS**

Dissertação apresentada ao Mestrado de Geografia,
Instituto de Geociências, Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de
mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos

Salvador- Bahia
2010

P289 Passos, Ana Lucia Santos dos.

Santo Antonio de Jesus numa perspectiva geográfica: memórias e paisagens / Ana Lucia Santos dos Passos. - Salvador, 2010.
150f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2010.

1. Paisagem Urbana – Santo Antonio de Jesus (BA). 2. Memória. 3. Poder.
I. Vasconcelos, Pedro de Almeida. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.5(813.8)

Elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências da
Universidade Federal da Bahia.

ANA LUCIA SANTOS DOS PASSOS

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS NUMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA:
MEMÓRIAS E PAISAGENS**

Dissertação apresentada ao Mestrado de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Pedro de Almeida Vasconcelos
Doutor em Geografia pela University of Ottawa
Universidade Federal da Bahia

Nelson Baltrusis
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo
Universidade Católica do Salvador

Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito
Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal da Bahia

DEDICATÓRIA

Aos meus pais
Arsênia Maria Santos dos Passos
Manoel Ferreira dos Passos
(In Memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Àquele que me permitiu entrar nesta vida para me aperfeiçoar, pelo que me deste e pelo que me dás.

Àqueles que velam por mim na eternidade e se fizeram cúmplices nas longas horas de estudo e escrita.

Aos amigos Antonio Wellington Melo, Aziz Guilherme Passos, Eliete Oliveira, Eliene Dias, Ivia Vidal, Jamile dos Santos, Jeane Soraia Oliveira, Jean Santos, Maria da Conceição dos Santos, Raquel Vieira Garcia, Vanusa que estiveram presentes nos momentos que mais necessitei. Que me estenderam os braços, para me consolar e para oferecer conforto e força para eu seguisse adiante. Como também dispuseram seu tempo e suas habilidades para me ajudar.

A outros tantos (Florinilda Santiago, Joanita, Raimundo e Ricardo Cerqueira, Rita Andrade, Antonio Ramos e Araly) que por mim velavam em suas orações, e abriram suas casas e seus corações para me acolher em Salvador. Meu eterno agradecimento.

A minha irmã Angélica Ferreira Santos e Aluztane Di Lauro pela assistência, consideração e cumplicidade nos dias em Salvador.

Aos entrevistados pela boa vontade, pela contribuição, por se permitirem fazer parte deste trabalho.

A Tau Tourinho pela boa vontade e concessão do seu arquivo pessoal de fotos e jornais.

A Bartolomeu funcionário da UNEB - Campus V pelo auxílio permanente na aquisição de livros e pelo carinho e atenção.

Ao Professor Pedro Vasconcelos pela atenção, paciência, boa vontade, e principalmente pelo respeito a mim dedicado. Serei eternamente grata.

Aos professores Nelson Baltrusis, Cristóvão Brito e Wendel Henrique por terem aceitado participar da banca, pelas contribuições ao projeto e a pesquisa.

A todos os funcionários desta instituição pelo carinho, disponibilidade e presteza, levarei um pouco de cada um comigo: um sorriso, um olhar, a atenção dispensada, um gesto...

Aos colegas de curso que muitas vezes ajudaram a suavizar as dificuldades e sobrecargas do dia a dia.

Agradeço a Deus a dádiva e o privilégio de tê-los na minha caminhada. Que Deus os abencôe e proteja.

Pequenas cidades , grandes saudades ...

Fui passear numa cidade pequena
Tão distante quanto grandes lembranças
Que tenho de pequenas cidades
Que deixaram grandes saudades...
Casas não distanciadas
Grudadas nas calçadas
Assim como as pessoas
Muito mais aconchegadas ...
Pessoas simples e humildes
De vidas descomplicadas
No fim do dia um bate-papo
Com conversas animadas...
Na rua a meninada
Brinca tranquila, sossegada
Nem sequer se preocupa
Com o futuro que lhes aguarda ...
Passa o leiteiro , o verdureiro
O rapaz com a namorada
Ali também tudo passa ...
Só a saudade é poupada!

Mena Moreira

<http://sitedepoesias.com/poesias/5435>

RESUMO

Esta pesquisa traz a análise da configuração urbana de Santo Antônio de Jesus, a partir da ação/articulação da Igreja Católica, dos proprietários de terras e do governo local, explicitando as transformações ocorridas no período de 1930 a 1970, à medida que evidencia a importância que a atividade comercial exerce no crescimento e no desenvolvimento da estrutura urbana. Desta forma busca compreender como estes agentes se inserem como articuladores na produção do espaço trazendo as estratégias que delinearão a expansão, a articulação da malha urbana. A única prescrição, é que esse estudo possibilitasse o reconhecimento da cidade de Santo Antônio de Jesus para fazê-la emergir sobre outro aspecto além do apelo comercial exaltado pela mídia. Assim destaca o papel: dos proprietários das terras urbanas que controlavam grande parte das relações comerciais e políticas em Santo Antônio de Jesus definindo os sentidos da expansão ou a organização da cidade; e da Igreja Católica na formação e organização do centro comercial e na expansão da malha urbana. A combinação de fluxos, devido às estradas e aos transportes foi necessária para desenhar a fluidez regional, como também a intra-urbana, que favoreceram a concentração e o desenvolvimento das relações comerciais e de serviços em Santo Antônio de Jesus. O estudo convergiu para uma associação dos métodos procedimentais histórico, observacional e estatístico baseado em dados primários (leis, decretos, portarias, inventários, atas da Câmara de Vereadores, plantas de edificações registradas na Prefeitura para liberação de Alvará de Licença e fotografias) e dados secundários (obtidos junto ao IBGE, SEI, e material cartográfico). As memórias escritas foram utilizadas principalmente para traçar o desenho da cidade, projetando as casas comerciais, as residências, as áreas de uso comum e os caminhos pela falta de materiais cartográficos. Neste caminho, a formação e organização da cidade estão imbricadas por um jogo de forças que se materializou na capacidade econômica e de articulação política de grupos para tornar o governo local um auxiliar na impulsão da sua vontade, agindo de forma a conduzir ou limitar a expansão da malha urbana e a renovação do centro comercial da cidade. Assim, os atos administrativos assumem, não raro, o caráter de troca de favores e degeneram em descaso com o patrimônio público.

Palavras-chave: paisagem, memória, espaço urbano, cidade

ABSTRACT

This research converges on the analysis of the urban configuration of Santo Antonio de Jesus, from the action / articulation of the Catholic Church, of the landowners and of the local government, besides explaining the transformations occurred in the 1930 to 1970, as it evidences the importance that commercial activity has on the growth and development of the urban structure. This way seeks to understand how these insert as articulators in the production of space bringing the strategies the delineated the expansion, the articulation of the urban area. The only requirement, is that this study would enable the recognition of the city of Santo Antonio de Jesus to make it emerge about other aspects besides the commercial appeal that has been sung and exalted by the media, in addition to emphasize the role of urban landowners who controlled most the part of the commercial and political relations in Santo Antonio de Jesus that defined the directions of the expansion or of the organization of the city; and of the Catholic Church, in the formation and organization of the commercial center and in the expansion of the urban area. The combination of flows, due to roads and transports were necessary to draw the regional flow, as well as intra urban, that facilitated the concentration and the development of the commercial relations of the services in Santo Antonio de Jesus. The study converged to a combination of the methods procedurals historical, observational and statistical based on primary data (laws, decrees, inventories, documents of the City Councilors, plans for buildings registered at the City Hall to permit release of License and photographs) and secondary data (collected by the IBGE, SEI, and cartographic material). The writing memories were mainly utilized to chart the city design, project companies, housing, the common areas and paths for the lack of cartographic materials. In this way, the formation and organization of the city are interlinked by force that materialized in the economic ability and political articulation of groups to become the local government subsidiary in impulse of his will, acting to lead or limit the expansion of urban area and the renovation of the commercial center. Thus the administrative acts often assume the character of an exchange of favors and degenerate into indifference to the public patrimony.

Keywords; landscape, memory, urban space,city

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Malha urbana de Santo Antônio de Jesus.....	14
FIGURA 02 – Regiões Econômicas – Estado da Bahia.....	25
FIGURA 03 - Região Econômica Recôncavo Sul - Bahia.....	29
FIGURA 04 – Malha Urbana e definição de zonas -	36
FIGURA 05 – Extensão aproximada do Sítio do Padre Bento.....	47
FIGURA 06 – Praça Padre Matheus – Santo Antônio de Jesus	49
FIGURA 07 - Paisagem da Rua Ruy Barbosa - Entre 1920 e 1930.....	75
FIGURA 08 - População - Municípios Selecionados - Recôncavo Sul — 1907.....	77
FIGURA 09 - Estação Ferroviária de Santo Antônio de Jesus – Década de 1970.....	82
FIGURA 10 - Feira Livre - Praça Padre Matheus – Santo Antônio de Jesus/ 1940.....	90
FIGURA 11- Processo de Expansão da Malha Urbana de Santo Antônio de Jesus 1940-1980.....	97
FIGURA 12- População Urbana – Mun. Selecionados- Recôncavo Sul-1960.....	106
FIGURA 13 - Crescimento Populacional - Mun. Selecionados - Recôncavo Sul – 1960/1970/1985.....	116
FIGURA 14 – Crescimento Populacional - SAJ – 1970-2007	117

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Edificações em Santo Antônio de Jesus - Final Século XIX.....	66
TABELA 02 - Quantidade e Distribuição de Casas de Farinhas, Armazéns de Café e Fumo – Santo Antônio de Jesus – 1900 – 1902	70
TABELA 03 – Indústrias e Profissões - Santo Antônio de Jesus 1900 – 1902.....	74
TABELA 04 - Atividades Econômicas e Pessoal Ocupado - Municípios Selecionados - Recôncavo Sul – 1940	105
TABELA 05 - Serviços (Nº de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado) Municípios Selecionados – Recôncavo Sul – 1960	110
TABELA 06 - Estabelecimentos Comerciais e Mão de Obra - 1960, 1970, 1975, 1980.....	111
TABELA 07 – Número de Empresas e Pessoal Ocupado – Santo Antônio de Jesus 2008	119

SUMÁRIO

UMA CONFLUÊNCIA DE CAMINHOS	12
Do olhar à razão, trajetórias construídas.....	17
1. TEMPO E ESPAÇO EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL (SÉCULO XVI – SÉCULO XIX).....	24
1.1 Navegando rios acima e ou caminhando mata a dentro: a composição da parte sul do Recôncavo	28
1.2 A Capela do Padre Matheus	42
2. A CIDADE DAS FLORES (1891-1930).....	58
2.1 O Estado e o comércio na organização espacial	59
2.2 Por entre flores e cafés a cidade desenhada	71
2.3 Fixando dormentes, definindo bitola : a chegada da ferrovia	79
3. ENTRE CAFÉS E CHARUTOS A ESPACIALIDADE CONSTRUÍDA (1940-1970)..	85
3.1 Dos armazéns de café aos de fumo	86
3.2 As estratégias econômicas e políticas na Cidade das Palmeiras	94
3.2 A “Capital do Recôncavo”.	113
DA CONFLUÊNCIA DOS CAMINHOS ÀS RESPOSTAS	127
FONTES	131
REFERÊNCIAS	134

UMA CONFLUÊNCIA DE CAMINHOS

Duas estradas se bifurcaram no meio da minha vida,
 Ouvi um sábio dizer
 Peguei a estrada menos usada.
 E isso fez toda a diferença cada noite e cada dia.
 Larry Norman

Olhar as cidades de cima¹ implica inicialmente destacá-las como pontos que se projetam numa área com aparentes ligações históricas, econômicas, sociais e políticas pela proximidade física entre os municípios que as abrigam, como também pela conexão de fluxos de bens, pessoas e serviços e pela comunicação facultada pelas rodovias, cuja concretização depende da funcionalidade entre elas. É possível, deste modo, identificar uma estrutura de pontos como indicativo de cidades e suas conexões (rodovias) que lhes serviram e/ou servem, em muitos casos, para estruturá-las no contexto regional.

Na imagem de satélite (*Google Earth*), a cidade de Santo Antônio de Jesus, inicialmente, é apenas um ponto, sobre o qual detemos a atenção, porém sem maior importância, sem grandes expressões, e as interações que ocorrem entre esta e as demais cidades próximas ficam parcialmente ocultas. Direcionando a visão a este ponto, na busca do seu desenho, percebe-se um polígono, apesar das nuvens que a recobrem. A malha urbana aparece em certa medida disforme, contornada pelas rodovias BR 101 e as BAs 026 e 046.

Vasta área rural a envolve, dando a ilusão de insignificância ao núcleo por estabelecer uma relação de proporcionalidade com o entorno. Devido a uma “limitação” na visualização deste ponto, na imagem do satélite, não se vê rodovias, edificações e ruas de forma clara. Por isso, a atenção recaiu neste momento sobre mapas que permitem identificar melhores articulações, pelo traçado da rede viária, pela

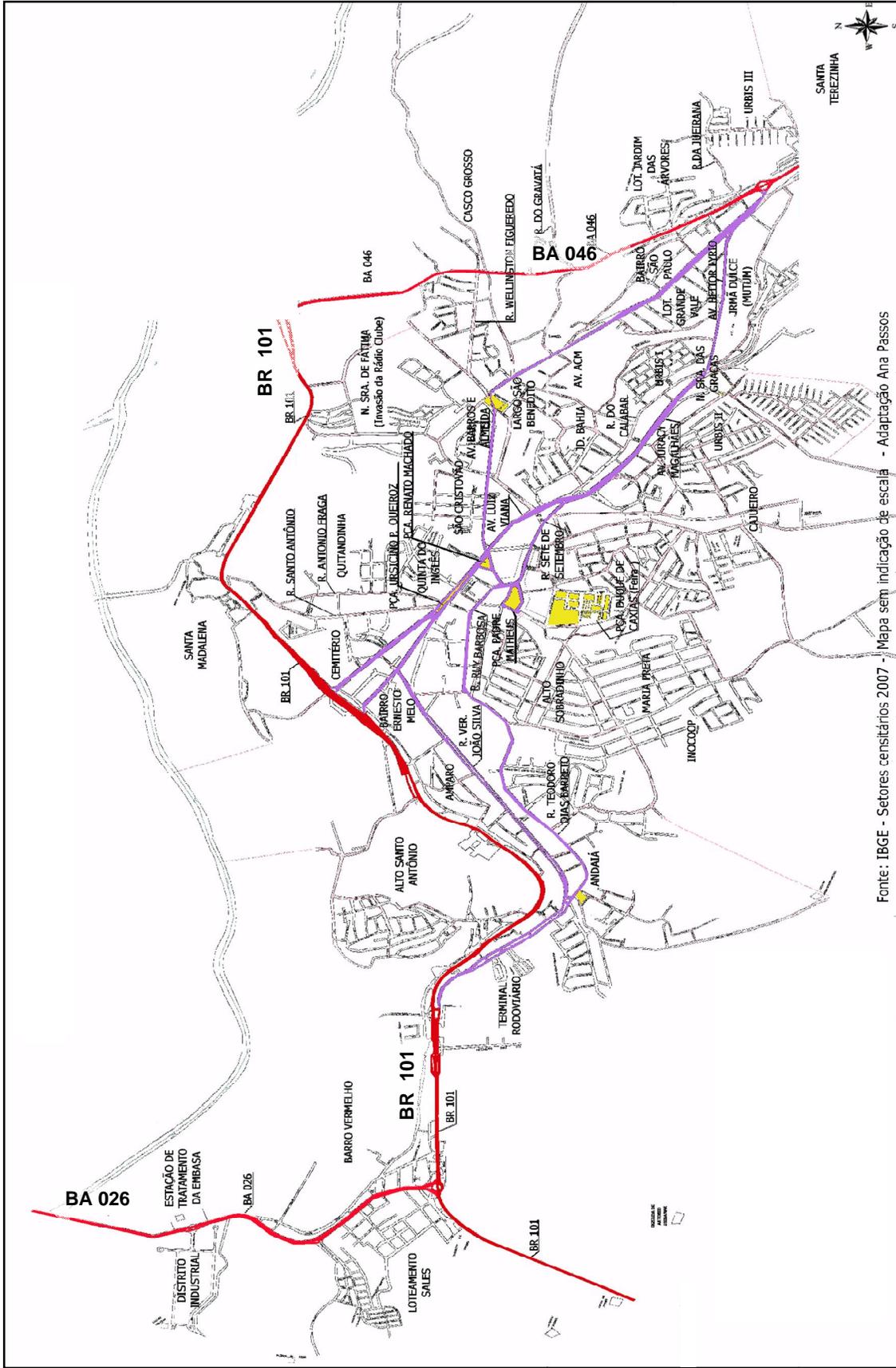
¹ CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos,. In: CORRÊA, R.L.; RESENDAHL, Z (Orgs). Paisagens. Rio de Janeiro:EDUERJ,2004 . p 90-132

visualização de proximidades, principalmente em relação às cidades circunvizinhas, quanto também pela dedução de fluxos a partir da importância da via que a margeia e da facilidade de acesso a essa cidade.

Conquanto, falar de uma estrutura de pontos interligados leva a pensar que existe uma igualdade entre estes. Todavia vale lembrar que nessa estrutura há pontos dominantes e se há uma confluência maior de estradas para um determinado ponto, do que em outros, desaparece a aparente igualdade entre eles. E a cidade de Santo Antonio de Jesus, desde o século XVIII, vem centralizando fluxos, servindo de conexão entre áreas do “sertão de baixo” e do “alto sertão”, firmou-se como pólo de bens e serviços a partir da década de 1970, com a construção da rodovia federal BR 101.

As estratégias e ações para renovação da base produtiva, proporcionado principalmente pelas atividades comerciais e de serviços, associado à localização que facilita a interceptação de fluxos migratórios, a transforma na cidade mais populosa do Recôncavo Sul com 90.949 habitantes, atraindo a população rural tanto deste quanto dos municípios vizinhos. De acordo os dados do IBGE, desde 1970 a taxa de urbanização de Santo Antonio de Jesus vem superando a da Bahia, e se mantinha próxima da taxa brasileira, superando-a a partir de 1991, quando esta atingiu 76,92% e a de Santo Antonio de Jesus 82,20%.

A cidade de Santo Antônio de Jesus está situada no entroncamento rodoviário formado pelas BR 101, BA 046 e BA 026 (Figura 1), interligando o fluxo desta região a outros núcleos urbanos como Salvador, Feira de Santana e Ilhéus. Essa localização às margens destas rodovias que a articula com a BR 324 propiciou a ampliação da sua área de influência, além de contribuir para a concentração de fluxos financeiros decorrentes da venda e revenda de mercadorias e de fluxos migratórios regional e local.



Fonte: IBGE - Setores censitários 2007 - Mapa sem indicação de escala - Adaptação Ana Passos

Figura 1: MALHA URBANA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS
Fonte: IBGE - Setores Censitários 2007- Mapa sem indicação de escala - Adaptação Ana Passos

Logo, para vê-la de frente, expressão utilizada por Murillo Marx, para expressar a leitura horizontal do núcleo urbano, distingue-se quatro acessos principais, considerando a intensidade dos fluxos e a possibilidade de mais conexões externas, a partir dos nós já existentes. Tendo como referência a cidade do Salvador, pela Baía de Todos os Santos, através do terminal marítimo de Bom Despacho ou do Terminal de Mar Grande, integrado às rodovias BA 001, até Nazaré e a BA 046 desta até Santo Antônio de Jesus; ou pela junção das rodovias BR 324 e BR 101 sentido norte, com percurso de 187 Km.

A BA 046 vai ao encontro da BR 101 e redireciona da borda norte aqueles que não desejam cruzar a cidade e sim seguir a leste, sentido Nazaré. Neste trecho, o bairro Santa Terezinha, a URBIS III, a Jueirana, o loteamento Jardim das Árvores, o bairro São Paulo e o Gravatá, é porta para aqueles que vêm pelo litoral. Ao longo da BA 046, comporta algumas fábricas de pré-moldados, de móveis e manipulação de rochas decorativas, e instituições públicas.

Para alí convergem, além do fluxo da BR 101, os provenientes do centro da cidade, através da avenida Antonio Carlos Magalhães, ligação direta ao São Benedito. Ou pelo caminho do Calabar, percurso dos colonizadores, dos mascates e das tropas, que se eternizou na história, sendo reconstruído pela ferrovia e agora pelo asfalto através das avenidas Luiz Viana Filho, Juracy Magalhães e Heitor Lyrio Melo. Segmentos de uma mesma via que segue paralela à avenida ACM até o centro da cidade

Na BR 101, o bairro Santa Madalena se articula com a invasão da Rádio Clube, o Amparo, o Alto Santo Antonio, o Andaiá e o Barro Vermelho, não só enquanto formas contínuas, ou paralelas ao logo da via, estes também oferecem parte da mão de obra utilizada nas oficinas de reparo de automóveis e nas borracharias, possivelmente pela proximidade entre casa e trabalho e pela não exigência de grau de escolaridade.

O bairro Ernesto Melo, conhecido anteriormente como a Coréia, onde oficinas e casas comerciais disputam o espaço e a atenção de motoristas e passageiros indicam a principal entrada da cidade. Ali e em todo o trecho no entorno da BR 101, foram instaladas empresas, que na sua maioria ainda atuam na área automotiva, com

revenda de veículos, consertos e manutenção, ou voltadas para “socorro” ao condutor, como postos de combustíveis, churrascarias e borracharias.

Esse comércio, voltado inicialmente para atender às necessidades do fluxo da referida BR, agora atende também as necessidades desta cidade que possui 29.589 veículos, sendo 12.386 automóveis e 10.474 motos, 2.667 camionetas, 2.000 caminhões, 137 ônibus, e 167 microônibus². Até metade da década de 70, embora com tendência de firmar-se como área especializada automotiva, esse bairro ainda abrigava armazéns de fumo.

A rodovia BR 101, na direção sul, intercepta fluxos vinculado à região de Amargosa através da BA 026 e do vale do Jequiriçá através da BR 420. Nesta direção sobressaem-se fábricas de produtos de limpeza e higiene e o Distrito Industrial na BA 026, no Barro Vermelho. Este é o quarto portal que possibilita Amargosa e às demais cidades sob sua órbita se conectar a Santo Antonio de Jesus. Possui também áreas residenciais que se estende até a conexão com a BA 026, até o entroncamento de Amargosa.

Pelas imagens escritas da paisagem, dos caminhos, dos contornos e feições, no rebordo das zonas norte e oeste que se debruçam sobre as vias BR 101 (sentido norte e sul) e BA 026 (sentido oeste), a cidade de Santo Antonio de Jesus foi se tornando visível ao leitor. Entram em destaque também as rodovias estaduais BAs 001 e 046 para alcançá-la pelo lado leste enquanto amplia a malha de circulação interna em direção ao centro comercial. Este percurso faz também parte da história de ocupação das terras do Recôncavo sul.

Uma das formas de estabelecer relações com o objeto é esboçá-lo por diversos ângulos, para que novos elementos apareçam, ora em similitude ora em descompasso, dependendo do momento da paisagem, de onde se coloca o observador e do aspecto focal em estudo. A cada elemento apresentado o leitor se aproxima cada vez mais do objeto e a visibilidade das relações se processa, como elementos e aspectos que se unem convergindo para uma leitura particular desta paisagem, buscada nas sutilezas de apropriação do lugar, nas articulações dos agentes, e nas manobras de convivência.

² Detran/Informática – Salvador. Junho de 2010

Decerto o meio mais seguro de obviar os inconvenientes que possam advir da descrição, sustentando a impossibilidade de impedir que se dêem, consiste em torná-la plausível. Assim, obediente à vontade de quem observa, a cidade foi se dando a conhecer sob nomes, no interesse da pesquisa, de modo a dar corpo e conexão às idéias entre presente e passado. Tendo sempre em vista, que há um sistema de práticas que interagem, assim “descrição e explicação são inseparáveis³”(SANTOS, 2006, p9). Aqui o que alimenta a descrição é a busca para explicar como o tecido urbano se organiza em função das vias e isto, pressupõe uma organização, um meio para alcançar o objeto.

Do olhar à razão: trajetórias construídas

A cidade de Santo Antonio de Jesus revela intensidades e timbres variados, a sua configuração versa sobre forças que parecem isentar-se do seu papel na constituição e na organização do núcleo dia a após dia. Decorre assim, o fato de a Igreja Católica não haver sido considerada inicialmente no estudo, a não ser como referência de formação da cidade. Entretanto, a pesquisa dá visibilidade e revela que este agente assume papel relevante tanto na origem quanto na organização e expansão da cidade.

Explicada a inserção desse outro agente, cabe evidenciar que o objetivo da pesquisa busca a análise da configuração urbana de Santo Antônio de Jesus, a partir da atuação/articulação da Igreja Católica, proprietários de terras e do Governo local, explicitando as transformações ocorridas no período de 1930 a 1970, à medida que evidencia a importância que a atividade comercial exerce na expansão física da cidade. Advém assim, a dinâmica urbana, a organização espacial e suas interações.

Quanto aos objetivos específicos foram a seu turno apresentados na abertura dos capítulos que a eles correspondem. A análise se desenrola norteada pelas seguintes questões: Em que medida a Igreja Católica e o desenvolvimento do comércio

³ SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo/ razão e emoção. São Paulo: Unesp. 2006. p9

local respondem pela estrutura urbana de Santo Antonio de Jesus? De que maneira a configuração urbana reflete as estratégias e ações dos diferentes agentes econômicos e políticos? Qual o papel do Governo local na estruturação e organização da cidade?

Atingido esse fim, o propósito agora é dar a conhecer o porquê e o como desta pesquisa. Como cada um guarda a sua percepção do espaço, por isso, o alvitre de muitos é que a pavimentação da BR 101 por si só responde pela estrutura da cidade. Sem dúvida, a repercussão obtida chama a atenção, contudo apresentar ou justificar a cidade de Santo Antonio de Jesus como resultado apenas da rodovia BR 101 é uma análise bastante reducionista da realidade, considerando que outras cidades próximas, também às margens da BR 101, não apresentaram os mesmos índices de crescimento.

Esta investigação se diferencia de outros estudos e se apresenta pertinente para compreender como os comerciantes/proprietários de terras e o governo local se inserem como agentes articuladores na produção do espaço e da configuração urbana ao trazer as estratégias que delinearam a formação, expansão e articulação da malha urbana, a formação de territorialidades, assim como as relações de influência nos processos de reorganização econômica e do centro comercial local.

A importância destes aspectos para a compreensão da organização espacial, sem dúvida já a justificaria, uma vez que, segundo o Ministério das Cidades dependendo das atividades estabelecidas, dos padrões culturais e sociais historicamente constituídos, a cidade pode tornar-se um entrave ou um centro de dinamismo econômico para a região que ela polariza. Neste sentido, a compreensão da sua funcionalidade e do seu potencial, se transformam em recursos básicos no planejamento urbano e regional.

Unem-se a justificativa anterior, o entendimento de como as ações dos agentes econômicos e políticos e as relações comerciais pretéritas se disfarçaram na paisagem urbana e como a cidade foi organizada em torno das atividades comerciais e de serviços, secundada pela industrial, uma vez que inexistem estudos que abordem estes aspectos para explicar a prioridade nas relações comerciais e de serviços e as tendências de crescimento da cidade a partir da interação dos agentes. Em síntese é pela compreensão do passado que se projeta o futuro.

Para compreender as relações configuradas nesse espaço, tornaram-se referenciais desta pesquisa: a Paisagem dos Geógrafos⁴, o Nosso chão: do sagrado ao profano⁵ e Cidade no Brasil: Terra de Quem⁶? e Abordagens e concepções de território⁷, As questões metodológicas na geografia urbana histórica⁸ e Por uma economia política da cidade⁹. Estes autores auxiliaram numa maior compreensão das articulações e dos agentes, através da base conceitual de análise em que a paisagem se reporta ao lugar, ao mesmo tempo em que as relações se firmam dando possibilidade de falar de território, quando aparecem de forma consistente e particularizada na paisagem, no movimento de diversificação das atividades produtivas, e ajustam-se às formas e às interações existentes, oferecendo a unidade que a caracteriza.

Uniram-se para compor a paisagem, a experiência de vida de santantonienses, como: Gilberto Néri (Guarda Municipal e sapateiro que trabalha nas Quatro Esquinas há mais de 40 anos), Carlos Ferreira Sobrinho (Funcionário aposentado da Coelba), Gelson Correia de Souza (Chefe de Cadastro da 11ª CIRETRAN e líder comunitário), Antonio Godofredo dos Santos (Mestre de Obras), Martim José Souza (Borracheiro, há quase trinta anos num posto de combustível próximo as Quatro Esquinas), José Santos Vieira (Zeca Vieira, ex-comerciante, ex-vereador de Santo Antonio de Jesus), Maria Tereza de Miranda (Professora da rede estadual de ensino, aposentada), Maria Raimunda dos Santos (Funcionária do arquivo público municipal, ex-gari), Gorgônio Oliveira (Um dos maiores empresários de Santo Antonio de Jesus, sócio em diversas empresas), Ailton José dos Santos (Vereador de Santo Antonio de Jesus pelo PT, foi Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Santo Antonio de Jesus), Augusto Soares da Silva (Feirante de Santo Antonio de Jesus), Arlindo Ambrosio de Souza (Topógrafo, trabalhou na abertura das rodovias BAs 046 e 001), Carlos Reis Agnis (Escritor santantoniense e Presidente da Filarmônica Carlos Gomes), Ivanildo Meira (Técnico em

⁴ CLAVAL,2004.

⁵ MARX, Murillo. Nosso chão: do sagrado ao profano.São Paulo:Edusp Nobel.1989

⁶ MARX, Murillo. Cidade no Brasil: Terra de Quem?. São Paulo: Edusp Nobel.1991.

⁷ SAQUET,Marco A. Abordagens e concepções de território. São Paulo:Expressão popular,2007.

⁸ VASCONCELOS, P.As questões metodológicas na geografia urbana histórica.Geo Textos. Vol 5.nº2. p154-155.Dez/2009.

⁹ SANTOS, M. por uma economia política da cidade.2 ed. São Paulo:Edusp.2009.[1994]

eletrônica), Conceição Barros (Gerente Geral da Comercial de Ferragens São Luis), trabalhadores com permanente atuação na cidade, que fizeram e fazem a Santo Antonio de Jesus de hoje.

Também contribuíram depondo sobre objetos e tempos diversos Fernando Queiroz, Isaías Alves, Luis Campos, Eduardo Almeida, Helio Valadão, Geraldo Pessoa Sales, Márcia Bezerra, Cristina Assis, Hamilton Rodrigues dos Santos, Edilma Quadros, Ana Maria Oliveira, tendo como recurso a própria memória ou pesquisas sistematizadas, resultantes inclusive de conclusão de cursos de pós-graduação.

A reconstrução da história e da expansão da cidade através de mapas e imagens ocorreu pela apropriação de memórias escritas e outras tantas verbalizadas que se fizeram cúmplices para traçar o desenho da cidade projetando os estabelecimentos comerciais, as moradias, as áreas de uso comum, os caminhos, as gentes. As imagens produzidas nessas memórias geraram o cenário do final do século XIX e o da década de 1970, porém atento aos limites impostos pela memória, aos enganos.

O processo de fragmentação da memória e o da seletividade com que guardamos os momentos, induzem a associações nem sempre condizentes com o real. É “[...] uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional¹⁰”. Assim, pela sua própria condição de registro, e de elaboração ela é sempre coletiva.

Na primeira instância a visão cartográfica predominou para deixar aparecer ou firmar, a localização e o traçado, atributos indispensáveis de reconhecimento dos espaços projetados. Assim, a descrição mostra como este está organizado, sem perder de vista o processo histórico, e as influências externas. As leis, decretos e atas foram utilizadas na elaboração de mapas de representação do sentido de expansão da cidade em cada período. As relações e a estrutura econômica passadas que projetaram suas heranças na configuração urbana, transparecem, enquanto o presente se lança em dados atuais, não contrapondo, mas complementando a grafia espacial urbana.

¹⁰ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). Usos e abusos da história oral. 4 edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, P,94

Segue-se então que o “corpo” urbano foi reconstituído não só dos escritos e das memórias, mas sobretudo dos registros oficiais que trazem sobretudo a instalação de equipamentos, testemunhas ocultas e “permanentes”, que demonstram ação e intenção dos produtores do espaço. Abre-se precedentes para a aparição intencional da autora em alguns momentos no texto, vivendo também a reconstrução de paisagens, elementos, e trajetos registrados na memória, dos tempos de meninice na periferia desta cidade, mas consciente que a memória apesar do esforço, pode pregar peças.

Abandonando idéias preconcebidas, a cidade de Santo Antônio de Jesus foi analisada associando investigações documentais e empíricas com dados qualitativos e quantitativos. O estudo convergiu para uma associação dos métodos procedimentais histórico, observacional e estatístico que foram correlacionados às etapas da pesquisa e à construção de um mosaico de ações, que por sua vez, implicaram numa pesquisa exploratória. A técnica como conjunto de processos utilizados na realização da pesquisa envolveu toda a parte prática necessária para que esse estudo se materializasse. Prioritariamente foi feito o levantamento bibliográfico de materiais produzidos sobre a cidade de Santo Antonio de Jesus.

A base da pesquisa documental foi realizada com dados primários, leis, decretos, portarias, inventários, atas da Câmara de Vereadores, plantas de edificações registradas na Prefeitura para liberação de Alvará de Licença, trazendo o registro das transformações ocorridas no centro da cidade quanto a propriedade, transferência, desapropriação, doação e demolição. As fotografias inscrevem a paisagem e suas modificações, identifica e espacializa elementos e ações dos agentes na área urbana. Os dados secundários obtidos junto ao IBGE, SEI, DETRAN, Secretaria de Infraestrutura e Planejamento, material cartográfico para o cruzamento dos dados obtidos na observação direta (assistemática, e sistemática), entrevistas (com moradores, Secretário de Infraestrutura e Planejamento, Superintendência de Trânsito, empresários) e na pesquisa de campo.

As plantas de edificações, leis, decretos e atas permitiram reconstituir o centro da cidade, e a expansão da malha urbana, localizando domínios e assim, analisar as ações que desencadearam algum tipo de conflito entre grupos e deste modo, desvendar o jogo de interesses econômicos e políticos. Permitiu também visualizar as

principais reformas, mudanças e incorporações na cidade. As entrevistas serviram principalmente, para aquisição de informações sobre as empresas existentes e seus proprietários.

Recorrendo à história e as grafias pretéritas da cidade como argumentação da composição e dos arranjos urbanos, o suporte vem através de Pedro Vasconcelos¹¹ quando propõe que o estudo da geografia urbana histórica das cidades brasileiras deve compor quatro etapas:

1) Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos de maior importância para a cidade em exame; 2) Examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis o que ocorreu de mais importante para a cidade e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional, local) podem ter causado impacto direto ou indireto na cidade. 3) Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período em exame; 4) Finalmente, e mais importante para nós, examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência principal a cartografia original (e a iconografia existente), mas complementada pelas informações escritas (inclusive as estatísticas), e de preferência de fontes primárias. A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser examinadas individualmente, segundo os vetores principais de expansão.

Lembrando Febvre quando citado por Le Goff, a história agrupa os fatos passados pelas exigências levantadas no presente, e essa organização define a função social da história. Mas “é em função da vida que ela interroga a morte”¹² para distinguir o real e o imaginário, ou até mesmo para fugir dos exageros, nos fatos que não fomos testemunhas.

Sem sair desse âmbito de idéias, mesmo com a falta de registros cartográficos oficiais que comprovem o desenvolvimento espacial desta cidade, esse encontro de tempos permite ver permanências e transformações na grafia urbana, os acréscimos e substituições na estrutura urbana, os avanços e oscilações da e na cidade, alcançando-a também pelos reflexos das transformações e das modernizações no Recôncavo

¹¹ VASCONCELOS, Pedro A. As questões metodológicas na geografia urbana histórica. *Geo Textos*. Vol 5. n° 2. p 147-157 Dez/2009 p 154-155.

¹² LE GOFF, Jacques. *História. História e Memória*. Campinas: Unicamp. 1994. p 17-165

baiano. Revela também o papel da Igreja na formação e na organização inicial da cidade, assim como o plano de fundo que a envolve.

Por ora limita-se a dizer que a análise da cidade, sancionada pelos interesses da Igreja e combinada aos processos econômicos, se revestiu de uma historicidade que ampliou a extensão da organização do objeto e o revestiu de propriedades que ultrapassam os limites do testemunho dos sentidos, impondo-lhe outro movimento. Foi preciso destacar o papel da Igreja Católica ao reconstituir os caminhos que contribuíram para a formação e expansão da cidade ligando-a a forma de ocupação e à estrutura econômica da região, como também na organização do centro comercial. Este período compreende o intervalo da construção da capela até o final do século XIX. Eis o primeiro capítulo intitulado Tempo e Espaço em Santo Antonio de Jesus: considerações históricas da organização espacial.

A dificuldade estava em indicar como a ação dos agentes explicava a forma da cidade, assim foi elaborado o segundo capítulo, denominado, A Cidade das Flores traçando um esboço da cidade no final do século XIX, entre aromas de café (até a década de 1930) e de fumo (até a década de 1970). Desta forma, vem em mente como esta cidade se organiza, em relação aos processos produtivos, conduzindo aos agentes envolvidos e sua ação no contexto para vivificar a cidade e através de outros agentes, incorporar à manifestação física às relações econômicas. Permite também uma reflexão sobre a ação do Estado na orientação da expansão da malha urbana.

O terceiro capítulo, As Estratégias Econômicas e Políticas na Configuração Urbana, apresenta as grafias da cidade e a espacialidade construída nas relações comerciais e políticas. Os comerciantes aparecem como agentes articuladores que reorganizam e modificam cenário urbano, enquanto explicita a ação e a articulação do Governo local e proprietários de terras urbanas e sua materialização na organização espacial e nos equipamentos públicos.

O quarto capítulo intitulado Da confluência dos caminhos às respostas ressalta as conclusões extraídas dos estudos, documentos encontrados e das ações decorrentes.

1TEMPO E ESPAÇO EM SANTO ANTONIO DE JESUS: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Cidade das flores, quantas coisas tens
 O dinamismo do povo, comunicação também
 Tudo em ti expressa ternura e calor
 Progresso do nosso Recôncavo
 Transmites carinho e amor
 (...)
 Fostes uma capela, hoje tu és grande
 Palmeiras ressaltam tua beleza
 Cidade sorriso, busca confiante,
 Teu comércio exalta tua grandeza.
 (...)

Fragmento do Hino da Cidade de Santo Antônio de Jesus,
 letra e música de Maria de Lourdes Passos Coni

Capela do Padre Matheus, Cidade das Flores, Cidade das Palmeiras, “comércio mais barato da Bahia”, essas são as designações da cidade de Santo Antônio de Jesus em momentos diversos. A Cidade das Flores se associou à das Palmeiras, e a das Palmeiras, propaga hoje a imagem do “comércio mais barato da Bahia”, sendo agora uma estratégia da Associação Comercial de Santo Antônio de Jesus, para ampliação da área de influencia comercial e para intensificar as trocas comerciais com as cidades circunvizinhas, atraindo novos compradores.

Como é exaltado no Hino da cidade, o município de Santo Antônio de Jesus integra a região do Recôncavo Baiano (Figura 2), mais especificamente o Recôncavo Sul. Apresenta assim, processo histórico, político e de ocupação e uso do solo bem característico da região na qual está inserido. Assim é imprescindível, deixá-la aparecer mediante o plano de fundo que a estruturou e que de certa forma ainda a sustenta.

Consciente de que o lugar molda singularidades, mesmo sendo este o depositário final, de um evento¹³, de um movimento ou tendência externa de outras escalas.



Figura 2 - REGIÕES ECONÔMICAS – ESTADO DA BAHIA

Fonte: SEI – 2006 – Adaptação Ana Passos

¹³ SANTOS, 2006

O esboço construído na primeira parte deste texto fez alusão à localização da cidade em relação às vias principais de acesso e esta às forças sociais que ali agiam. Este foi o recurso utilizado para de certa forma “aproximar” a cidade de Santo Antonio de Jesus do leitor. Neste caso, foram delineados os trajetos de chegada à cidade e seus contornos, como precedente para inseri-la nas “matas do sertão de baixo”, sul do Recôncavo, através de suas relações comerciais e de serviços, na região, na medida em que analisa os períodos de evolução do espaço urbano, explicitando sua origem, e a organização territorial da época, as interações espaciais, e as interrelações política, social e econômica.

As relações estabelecidas historicamente com o entorno regional convergiram para uma economia basicamente terciária em Santo Antônio de Jesus, é “a força regional da qual vem se servindo, ao longo do século, como instrumento de ampliação de sua própria força urbana¹⁴”. Desta forma no resgate feito da dinâmica desta sociedade, prevalece em foco a paisagem, que também pode ser apreendida em parte pelo transitar pela cidade, pela posição no espaço e pelo seu conteúdo, cor, textura, estilo, natureza, o todo que a individualiza, como também nas ações dos seus agentes e suas adaptações decorrentes da formação social e dos processos produtivos.

Tudo aquilo que vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem, afirmava Milton Santos, mas esta não se restringe apenas ao visível, tanto que ele próprio complementa “não é formada apenas de volumes, e cores, mas sobretudo de movimentos, odores, sons etc¹⁵”. Traduz-se também, num “conjunto de formas, que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza¹⁶”. Nela encontramos registro de tempos acréscimos e substituições, ou seja, a paisagem se modifica também conforme adaptações nas relações sociais e econômicas.

A importância do visual na paisagem se refletiu por certo tempo na história da geografia, mas este é apenas, mais um recorte, uma forma restrita de ver a paisagem.

¹⁴ SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. 2 ed. São Paulo: Edusp. 2009. p 42

¹⁵ SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec. 1988.. p 20

¹⁶ Idem, 2006. p 83

Limitada inclusive por certo tempo, aos elementos naturais, enquanto as ações humanas ficavam relegadas a papel secundário. Quando a geografia passou a absorver a ação humana como parte do seu objeto de estudo, a realidade objetiva incorporou um sentido de movimento, de forças coexistentes na combinação entre os elementos físicos, biológicos e humanos.

Neste viés, o termo paisagem estava associado a “[...] porções do espaço relativamente amplas que se destacavam visualmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade¹⁷”. O termo, então, sofreu variações de sentido pelo jogo de escalas e pelos critérios de observação, até permitir extrair elementos que dessem pistas da organização social nela contida.

Da limitação do aspecto natural, o conceito passou a explicação da organização social e através do desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação e, por conseguinte da circulação de capitais e mercadorias perde a condição restritiva local para exprimir também as relações econômicas e sua simbologia universalizante, tendo em vista que a paisagem local também é reflexo de ações que ocorrem mundialmente¹⁸. Todavia, com uma outra vertente de análise, a cultural, o conceito se ampliou, ganhou potenciais de mediação entre o mundo das coisas e o da subjetividade humana. Assim a paisagem tornou-se também uma maneira de ver, uma forma de compor o mundo externo conforme a percepção de quem a ver¹⁹.

Por esse ângulo estudar o espaço urbano, enriquece a compreensão da cidade através da construção histórica, desenha territorialidades, e inscreve objetos, na formação de caminhos e até mesmo de descaminhos. É assim que essa análise se deixa conduzir seguindo trilhas e trilhões, estradas e rodovias, por onde circularam e circulam gentes e mercadorias deste e de outros lugares, até chegar ao núcleo, ao lugar, buscando na trajetória a forma de apropriação e de produção do espaço,

¹⁷ HOLZER, Werther. Paisagem Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (org). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p 151

¹⁸ YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. p.11-27

¹⁹ COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. pp 98-99

colocando-a em consonância com as ações dos agentes que ajudaram a desenvolver a sua escrita.

1.1 Navegando rios acima e ou caminhando mata a dentro: a composição da parte sul do Recôncavo

O plano de fundo sobre o qual aparece e se projeta Santo Antônio de Jesus, como já indicado, é a parte sul do Recôncavo, que irá aos poucos se desvelando, “[...] *no navegar rio acima, ou no caminhar mata, a dentro[...]*”, nas palavras de Fernando Queiroz²⁰, e ou então, na composição do lugar efetuada pelas imagens cartográficas, pelas representações trazidas pela literatura, pelas idas e vindas na exploração individualizada na região. A palavra Recôncavo designa “[...] a terra em redor de uma baía”; aqui no Brasil, remete às terras que circundam a Baía de Todos os Santos²¹.

Localizado entre os paralelos 12°23’ e 13°24’S e os meridianos 38°38’ e 40°10’ W, ocupa uma área com 10.400 Km². O Recôncavo Sul se projeta na **figura 3** abaixo, composta por 33 municípios, dentre eles, Santo Antônio de Jesus, e mostra-se tal como parte daquele, no processo de formação econômica, no qual sua história pode ser recontada, reconstruída principalmente, através da produção de mandioca, café e fumo.

O deságue dos rios Jaguaripe, Paraguaçu e Jequiriçá, na Baía de Todos os Santos revelaram as vias naturais para exploração do continente no entorno, formando três correntes convergentes para a serra da Jibóia, em busca de metais e pedras preciosas. Queiroz²² compartilha as suas descobertas, descrevendo que a subida do rio Jaguaripe, até a serra da Jibóia permitia a navegação de pequenas embarcações, e quando havia obstáculos que se impunham à navegação, estes eram contornados rapidamente, o que facilitou a ocupação e povoamento dos municípios de Jaguaripe, Aratuípe e Nazaré.

²⁰ QUEIROZ, Fernando P. A Capela do Padre Matheus. Feira de Santana: Sagra. 1995. p 55

²¹ BARICKMAN, Bert Jude. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780 - 1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p 35

²² QUEIROZ, 1995, p 27

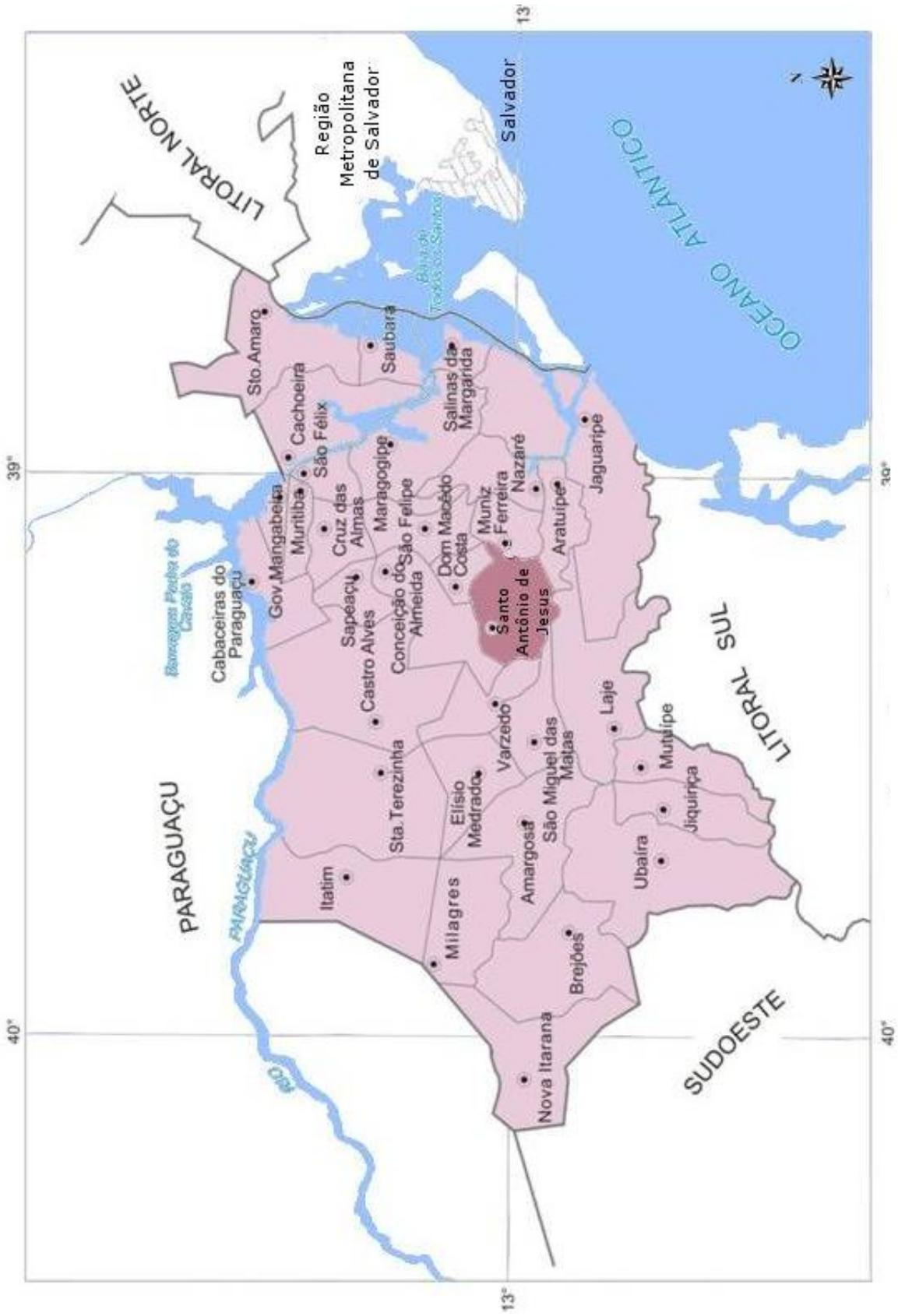


Figura 3 – REGIÃO ECONÔMICA RECÔNCAVO SUL - BAHIA
Fonte: SEI – 2006 – Adaptação Ana Passos – Sem Indicação de Escala

A importância destes rios para a ocupação do recôncavo é reafirmada por Oliveira

Além de entrepostos e vias de acesso para a circulação das mercadorias, que eram dirigidas para o interior bem como para o exterior através da capital, os rios do recôncavo foram fundamentais também, como vias de penetração para o interior. Às margens dos rios ou próximas dessas desenvolveram-se importantes povoações e vilas como: São Felix e Nossa Senhora da Cachoeira, às margens do Paraguaçu; Santo Amaro, às margens do Sergipe do Conde; Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe e Nazaré às margens do Jaguaripe²³.

Desta forma, ainda segundo Oliveira, a penetração se dá através dos vales, pelo leito dos rios. Nos trechos não navegáveis, foram criadas trilhas, e foram se estabelecendo lavradores de mandioca e fumo, além de pequenos proprietários de terras, engenhos e escravos. Transparece a importância destes rios para o surgimento e crescimento de cidades, assim como para as relações de fluxos entre mar e continente. Às margens dos rios surgiram importantes povoações com Jaguaripe, Nazaré, Cachoeira dentre outras.

Estes caminhos da forma que foram articulados culminaram na integração intra e interregional, fornecendo também o domínio sobre a disponibilidade dos recursos minerais, vegetais e hídricos que são essenciais nas aglomerações urbanas. Refazendo então o caminho dos colonizadores, vamos ao encontro do município de Jaguaripe, cuja bacia se estende até a Serra da Jibóia. Sob a sua jurisdição estavam as áreas que correspondem hoje aos municípios de Aratuípe, Nazaré, Muniz Ferreira e Santo Antonio de Jesus. Nazaré crescendo em importância na rota comercial, separa-se de Jaguaripe, adquirindo o *status* de freguesia, fato que se repete em relação a Santo Antônio de Jesus e Nazaré anos depois.

Entre os rios Jaguaripe e o da Dona foi criado o aglomerado urbano, sob a denominação de freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, que se transformou em cidade em 1899. Despontou no panorama econômico com a extração de piaçava, madeiras, dendê e coco que eram escoados pelo seu porto. A indústria

²³ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no século XIX. 2002. Salvador: UNEB..2002.p 67-68

madeira fornecia pranchas de madeira de lei para os estaleiros de Salvador e abastecia de lenha os engenhos do outro lado da baía²⁴.

Nos idos do século XVIII, as olarias perfilavam-se, nas margens dos rios, e produziam telhas e utensílios de barro que eram vendidos inclusive para outros estados, essa produção de cerâmica ainda perdura até nossos dias²⁵. Mais adiante, fora da planície de aluvião, se intensificava a produção de fumo. Teve seu ápice no século XVIII, depois perde importância comercial para a cidade de Nazaré devido à melhor localização no limite de navegação do rio Jaguaripe²⁶.

A cidade de Nazaré cresceu a partir do engenho de Fernão Cabral e da Capela de São Bento, hoje bairro da Conceição. Na outra margem, outro engenho e outra igreja serviam para orientar a ocupação do bairro do Camamu. O crescimento populacional se deu levado por peregrinações religiosas, tanto herdada da “santidade” de Jaguaripe, grupo que discordava de princípios da Igreja Católica, cujo líder foi condenado pelo Santo Ofício, quanto em função na crença dos milagres feitos por Nossa Senhora de Nazareth.

Com o desenvolvimento econômico, a formação do porto e da ferrovia, a cidade de Nazaré passa a ser comparada com outras comarcas do Recôncavo. A cidade de Nazaré,

[...] só ficava em posição inferior às cidades de Cachoeira, Santo Amaro e Salvador, ocupando, dessa forma, uma situação privilegiada, junto à presidência da província. A cidade de Nazareth, ainda que “pequena”, apresentava, naquele momento, características de cidade grande”, pois, nela existiam cinco subdelegacias, distribuídas entre a sede e os distritos, e outras cinco em Jaguaripe, vila da qual Nazaré emancipou-se, em meados do século XIX²⁷.

O município de Nazaré ganha destaque no sul do Recôncavo, devido à cultura da mandioca, ou melhor, à farinha de mandioca, que encontrava facilidade de escoamento no rio Jaguaripe. O porto servia de ponto de convergência dos produtos do interior da província para Salvador. “Os comerciantes da cidade de Nazaré vendiam e

²⁴ BARICKMAN, 2003, p 173

²⁵ Idem. p 44

²⁶ SPINOLA Noelio Dantaslé; SPINOLA, Carolina de Andrade (coord) Diagnóstico de Municípios:Nazaré. Salvador:Kanzeon,1998

²⁷ SACRAMENTO, Cleidivaldo de Almeida. Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul: Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedades. 1879 – 1910. 2007. 198f. Dissertação de Mestrado em História. UFBA.

embarcavam além de farinha, café, rapadura, açúcar e muitos “gêneros de quitanda”²⁸. Em 1831 Nazaré se separa de Jaguaripe, mas adquire o status de cidade apenas em 1849. Em 1958, constava Muniz Ferreira e Onha na divisão administrativa como seus distritos.

O olhar se voltou para os municípios de Jaguaripe e Nazaré, e o esfacelamento das terras sob seu domínio no sul do Recôncavo, com a proposta de mostrar a origem do município de Santo Antonio de Jesus e apontar similaridades na formação histórica a partir do contexto regional, esboçando o ponto de partida dos caminhos que a estruturaram e as relações econômica, política e cultural que as perpassam. Portanto, a cidade de Santo Antônio de Jesus contém outras cidades percorrendo sua história, com tempos e tempos, às vezes em harmonia, às vezes em descompasso, fazendo as geografias do lugar, porquanto esta se faz e refaz na história. Essas e tantas outras cidades convivem com Santo Antônio de Jesus ao longo de sua história, através de suas relações econômicas e culturais.

Como nos conta, Isaías Alves²⁹, com o tempo foram sendo estabelecidas veredas, que se fizeram caminhos de penetração, cortavam a mata, acima da cachoeira do rio Jaguaripe, passavam pelo Onha, e se bifurcavam em Muniz Ferreira que se chamava, naquele tempo, Rio Fundo. Um destes caminhos seguia margeando o Jaguaripe e o outro acompanhava as águas do Taitinga, alcançando o planalto, onde foi erguida a capela do Padre Matheus que deu origem a cidade de Santo Antonio de Jesus. Essa passagem do litoral para o planalto correspondia no século XVIII à porta principal da cidade. Hoje, é como uma porta lateral, cujo portal é o Km 53 (BA 046) na zona rural.

Esse acesso é conhecido até hoje como a Estrada de Nazaré, rodovia estadual sob a designação BA 046. Voltando assim, ao tecido urbano hoje, para alcançá-lo por este trajeto é também um exercício para a imaginação. É colocar, a princípio a cidade em novo ângulo com as vias de circulação, veredas e caminhos que lhe davam acesso e que possibilitou em certa medida, a sua formação. Além disso, é também aproximar percursos, relações e paisagens pretéritas, da atual organização espacial. Assim,

²⁸ OLIVEIRA, op. cit. p.78

²⁹ ALVES, Isaías. Matas do Sertão de Baixo. Rio de Janeiro: Ed. Riper. 1967.

comparando chegadas e partidas, o terminal Bom Despacho converge em parte para o porto de Nazaré, há séculos atrás, com mercadorias e gente. Com uma diferença, a cidade de Nazaré já não é o terminal de chegadas e partidas, nem de entrada e saída de mercadorias no sul do Recôncavo.

O movimento do porto jaz na memória dos nazarenos, misturado ao da ferrovia. Hoje é em Bom Despacho, na ilha de Itaparica, o ir e vir é de gente e veículos. Mercadorias? Pode ser, mas provavelmente em número bem menor devido ao custo da travessia da Baía de Todos os Santos. Como também por ficar de certa forma restrita a quem viaja em carro próprio em virtude da distância a ser percorrida do ponto de ônibus à prancha de embarque. Protegidas pela carroceria dos veículos não ficam tão visíveis, e hoje, o transporte pelas principais rodovias a BR 101 e a 324 concentram a maioria dos fluxos para Salvador. Mas algo parece sustentar-se, a vida e os fluxos criados na conexão com a capital.

As rodovias BAs 001 e 046 que ligam o sistema *Ferry-Boat* a Santo Antônio de Jesus, como visto, eram as portas mais importantes da cidade, pelo acesso ao porto de Nazaré e a Salvador, que perdeu sua primazia com a substituição dos trilhos pelo asfalto, na década de 1970. A cidade de Santo Antônio de Jesus se voltou para o interior. Dar as costas ao litoral, afastando-se econômica e politicamente cada vez mais de Nazaré, indícios de que já não era tão necessário o seu porto. Novos caminhos confluem para escoamento da produção regional, redireciona fluxos, gera relações e intensificam outras, assimilando nova dinâmica.

A proximidade com Salvador favorecia interações constantes gerando um adensamento populacional, tendo os portos como verdadeiras “plataformas” de chegada de gentes de diversas partes do mundo. Nazaré, hoje, parece sobreviver do fluxo gerado pela BA 001 em direção a Valença e se articula com a BA 650 que a liga a Jaguaripe. Sem o glamour da movimentação financeira de outrora, a cidade de Nazaré inspira melancolia. Saudades de um tempo de fartura, de relações comerciais intensas que se rareficaram na mesma intensidade em que os trilhos concretizaram a redução do tempo de travessia da Baía de Todos os Santos, através da ampliação da rede ferroviária até São Roque do Paraguaçu. Assim não mais como ponta de trilho, o porto de Nazaré se estagna.

A relação histórica entre Nazaré e Santo Antonio de Jesus, assim como, desta com as outras cidades circunvizinhas que dependem de Santo Antônio para suprir diversas necessidades da população, do vestuário ao lazer, destaca os usos que se faz da cidade e vão lhe atribuir valores econômico, social ou cultural. Define também os princípios das interações contíguas que por sua vez trazem a área de influência desta cidade. Aqui, a área de influência é desenhada pelo alcance do comércio varejista e dos prestadores de serviços. São as interações facultadas pelas vias de acesso e pelo meio de transporte, traduzidas em acesso fácil pela proximidade a outros núcleos e pela oferta de linhas de transporte e veículos que atendam à demanda da população³⁰.

Essas relações não se resumem apenas às terras sob sua jurisdição, como já dito, se perpetuam também nas relações comerciais, nas heranças culturais e nas memórias de seus moradores. Estão inscritas também pela proximidade física e conseqüentemente pelas divisões administrativas que mesmo o Estado mude os critérios de regionalização constantemente, estão lado a lado sob a jurisdição de diversos órgãos.

Ademais, as pequenas povoações brotaram através da simbiose entre o Estado e a Igreja que condicionaria a organização da malha urbana do Recôncavo até 1889, e se revelavam numa espécie de intermediação entre o mundo rural e o urbano. Estes núcleos urbanos incipientes, atrelados à produção para exportação, ou para subsistência se lançavam, buscando se estabelecer na rede urbana em formação no Recôncavo. O surgimento das cidades estava atrelado de modo geral à localização, de um lado, o que nos leva a considerar os produtos e as zonas produtoras e, por outro lado, à hierarquia urbana, que se vinculava à necessidade de escoamento da produção.

Uma vez que se examinam os caminhos de acesso à cidade, expondo parcialmente a sua organização, inicia-se o exame da composição da sua paisagem a partir desses elementos, até o centro da cidade, a praça Padre Matheus. Estes caminhos ajudaram a estruturar a malha urbana e foram sendo refeitos em períodos distintos. Enquanto vias importantes na região imprimiram e imprimem uma dinâmica que transcende o espaço local, atestam escritas e compõem-se como pontos fundamentais para a compreensão e traçado da cidade.

³⁰ SANTOS, Miguel. op cit.1999

Assim faz-se mister um auxiliar, para que esta composição mental do objeto de pesquisa se concretize de forma mais elaborada e real. Para tal, é cabível o mapa (Figura 4) do núcleo urbano a partir das zonas definidas por Miguel Santos (1999). Segundo o autor, na paisagem urbana de Santo Antônio de Jesus é possível distinguir cinco zonas: a zona central que concentra as atividades comerciais e de serviços, num pequeno número de ruas estreitas e com poucas áreas para estacionamento e sem controle de carga ou descarga de mercadorias, enfim sem a devida estrutura para absorver o fluxo de veículos e pessoas; a zona norte, onde predomina diferentes padrões urbanísticos, desde condomínios de luxo, até habitações paupérrimas, a área da Invasão da Rádio Clube; a zona sul é marcada por residências de classe média em vários loteamentos, sendo que o comércio se limita a padarias, bares e mercearias; a zona leste é a de maior concentração da população de baixo e médio poder aquisitivo; e a zona oeste com recente ocupação no entorno da BR 101, possui bairros densos e extremamente pobres³¹.

³¹ SANTOS, Miguel Cerqueira. O dinamismo urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antonio de Jesus. Salvador :UNEB.1999.

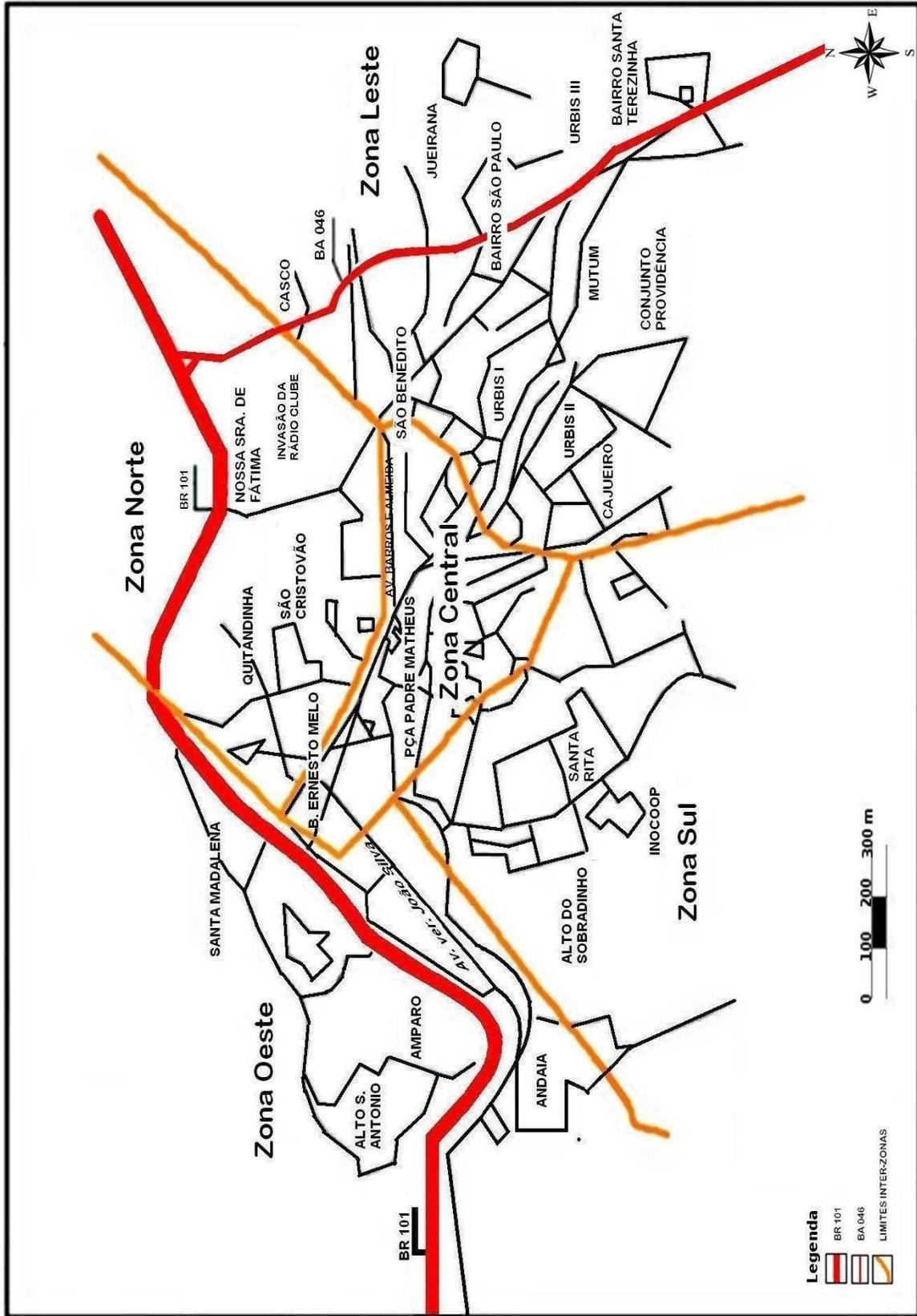


Figura 4: MALHA URBANA E DEFINIÇÃO DE ZONAS – SANTO ANTÔNIO DE JESUS
Fonte: SANTOS, M.C. 1999 – Adaptação EMBASA 1995

A idéia até aqui foi colaborar, em ângulos diferentes, para a visibilidade da cidade, as principais vias de circulação e acesso ao centro da cidade que foram desdobradas, através das interações que formam o núcleo urbano, definindo-o e redefinindo-o no processo histórico. Ao mesmo tempo, auxiliar na localização e na organização geral da malha urbana em relação às rodovias (Figura 4). Desta forma, se fez necessário rever trajetos de uma gente que aqui se estabeleceu, abriu trilhas que se fizeram caminhos, que serviram de base para os trilhos e para as estradas de hoje.

Resumindo, o rio Jaguaripe e seus afluentes indicaram os trajetos que conduziram à Nazaré e conseqüentemente a Santo Antonio de Jesus. Este trajeto de ocupação permitiu descortinar os tabuleiros interioranos e o planalto que apresenta menor altitude, aproximadamente 214 metros, no município de Santo Antonio de Jesus e aumenta no sentido oeste, atingindo 800 metros em Brejões³². A atenção agora se volta sobre os tabuleiros com o plantio do fumo, e o planalto com a agricultura de subsistência, isto por que o município de Santo Antônio de Jesus se localiza na zona de transição dos tabuleiros e do planalto.

Cabe lembrar que é sobre essa área que se dá o encontro do clima úmido do litoral com o mais seco do interior, o que favorece um volume de chuvas superior a 1.400mm por ano, com uma média de temperatura entre 23 e 24 graus³³. Com referência ao clima Ana Maria Oliveira, alega que este deve ter influenciado para que diversos estrangeiros, no século XIX, se estabelecessem na cidade, como pode ser visto na afirmação abaixo:

O clima ameno e suave é um atrativo para os interessados em fixar residência na região, não havendo registros de enchentes ou, ao contrário, de grandes secas, causas, em certa medida, da expulsão de parte da população do campo para as cidades ou áreas rurais mais estáveis. Santo Antônio de Jesus constituiu-se, assim, numa área de atração populacional; é possível que a atração exercida pelo seu clima seja uma das razões para a existência de 300 estrangeiros entre os seus moradores em pleno século XIX³⁴.

³² BAHIA, Plano Diretor da Recursos Hídricos – Bahia: Relatório Síntese – SRH. GEOHIDRO; HYDROS. 1995.

³³ FERNANDES, Rosali Braga. SANTO, Sandra Medeiros. SILVA, Nívia Maria Baeta da. Zoneamento Ambiental dos municípios de Santo Antônio de Jesus e de Varzedo – Ba, utilizando o geoprocessamento como recurso para análise. Sitientibus. Feira de Santana. n. 26. 2002.

³⁴ OLIVEIRA, A. op. cit. p 86

O terreno sobre o qual se assenta o município de Santo Antonio de Jesus faz parte do Complexo de Jequié e retrata as áreas de relevo ondulado, com declividade acentuada e Serras Marginais compondo a parte central e leste da cidade, datando do Pleistoceno. Enquanto na porção oeste, sedimentos de natureza areno-argilosa, reporta-se à Formação de Capim Grosso que data do Pré-Cambriano^e se harmoniza com a paisagem anterior, através de um relevo plano, com suave inclinação para leste, formando “mares de morros”³⁵.

O cenário se completa através das estruturas produtivas e dos solos que sustentam estes municípios. Nessa região foi comum o estabelecimento de engenhos e de grandes culturas de tabaco, e encontra eco na distribuição dessas culturas apresentada por Milton Santos quando trata da diferente utilização do solo no Recôncavo.

Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no norte quanto no sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fofo massapé, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar³⁶.

Estas características fisiográficas permitem viajar por uma diversidade de áreas, com culturas diferenciadas, recortes com diferentes modos de vida, que transparecem nas relações socioeconômicas. Apesar dos caracteres fisiográficos serem essenciais na formação destas zonas especializadas era comum, outras produções integradas à cultura principal. O recôncavo, obviamente, foi marcada por fases de expansão e recuos econômicos, com estruturação e reestruturação espacial, criando novos arranjos para circulação interna e externa.

Enquanto isso, a paisagem exuberante da mata foi sendo modificada paulatinamente pela dinâmica agrícola e comercial, num jogo de força entre os produtos essenciais ao mercado externo e à sobrevivência. Nessa perspectiva, a paisagem vai se compondo, agora, através de elementos físicos, uma vez que os elementos naturais possuem dada importância enquanto substrato de sustentação para os grupos sociais. Mas este é apenas, mais um recorte da paisagem santantoniense, não sendo prenúncio

³⁵ FERNANDES; SANTO; SILVA, op. cit. 2002

³⁶ SANTOS, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. de Azevedo (Org). Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado. UFBA. 1998 p 62

de uma análise que dar ênfase aos aspectos visuais esquecendo-se das sutilezas não percebidas no olhar.

Na disposição desses elementos vai se estruturando a forma de 252 Km², entre as coordenadas 12° 53'21" a 13°05'53" Sul e 39°06" a 39°27'35" Leste, dados que correspondem à área sob jurisdição da Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus. As suas fronteiras políticas sofreram alterações em 1891, com a criação de São Miguel das Matas e em 1989 com o desmembramento do Município de Varzedo. Além de Varzedo e São Miguel das Matas, Santo Antonio de Jesus se limita com Aratuípe, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, São Felipe, e Lage (Figura3).

A paisagem se associava a uma teia de relações produzidas no "ir e vir" dos carros de boi, das tropas, dos trens e caminhões. As possibilidades de ocupação e uso dessas terras levou à incorporação desse espaço na economia baiana, impondo novos elementos e nova dinâmica social. A organização espacial também foi transformada no "aparecer e desaparecer de cidades", ou seja, momentos em que cidades, símbolos do desenvolvimento econômico da região como Jaguaripe, Nazaré, Cachoeira perderam lugar para outras como Santo Antonio de Jesus, Cruz das Almas e Feira de Santana que conseguiram centralizar fluxos intraregionais, se configurando atualmente pelas relações comerciais e oferta de serviços.

Aos momentos de apogeu e declínio de exportações se ligavam fluxos populacionais, associado a uma nova técnica, isto é, a novos meios, a uma forma de fazer que envolvia métodos e pormenores diferenciado do anteriormente conhecido e que se instalava de acordo com a necessidade do mercado mundial. Assim, a cada período novos elementos foram incorporados como ajustes à nova produção, e no seu término, nova leva de mão de obra era liberada, e migravam para outros centros. Esses movimentos explicam em parte o crescimento populacional de Santo Antônio de Jesus e de outras cidades do Recôncavo.

As idéias, conceitos e procedimentos que dão visibilidade à Santo Antonio de Jesus nesta pesquisa, convergem para o espaço geográfico, e esse se mostra na organização produtiva, na forma como a cidade foi se desenhando e nas incorporações que o viver urbano possibilitou. O processo histórico redefine-o em momentos diversos,

nas relações e interações em que se acomodam a micro e macroeconomias através dos diferentes agentes que agem intencionalmente, mas de acordo com a sua potencialidade.

A compreensão da existência de tempos registrados na paisagem induz à apreensão do espaço. O presente, que por vezes nos escapa, para ser real, evoca na história os elementos e agentes, que o sustentaram e que o lança hoje com suas materializações, suas singularidades, suas interações, adaptações e rugosidades. A história se faz presente, através dos elementos e interações que produziram. Seguindo este raciocínio,

O espaço pode ser definido como o resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infra-estruturas e máquinas que se superpõem à natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado. O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem, exatamente, o espaço geográfico³⁷.

Desta feita, o espaço é efetivado no processo histórico e se sobrepõe a idéia de que este era entendido como o substrato para a “criação do território, igualando-se assim a natureza, superfície, recursos naturais³⁸”.

Enquanto, para Raffestin o território é produto dos atores sociais, concomitantes e sobrepostos e se caracteriza pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação, ou seja, como estratégias sociais envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente constituídas. As relações de poder se traduzem em malhas, redes e centralidades, indícios da coesão e da hierarquia existente. Sua permanência é variável, porque são criados e desfeitos ciclicamente.

Território é estruturado por relações de dominação e controle que Raffestin define como poder, sendo contestado num contexto renovador por associar mecanismos de dominação. Mesmo com essa ressalva, essa concepção permitiu mapear e configurar áreas da cidade sob a ação da Igreja e no comércio local, aquelas que traziam uma configuração diferenciada pela conotação das relações comerciais e

³⁷ SANTOS, Pensando o espaço do homem. 5a edição São Paulo: Edusp.2007.p 111

³⁸ RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.1993

políticas associada a grupos específicos. O que colaborou em muito para delimitação simples e precisa das áreas sob controle de grupos.

Com Raffestin, os territórios foram caracterizados em quatro situações distintas e complementares: o território do cotidiano, o da dimensão do habitar cujas ações garantem a satisfação das necessidades diárias; o território das trocas que passa pelo cotidiano, trazendo a articulação entre o regional, nacional, internacional num contínuo movimento, mas apresenta rupturas temporais, espaciais e linguísticas; o território de referência é aquele que se conhece através de leituras e lembranças que podem ser afetivas ou conflituosas; e o território sagrado ligado diretamente à atuação das igrejas estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política e/ ou sagrada³⁹.

As ações se desenvolvem sobre tramas que dizem respeito a um jogo de forças que as delimitam, sendo nesse encadear que o território se estabelece. O conceito de território se desenvolve também com Saquet, na medida em que este efetiva a compreensão territorial pela relação conduzida em consonância com a estrutura econômica e política local. Sendo assim,

[...] as forças econômicas, políticas e culturais (E-P-C), reciprocamente relacionadas, efetivam o território (...) no (e com o) espaço geográfico, [...]. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais⁴⁰.

A sua compreensão é conduzida pela estrutura econômica, pelas interações comerciais e pelas forças que ali agem, tendo a consciência de que os tempos históricos coexistem em unidade e no mesmo movimento. Logo, a sua compreensão perpassa pela relação espaço tempo, como movimento condicionante e inerente a cada formação territorial. Indica ainda que a dinâmica econômica reflete todas as outras forças que produzem o território, uma vez que “idéia e matéria estão em unidade”, e os

³⁹ RAFESTIN apud SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio.SPOSITO, Eliseu Sáverio (org). Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. 2009

⁴⁰ SAQUET, M. A. A Abordagem Territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. (org). A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre:ULBRA / UFRGS 2008. p 49.

arranjos estabelecidos entre os diferentes elementos, variam conforme o momento histórico.

Ao postular que um campo de forças delimita espacialmente e opera sobre um substrato de referência, sob forma territorial, Marcelo Lopes de Souza aponta para processos de apropriação e conseqüentemente para a expressão espacial desta formação, o que implica dizer que a cultura, a economia são relevantes ou podem ser contemplados na utilização do conceito território⁴¹.

Do exposto, apreende-se que o espaço onde se estrutura uma cidade nos convida para o reconhecimento de um espectro infinito de determinações/relações, e a cidade se oferece sutilmente à observação, enquanto resultante das interações que propicia e de tantas relações e associações orquestradas, por diversos elementos durante a sua formação. Não só similaridades, mas também diferenças, como peculiaridades agregadas no fazer diário da população, que vão além de determinações.

. Desta forma, nos aproximamos substancialmente da espacialidade, da estrutura político-administrativa desenhada, captando a integração de áreas e assim, a organização conjuntural outrora definida. Isto permitiu tecer diferenciações de modo geral e semelhanças ao decompor o cenário local, à medida que foi estabelecendo o pano de fundo sobre o qual se ergue a cidade de Santo Antonio de Jesus entrelaçando as interações e paisagem articulada nas artimanhas dos agentes.

1.2 A Capela do Padre Matheus

E todo aquele que ficar em alguns lugares em que andar peregrinando, os homens do seu lugar o ajudarão com prata, e com ouro, e com fazenda, e com gados, afora as dádivas voluntárias para a casa do Senhor.⁴²

⁴¹ SOUZA, M. Lopes de. Território”da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET.M.A; SPOSITO, Eliseu Savério.(org) Territórios e Territorialidades:teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. 2009

⁴² ESDRAS, Capitulo I, Versículo 4 e 6. Bíblia Sagrada

Seguindo as trilhas dos que percorreram o rio Jaguaripe e seus afluentes, o padre Matheus Vieira de Azevedo, por volta de 1758, se estabeleceu e criou um oratório, nas terras que viriam a constituir o centro comercial da cidade de Santo Antonio de Jesus, vinculando a formação da cidade de Santo Antônio de Jesus à Igreja Católica. Ao padre Matheus coube um quadrado de terras com 825 metros lineares, que correspondiam praticamente a todos os terrenos do atual centro da cidade. Parte dessas terras, 44 m², foi cedida por ele para a construção da igreja “em louvores a Santo Antônio”. Cerca de 20 anos depois, entre 1778 e 1780, a capela se encontrava erguida, numa planície, próxima ao “oratório de morada” do padre.

Discorrer acerca da distribuição de terras e da escolha do local para o estabelecimento da capela nos remete, inicialmente, ao princípio da seletividade espacial⁴³, como “processo de eleição do lugar e do(s) respectivo(s) recurso(s) quando se inicia a montagem da estrutura espacial das sociedades”, ou seja, quando as primeiras localizações se efetivaram instituindo o sistema de distribuição dos lugares. Princípio este utilizado, num dado momento, pela Igreja Católica, com base na disponibilidade dos recursos hídricos, combinada à favorável estrutura do relevo, como argumentação básica para um processo de apropriação que resultou na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Esse argumento responde em parte pela localização, na medida em que a implantação de uma igreja seguia diretrizes rígidas quanto ao local de edificação e a organização do entorno que veio caracterizar a formação e expansão inicial de várias cidades brasileiras, como vemos no trecho abaixo:

Conforme direito Canônico, as Igrejas se devem fundar e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto e lugar decente, livre de luminosidade, e desviado, quando possível, de lugares imundos e sórdidos⁴⁴[...].

Apesar do alerta quanto a lugares imundos e sórdidos, não era interessante também edificar a “Casa de Deus” em “lugares ermos e despovoados”, uma vez que se

⁴³ MOREIRA, Ruy. 2006

⁴⁴ MARX, Murillo. Cidade no Brasil: Terra de Quem. São Paulo: Edusp Nobel.1991. p 22 .

fazia necessário "contar com uma dotação para garantir a existência"⁴⁵. Assim, a prerrogativa de que também eram necessários recursos humanos que garantissem a contribuição necessária à sua manutenção amplia a idéia para a existência de um número já considerável de moradores nas proximidades, donos de terras produtivas que foram chamados a contribuir para a construção do templo.

Outro preceito era manter um vazio ao redor da igreja, estabelecendo uma certa distância entre esta e as outras edificações. Desta forma, o adro não só destacava a igreja no seu centro como também se voltava para o uso coletivo. Esses vazios seriam utilizados e ocupados durante os rituais litúrgicos. Todavia, como local sagrado possuía restrição ao uso mundano, mas, quando necessário, garantiria "o precioso refúgio a um perseguido, ainda que foragido da justiça"⁴⁶. Isso revela a seu turno um jogo de forças em alguns momentos e noutros a ação complementar entre a Igreja e o Estado na organização espacial.

Mediante determinações eclesiásticas, o sítio original da cidade de Santo Antonio de Jesus se constituiu, na articulação da capela e seu adro, como ponto focal e centro de confluência das vias de fruição e das ruas secundárias, o que levou também à concentração no seu entorno e à valorização desse espaço como visto a seguir:

o aglomerado urbano se foi constituindo a partir da linha delimitadora do adro propriamente dito [...] a praça da Igreja, [...] até onde ia ter o caminho que vinha [...] do riacho dito da Passagem, [...] adro tangenciado pela primitiva estrada de Nazaré, aquela Estrada Real, cujo traçado começava na ponte do "Honha" [...] prolongando-se até o Calabá (Calabar), de onde prosseguia até o rio da Dona. Do Calabar para o rio da Dona, [...] permitiu o surgimento da "rua de baixo", atual Sete de Setembro. Chegando ao adro, [...] dando ensejo à formação da "rua da Paz", assim denominada tão logo implantado, na sua margem direita, o cemitério, [...] atualmente Senador Landolfo Alves, [...] veio a permitir o aparecimento da "rua de Cima", atual Ruy Barbosa, no início da qual, onde hoje estão situadas as "quatro esquinas", bifurcou-se, voltando-se também para a esquerda e, rumando para o Sul, chegou ao adro, correspondendo ao trecho conhecido inicialmente como "rua direita", "rua direita da igreja", depois "rua direita da Matriz", até receber o nome oficial de 15 de Novembro, atualmente Dr. Gorgonio José de Araújo⁴⁷.

Deste modo, de antemão revela-se um território, o sagrado, que transparece na ação da Igreja Católica e na sagração da terra que implica um jogo de forças no uso do

⁴⁵ Ibid. p 38

⁴⁶ Ibid. p 25

⁴⁷ QUEIROZ, op. cit. p 309-310

largo e nas relações políticas exercida para concretizar as ações defendidas pela Igreja. Outro também surge, o das trocas, o das interações comerciais em relações de complementaridade.

Os eventos católicos e seus rituais, a necessidade do encontro, a distância a ser percorrida e os percalços do caminho, ofereceram a argumentação plausível para a movimentação e posterior fixação em torno da capela. A capela se projetou no centro do largo, confirmando a importância e a influência da Igreja, estava circundada por dispersos casebres, que tinha a função de residências e casas de negócios. Logo, a organização espacial que vemos hoje, no centro comercial é em grande parte resultante, como em outras cidades com origem similar, das estratégias, articulações e interesses da Igreja Católica.

Assim, foi possível identificar, por volta do ano 1785, a partir dos escritos apresentados, o pontilhar de residências e pequenas casas comerciais (quitandas, bibocas e vendas) dispostas aleatoriamente, sem definição de ruas. A vida já se revestia de novos valores, o “outro”, o vizinho, estava mais próximo, e passa a ser o seu espelho, as mudanças de comportamentos se faziam sentir. As atividades religiosas e os encontros sociais quebravam a rotina diária. Novos ritmos imprimiam o passar dos dias.

Os “sítios”, denominações apresentadas em inventários para as fazendas locais, cobriam ainda vastas áreas, tendo a topografia e os rios como elementos para definição de domínio. A vida fluía entre o rural e o urbano na pequena povoação, num compasso que também reflete a concessão, ocupação e uso de terra. Alguns sítios por terem se destacado, provavelmente na sua organização econômica, emprestaram seu nome à localidade que por sua vez, passou a ser utilizada como referência, termina por denominar também todo o entorno e conseqüentemente toda a via de acesso, o que implica também uma imprecisão quanto à sua delimitação.

Parte desses recortes foram emoldurados, em 1821, na partilha, transcrita do inventário de Manoel Correia de Meirelles⁴⁸, com arrolamento de cinco sítios, dentre eles o da capela do Padre Matheus que se encontrava arrendado a oito pessoas. Do “sítio” do Padre Matheus fica-nos o registro de sua posse através de inventários mais

⁴⁸ Ibid, pp 274-276

recentes e da confirmação de moradores, quanto ao pagamento do laudêmio ao Dr. Gorgonio José de Araújo Neto, até alguns anos atrás.

Todos, ou parte destes mesmos sítios, em 1857, apareciam qual colcha de retalhos, fragmentados em estabelecimentos menores no total de 22 (vinte de dois) imóveis, sob posse de Manoel Mauricio Rebouças⁴⁹. Aparentemente essa divisão acompanhou demarcação estabelecida em arrendamento, tanto no processo de compra, permuta e doação, quanto na cessão de herança. O fato é que na metade do século XIX, o arraial comportava 568 imóveis rurais.

As terras contíguas ao centro seriam com o passar do tempo incorporadas, à malha urbana, logo, os sítios Mutum, Maria Preta, Calabar, Joeirana, Andaiá, Má Vida, Casco Grosso, Gravatá e outros que depois passaram também a compor a estrutura urbana. Para propiciar uma noção das dimensões desses sítios, o do Padre Bento (Figura 5) foi descrito da seguinte forma por Fernando Queiroz:

[...] deparamo-nos com uma área de grandes proporções, que praticamente, se estendia da Maria Preta, nas proximidades da atual cidade de Santo Antonio de Jesus, até às margens do Rio da Dona, limitando-se com os terrenos de Barro vermelho, tabocal e bulandeira". (...) quando da "sua declaração para o registro, Antonia Carlota de Miranda já havia alienado a parte desmembrada como "Barro vermelho" de que foi adquirente Bernardo Estevão de Souza e a denominada "Rio da Dona" adquirida por Mathias José Rodrigues de Souza. É porém, quando se transfere para seus herdeiros que o imóvel se transmuda realmente em médias e pequenas propriedades.⁵⁰

A impressão que se tem é que esses "sítios" formaram pelo apelo das atividades econômicas desenvolvidas, pequena aglomeração e serviam como ponto de apoio, nas idas e vindas para a capital e vilas vizinhas. A "lida da roça", de certa forma, ainda comandava a vida na Capela. Estas localidades ligavam-se total ou parcialmente às vias de circulação local, já mencionadas, o caminho do Calabar, o do Andaiá e do São Benedito.

⁴⁹ Ibid, pp 277-280

⁵⁰ Ibid. p 276

A paisagem apresentada auxilia na compreensão da estrutura fundiária do município, que apresenta pequenos estabelecimentos para o cultivo de produtos de subsistência. Como também explica a existência de fazendas, sítios e chácaras na área urbana, fato que vem se mantendo, mas que nas últimas décadas deram origem a loteamentos e condomínios que na sua maioria ficam quase imperceptíveis na malha urbana, para quem trafega pelas principais vias de circulação, por estarem em terras que se localizam como “quintais” das avenidas (João Silva, Antonio Carlos Magalhães, Barros e Almeida) e ruas (Teodoro Dias Barreto, Viriato Lobo) que dão acesso às saídas da cidade.

Conquanto pese a distância, devido à dificuldade de acesso a outros pontos de encontros, de amparo e de conforto espiritual, a provável habilidade de liderança do Padre Matheus no “trato social” e nas negociações na cessão de terras, o pequeno núcleo urbano se estabeleceu como ponto de convergência dos moradores do entorno. Conseqüentemente, três caminhos serviram de coletores de fluxos menores provenientes de outras paragens.

Dois deles ainda aparecem com grande destaque na configuração urbana pelos fluxos que absorvem: o do Calabar, provavelmente o mais importante, conhecido como Estrada de Nazaré, que deve ter direcionado o fluxo do litoral para o planalto, hoje BA 046; o do riacho da Passagem (rua Tiradentes), que faz ligações intraurbanas, e intramunicipal, na direção sul, conecta-se com a BR101; e a ligação Rua de Ruy Barbosa - Andaiá ou Rua Vereador João Silva, passando pelo Barro Vermelho (BR 101) leva a Amargosa BA 026 (Figura 6).

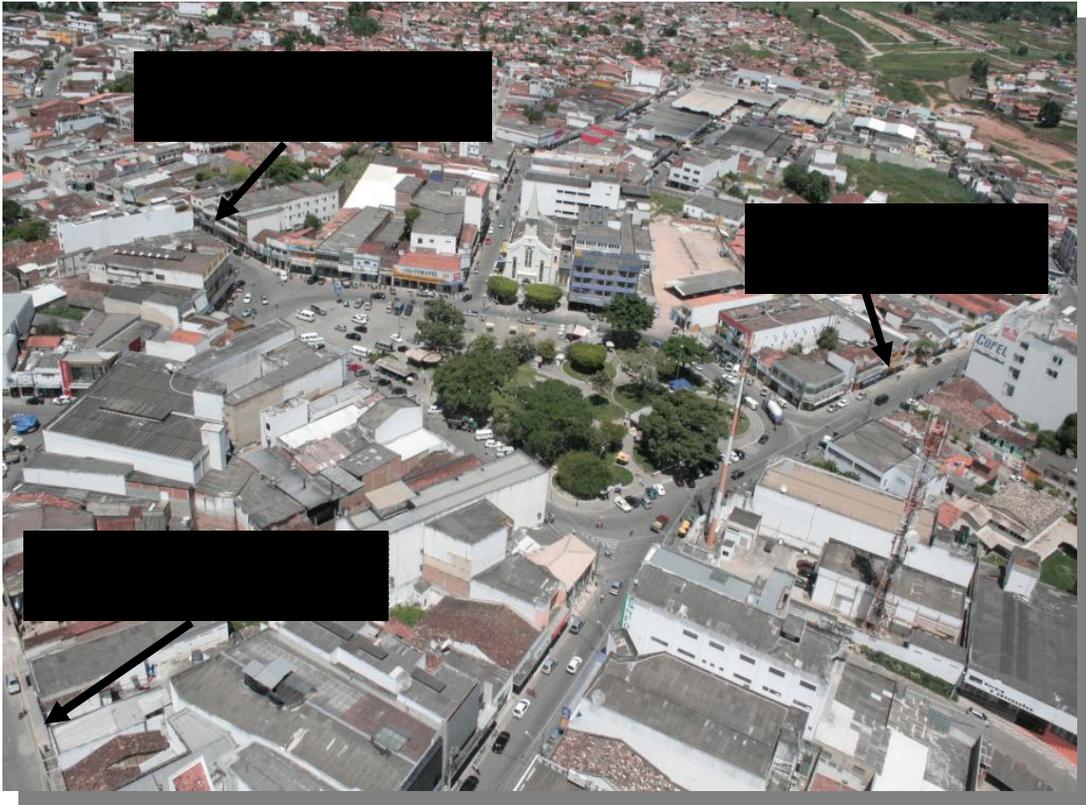


Figura 6: PRAÇA PADRE MATHEUS - SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA
 Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=574575>

Estas vias, além de permitirem a circulação geral na região, favoreceram o estabelecimento de ‘sítios’, margeando-as, e também nos trechos próximos à capela, o surgimento de edificações para atender às demandas locais. Essas ruas e o adro concentraram por muito tempo a população residente, eram os caminhos das tropas de burro ou dos carros de boi e essa configuração se manteve basicamente, mesmo com a implantação da ferrovia, que acompanhou parcialmente o mesmo traçado das antigas vias. “Ruas e praças propriamente só tivemos a partir das primeiras décadas do século XIX, quando vários caminhos e estradas cortavam o município nas mais diversas direções”⁵¹.

Assim, a cidade foi sendo composta a partir dos pontos de conexões estabelecidos com as localidades, que gravitavam em seu entorno. Inicialmente as

⁵¹ QUEIROZ. op. cit. p 310

primeiras conexões internas foram estabelecidas com o Calabar, Maria Preta, Andaía e São Benedito (Casco Grosso). Só o atual bairro São Benedito, possivelmente, apresentava uma configuração similar à praça da Matriz, onde a igreja, tornou-se o elemento que conduziu a abertura de ruas, e a construção de casas em seu entorno. O Calabar, localidade entre os sítios do Mutum e o São Benedito, ocupava boa parte da atual zona leste da cidade.

As terras margeando estes caminhos foram privilegiadas para o assentamento e estabelecimento das famílias. Desta forma, as áreas “livres” entre as localidades, a que nos referimos acima e a Capela, passaram a ser ocupadas a partir das duas extremidades dos caminhos. À medida que as margens dos caminhos iam sendo ocupadas, de ambos os lados, iam ao encontro uma da outra, envolvendo edificações outras que pontilhavam o trajeto e assim se definiam ruas.

Todas essas informações dão consistência ao exposto anteriormente, sobre os caminhos que levam à capela, e que indicam até certo momento, os sentidos dos fluxos que sem dúvida originam a cidade. Destarte, ajudam a explicar a configuração atual, os acessos à cidade e ao centro comercial, o sentido da expansão e os desenhos decorrentes, a formação incipiente de uma área de influencia da Capela que se torna a da cidade, à medida que novos elementos passam a figurar no núcleo urbano, modificando suas interações, de forma tal que vai ampliando a sua área de influência.

As indefinições do governo imperial quanto à organização das cidades permitiu que a Igreja Católica definisse normas para suas edificações que acabaram por delinear as feições iniciais da cidade de Santo Antonio de Jesus da mesma forma que em outras cidades brasileiras. Garante em “nome de Deus” o controle e a organização do centro das cidades desde a sua formação, por longo período, através da

[...] cessão de parcelas para eventuais interessados em habitar junto ao templo, reunidos para tratar de sua subsistência comum, seja pelo plantio, pelo artesanato ou pela troca, amparados pela assistência espiritual, ainda que muito esporádica, oferecida pela capela e estimulados pelo apoio material de todos aqueles que de longe a ela acorriam⁵².

⁵² MARX, op. cit, p 40

A cessão de terras transitava pela obrigatoriedade de um pagamento anual à Igreja que garantia deste modo a manutenção e o funcionamento permanente do templo, além de um grupo de fiéis a ser assistido, justificando a construção deste. A Igreja Católica, sobrepondo-se ao Estado no estabelecimento da configuração urbana, agrega no seu entorno edificações que são estabelecidas pelo seu aval na concessão de terras, que segue um desenho preestabelecido, afinal a localização da edificação em relação à Igreja dá indicação da importância e do “merecimento” do seu dono.

Sabendo que a capela foi construída através de doações efetuadas por proprietários rurais, “donos de sítios” ali, estabelecidos é possível supor que as primeiras edificações estavam relacionadas, de alguma forma também, a esses donos de terras. A evidência da prioridade que esses tinham perante a Igreja, era possível pelas contribuições, pelas doações de terras, pela morada ou casa de comércio mais próximo da igreja, fazendo circular relações de influência que pressupunham relações de poder⁵³.

Sobre poder a discussão se conduz pela definição tradicional de poder e se refere a imposição da vontade de um agente sobre outro, ou seja, toda probabilidade de impor a sua vontade na relação social, mesmo encontrando resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade⁵⁴. A idéia de tirar proveito, ganhar benefícios e vantagens circundam esta concepção. Estabelece, portanto, relações unilaterais entre indivíduos ou grupos, visando interesses específicos e se apresentam como relações intencionais. Tudo se articula pela aceitação da dominação que corresponde a validação, pelo reconhecimento do “poder” investido por aquele que domina.

Essa legitimação ocorre quando a maioria reconhece a autoridade e se submete, eliminando mesmo que temporariamente as resistências. Portanto, para Weber, poder é ação estratégica para atingir um fim específico. É por isso que este conceito está alicerçado nas idéias de Weber, em que o poder está tanto no domínio sobre a propriedade e nos meios de produção, quanto no conhecimento retido sobre a atividade e seu processo de organização. Neste ângulo, o poder serve também para facilitar o acúmulo de riquezas.

⁵³ Cf. CLAVAL, 1979.

⁵⁴ WEBER, 1991, p 33

Weber trata de três tipos de legitimidade do poder: o tradicional, pela crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais, então clero e senhores estão “presumivelmente” munidos de virtudes, assim são os escolhidos a exercerem; o racional-legal que envolve o seguimento de normas escritas pressupondo o uso adequado dos meios para atingir os objetivos, é conhecida como burocrática; e a carismática que está vinculada a características pessoais, a habilidade de determinada pessoa de concentrar em torno de si determinado grupo respaldando suas ações.

Paul Claval⁵⁵ dá substância ao termo, partindo do pressuposto de uma realização. Poder, não é apenas estar em condições de realizar algo, é ter também a capacidade de fazer com que outros a realizem. Dessa relação decorre uma “obediência”, uma submissão, que passa pelo poder puro, pela autoridade, pelo jogo de influência ou pela dominação inconsciente. O poder surgiria assim em conseqüência dos desequilíbrios.

O poder nasce, por vezes, do recurso ao constrangimento físico: assim, os fortes impõem aos fracos a sua vontade. [...] O poder nasce também da aptidão de certas pessoas para influenciar aqueles com quem mantêm contato [...]. A aceitação de regras comuns facilita a vida social. [...] a institucionalização das relações amplia as fronteiras do universo acessível, mas abre a porta às formas sociais do poder: é a outra face da moeda⁵⁶.

As manipulações da vontade, os constrangimentos morais e físicos acompanham toda a história santantoniense. Digladiam-se buscando se sustentar em cada transformação econômica, em cada novo grupo ou liderança que se forma. Todavia cabe lembrar que a violência, pode ser limitado pela união dos dominados; a autoridade pode ser burlada, o jogo de influências que tanto predomina nas nossas relações, à medida que novos elementos, novos indivíduos aparecem em cena, esta pode mudar, ampliando ou reduzindo a esfera de ação.

É assim que nas terras denominadas Casco Grosso, “por onde também a velha estrada real de Nazaré seguia em direção ao Calabar”⁵⁷, foi construída uma outra capela, “Casa de Oração a favor dos devotos de São Benedito” em terras doadas por um casal de fiéis. Argumentava-se o abandono em que estava a Capela do Padre

⁵⁵ CLAVAL, op.cit

⁵⁶ Ibid, p 13-14

⁵⁷ QUEIROZ, op. cit. p 329

Matheus após a sua morte. Se por desentendimentos, interesses ou pela distância em relação à Capela, a Igreja foi construída, em um sítio que envolvia grande parte do atual bairro de São Benedito, e por volta de 1838, já se encontrava em funcionamento.

A presença desta outra capela, na mesma planície, distante cerca de um quilômetro do arraial, centralizava também no seu entorno um determinado grupo social, também de forte influência política, o que leva a incipiente comunidade santantoniense a uma bipolarização. Uma em certa medida já estruturada sob a influência de proprietários rurais e comerciantes, liderados pelo Pe. José de São Bento Baraúna e do outro o agrupamento recém criado sob orientação do Pe. Victorino José de Almeida, a cuja autoridade haviam todos de se submeter, por acumular o cargo de Juiz de Paz.

Seja pela distância, pela dificuldade de acesso ou até mesmo por interesses de grupo, a localidade denominada São Benedito permaneceu por muitos anos sem integrar-se completamente à malha urbana, conduzindo um processo de valorização espacial concorrendo com o arraial propriamente dito. Neste caso, o objeto introduzido, a igreja, tende a tornar visível um determinado grupo social, imprimindo-lhe privilégios. As disputas acirradas revelam que um objeto só poderá ser substituído por outro de igual “forma” e igual valor.

A partir da construção da capela, o chão passava a ser sagrado. A sagração importava tanto à Igreja por conferir importância ao lugar e ratificava o seu domínio, cabendo o respeito que lhe é devido, e com isso as restrições de uso em derredor. Por outro lado, tornava-se extensão do Estado, esta passava a responder pela “vida e morte” dos capelistas, garantindo registro de nascimento, de óbito, de matrimônio, de registro de terras, dentre outros. O que significa dizer que sendo a comunidade reconhecida pela Igreja, também o era pelo próprio Estado.

Mesmo com as “notícias do precário estado de conservação a que teria chegado o templo construído pelo Padre Matheus”, o burburinho reinante, a agitação dos capelistas na praça, em frente da igreja indicavam que o núcleo estava sob o *status* de freguesia. Agora a praça não era mais da igreja e sim da matriz. Aparentemente o reconhecimento eclesiástico estava associado a interesses políticos e traria desvantagens para o outro grupo.

A notícia se espalha rapidamente, a vitória se concretiza sobre o Pe. Victorino José de Almeida, responsável pela capela de São Benedito, que almejava o *status* para aumentar a sua influência e a do vigário de Nazaré que aparentemente não aceitava ter sua autoridade e prestígio reduzidos.

Ser freguesia, portanto, era ganhar *status*, tornar-se importante no contexto político, gozando os fregueses e seu vigário de prerrogativas e atribuições que lhes asseguravam prestígio e certa margem de autonomia, atributos anteriormente pertencentes àquela de que se desmembrou e àquele que a dirigia. Em nosso caso, a Nazaré – freguesia de nossa Senhora de Nazaré – e seu vigário, a que, então, estávamos vinculados⁵⁸.

Havia o prenúncio de maiores vitórias, apesar dos interesses contrários, ou não tão contrários, e sim individualizados. Essa possibilidade aguçava a cobiça, compreendendo o efeito, o desfecho final, o trazer para si a emanção de privilégios e de autoridade. Entretanto a força de agregação em torno da capela de Santo Antônio que originou a cidade está em proporção com a resistência desprendida pelo outro grupo vinculado a igreja de São Benedito. A igreja do centro do arraial, com o *status* de matriz reafirma o poder daquele grupo inicial.

Mas agora, reunidos e “sustentando” uns aos outros, toda tempestade ou bonança parecia recair indistintamente. Contudo, há sempre disputas pelo mando, portanto, os benesses não se distribuem igualmente e por isso constam na história tentativas de manipulação de resultados eleitorais com uso da força, sendo necessário até a transferência do local da eleição para a zona rural, manobras para beneficiar determinado grupo ou pessoas com prestígio político ou conseguir a colocação de determinadas pessoas em cargos estratégicos para obtenção de vantagens políticas e econômicas.

A disputa dos grupos políticos para alcançar a liderança político-administrativa na cidade faz com que o jogo de forças permanecesse entre os dois grupos, disputando cargos, privilégios e eleições. Há possibilidade de que os membros desses grupos sejam os mesmos que disputavam terras no arraial e que se renovaram através dos seus herdeiros e aparecem no século XX conduzindo a valorização de terras e a

⁵⁸ Ibid. p 355

expansão da malha urbana de acordo com seus interesses, ou seja, sob os seus domínios.

A Igreja Católica disfarçando estratégias políticas, devido à perda de influência com a formação da estrutura administrativa municipal, pôde, mediante certos recursos tornar-se “invisível” e conquistar outras áreas. Deste modo, o clero transita entre poderes políticos e econômicos locais. Procuram se fortalecer através de novas edificações, com a construção de novos templos, A vinda de outros representantes, a Congregação Mariana, a Sociedade São Vicente de Paula, as Irmãs Mercedárias, são mais um reforço agindo diretamente com a assistência a comunidade, principalmente na área educacional.

Assim se estabelece em outros bairros da cidade, no Andaiá com a igreja de São José e em Nossa Senhora das Graças de cuja igreja o bairro recebe o nome. Hoje a cidade possui três paróquias, que aparecem relacionadas com as respectivas igrejas urbanas.

Quadro 1– PARÓQUIAS E RESPECTIVAS IGREJAS URBANAS EM SAJ

Paróquias	Igrejas urbanas exceto as sedes	Local
Santo Antônio	Cosme e Damião	Rua Antonio Fraga
	N. Sra. do Perpetuo Socorro	Cajueiro
	Santa Rita	Maria Preta
São Benedito	N. Sra. de Fátima	Invasão da Rádio Clube
	São Cosme	Urbis III
	Santa Terezinha	Bairro Santa Terezinha
	São Paulo	Bairro São Paulo
	São Francisco	São Benedito
	São Roque	Açougue Velho
	São Cristovão	Praça Silvestre Evangelista
	N. Sra de Guadalupe	Residencial Providência - Urbis IV
	N. Sra. das Graças	Bairro N. Sra. das Graças
São José	N. Sra. das Mercês	Alto Santo Antonio – bairro Renato Machado
	Santa Madalena	Bairro Santa Madalena
	Nossa Senhora Aparecida	Loteamento Sales
	São João	Casco

Fonte: D. Célia da Silva Santos . Ministra da Eucaristia da Paróquia de São Benedito

Portanto, as palavras de Queiroz “[...] o exercício da autoridade sempre foi fascinante, também gerando e mantendo, quando não aumentando, prestígio [...]”⁵⁹, se unem ao que já foi dito, trazendo o real significado do papel dos padres, na organização espacial e política e permite vislumbrar a dimensão estratégica e os recursos utilizados na concepção da vida urbana em Santo Antônio de Jesus. Evoca as roupagens do “poder” das quais se revestem os padres, utilizando-se da proximidade com os fiéis que a função eclesiástica facultava e das prerrogativas das funções judiciárias e policiais, como elementos de manobras a seu dispor.

Assim, há imposição da vontade pela força, a aceitação da autoridade investida pelo cargo exercido, o jogo de habilidade e simpatia, o tirar vantagem da posição econômica, do cargo ocupado, ou da situação geográfica. Estas constatadas desde a construção da capela com a adesão dos vizinhos no empreendimento, por persuasão ou para garantir um “lugar no céu”, nos processos de desapropriação para reorganização do núcleo, nas benesses concedidas em leis e decretos e principalmente, até nos dias atuais, com as trocas de favores.

As implicações deste campo de força e de valores na formação da cidade levou a revelar a convivência entre o sagrado e o profano que desenha e articula o centro comercial, as impressões deixadas, as interações possibilitadas pela espacialização do comércio nas cercanias do adro. Sendo que tudo isso resulta na expressão geográfica inicial do núcleo urbano, balizada na localização e materialização do sagrado, na circulação de pessoas que as vincula à lógica econômica regional, definindo a sua funcionalidade. É o espaço profano sendo criado e delimitado pelo sagrado.

Quando a igreja e o mercado público foram demolidos na década de 1970, deram lugar a um jardim no centro da praça, organizado de forma tal que todas as direções de circulação convergem para a frente da igreja, como a concentrar e dispersar fiéis na área circundada por um estrutura circular e até a década de 1980 estava recoberta por “mimos do céu” em toda sua extensão, como a garantir a sagração da terra. A igreja perde posição de destaque, mas procura sobrepor-se na arquitetura.

Nas últimas décadas, a Igreja Católica vem disputando fiéis com os protestantes,, como em todo Brasil. Com apoios políticos de ambos os lados, ambas

⁵⁹ Ibid, p 351

garantem a concessão de terras pela Prefeitura e investimentos de comerciantes para as suas festividades. Na década de 1990 a prefeitura concedeu doações de terras tanto à Igreja Católica quanto aos protestantes que conseguiram negociar junto a Prefeitura, tanto pelo número de adeptos (eleitores potenciais), quanto pela “conversão de políticos a seus ensinamentos.

Uma doação em especial chama a atenção por ser no Loteamento Quinta do Inglês, uma das áreas mais valorizadas da cidade, mas esta foi concedida aos protestantes, a Igreja Betel. Este ano, 2010, outra concessão feita pela prefeitura aos comerciantes, provavelmente a pedido destes, serviu para exaltar os ânimos. Foi autorizado o funcionamento das empresas no dia de *Corpus Christi*. A Igreja Católica associou-se ao Sindicato dos Comerciantes e conseguem reverter a liberação.

A Igreja Católica continua defendendo seus interesses e de forma bastante incisiva, pois foi alcançando outras vitórias ao longo dos anos: retirou a micareta da praça Padre Matheus nos últimos anos em que foi realizado na cidade. Esse evento foi deslocado para as praças Felix Gaspar e Rio Branco; a festa de São João só aconteceu nesta mesma praça acerca de dois anos. A praça já é do comércio, das barracas de lanches e bebidas, dos bares, da prostituição e do tráfico de drogas, mas de forma sutilmente organizada. Mas a Igreja Católica de certo modo ainda detém o adro sob seu domínio.

2 A CIDADE DAS FLORES

Era uma vez, uma Vila; Vila de gente pobre, de poucas ruas e poucas casas e pouca gente; [...] e o caminho das tropas que chegavam a esta vila se tornou o mesmo caminho de trem de ferro; e por este caminho, chegou gente e saiu gente; chegou mais do que saiu [...] E plantaram muitas Palmeiras; e as palmeiras cresceram; e a Vila também cresceu; cresceu quis ser cidade. Virou cidade, CIDADE DAS PALMEIRAS; [...] e a cidade cresceu chegou mais gente; fizeram casas , nasceram ruas, fizeram ruas e bairros [...].

(Fragmento extraído do folheto anual da Festa de Santo Antonio, de junho de 1969, escrito pelo ex-prefeito Ursicino Pinto de Queiroz)

Como exposto anteriormente, as terras que correspondem hoje ao centro da cidade e suas imediações compunham as terras do padre Matheus. Além de que outros dois sítios aparecem também nas proximidades do arraial, o do Padre Bento e o do Padre Antonio Ignácio Álvares de Miranda. Considerando também que houve a doação de terras para a igreja de São Benedito, subentende-se que a Igreja detinha tanto as terras correspondentes ao arraial, quanto aquelas por onde este deveria se expandir, salvo algumas exceções.

Conseqüentemente, a apreensão dessa paisagem requer também a visibilidade da apropriação e do parcelamento da terra, uma vez que “o desenho urbano é resultante da forma de divisão da terra⁶⁰” e a paisagem decorrente se “redesenha continuamente a partir do chão; espelha primeiro a forma de ocupação do uso⁶¹”. Entrementes, se a ação dos agentes ao produzir o espaço modela a cidade e interfere decisivamente na localização de outros usos da terra e se a terra urbana, além de suporte físico, expressa os requisitos locacionais das atividades⁶², se faz necessário analisar como a Igreja, comerciantes/proprietários de terras e o Estado, nas ações que demandam, estruturaram e organizaram o espaço urbano de Santo Antonio de Jesus.

O domínio eclesiástico, as vias de acesso e circulação, a organização econômica, e a função regional da cidade são os elementos que auxiliam na

⁶⁰ MARX, op. cit, p 14

⁶¹ Ibid, p 31

⁶² CORRÊA, op.cit

compreensão da paisagem urbana de Santo Antônio de Jesus, permitindo a formação da base territorial. Porquanto o viés territorial implica de certa forma uma combinação de regras externas que foram assimiladas, a exemplo das eclesiásticas e das econômicas, como também daquelas que ali foram construídas. A designação “Cidade das Flores”, contextualiza a cidade de Santo Antônio de Jesus, do final do século XIX até a década de 1930, momento em que a estrutura produzida sustenta a reajustes econômicos.

2.1 O Estado e o comércio na organização espacial

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Santo Antonio de Jesus, “já era como uma capital daqueles rincões saudosos do trabalho escravo⁶³”. Esta comparação de Isaías Alves decorre provavelmente pela centralidade exercida pelo pequeno núcleo devido a confluência de caminhos que a organizou, pelo escoamento e comercialização dos produtos da região; como também pelas possibilidades vislumbradas de crescimento pela chegada da ferrovia e pelo número considerável de estrangeiros que abrigava e que ampliava as relações comerciais desta cidade com a Europa.

A capela do Padre Matheus como era usualmente chamada, surge como cidade em 1891, onze anos após ter se desvinculado de Nazaré das Farinhas. A criação do Juizado de Paz, da Câmara Municipal e do Mercado público movimentaram o aglomerado nos primeiros anos da cidade. À Câmara Municipal cabia papel importante na condução dos negócios das cidades e decidia sobre impostos e taxas, controle de preços, limpeza das ruas, além de realizar pequenas obras como manutenção de fontes, bicas, conservação de pontes e calçamentos de ruas⁶⁴.

Aparecem neste período os primeiros cuidados com as fontes públicas e o centro comercial passa por reforma, ganha calçamento a praça Padre Matheus e a rua dos Nazarenos (rua Landulpho Alves) e é construído o Mercado Público, no centro da praça atrás da igreja. São os primeiros sinais de arrecadação própria e dos “frutos” gerados

⁶³ ALVES, op. cit. p 42

⁶⁴ VASCONCELOS, 2000

na extração de manganês. O crescimento econômico e a maior valorização daquele espaço, leva a inexistência de terrenos devolutos, até mesmo no seu entorno. Assim, no final do século XIX, já se informava que

[...] o município [...] não encerra terras devolutas; põe em praça os impostos, adquire um cofre; contratava pessoa hábil para sua escrituração. Era o primeiro decênio da Vila, que progredia incessantemente, seguindo o calçamento pela Rua dos Nazarenos e da paz com os primeiros cuidados com as fontes públicas, com a casa da prisão, onde se põem tarimbas⁶⁵.

A vida prosseguia, entre ódios, vinganças e manobras em compras de terras e eleições, nomeações de fiscais de impostos e das posturas. A arrecadação de impostos é aprovada e as multas provocam “mal-querença”, é o esquecimento dos deveres e obrigações. Mas os comerciantes, como os de hoje, garantindo as vendas incentivavam as festas na capela. A municipalidade de Nazaré cobrava indevidamente imposto de trânsito sobre produtos, justificando a perda de parte da sua renda com a separação da capela. Isto depõe sobre as manobras e artimanhas dos agentes nas relações de poder.

Do outro lado, a terra urbana é cada vez mais valorizada. As terras da sede passam a ser alvo de disputa que é resolvida ajustando vantagens, com “boca calada e pé ligeiro”⁶⁶, ou com sorte e velhacaria nas palavras de Eduardo Almeida quando se refere à compra das terras do padre Matheus por Manoel José da Paixão e Araújo, em meados no século XIX que a disputava com Felix Gaspar de Araújo e Almeida. As duas famílias detinham a maioria das terras da Capela.

Muitos terrenos ainda permaneciam livres no centro da cidade, como casas em ruínas, mas provavelmente já servindo à especulação. A maior parte dessas terras, agora estavam concentradas nas mãos de famílias tradicionais ligadas à política local. A consolidação do grupo social e o crescimento do povoado incrementavam as necessidades básicas de vestuário, alimentação, ferramentas etc., que por sua vez exigiam maior variedade de produtos no mercado.

As vendas, pequenas casas comerciais, já não eram “bem quistas”, foram aos poucos substituídas pelos armazéns de secos e molhados que deveriam fornecer todo

⁶⁵ ALVES, op. cit. p 244

⁶⁶ Ibid. p 242

tipo de produto, “do prego ao bacalhau, do carretel de linha ao azeite para a candeia, da cachaça ao tecido para a confecção de peças de vestuário e de uso doméstico, da fruta ou verdura ao fumo de corda ou o rapé⁶⁷”. Naquele momento, não só a propriedade da terra era sinônimo de posição social, “as vendas davam sentido econômico e social”⁶⁸, enquanto símbolo indiscutível também de força econômica.

Dentre os agentes, os comerciantes parecem pela repercussão das relações comerciais, exercerem maior influência para definir ou direcionar as principais transformações no centro da cidade, através de articulações junto ao Estado. Porém a Igreja Católica constituiu o ponto de partida da organização urbana. Se o território é a materialização de um campo de forças que vai sendo definido e delimitado pelas relações de poder, entre o poder constituído pelo Estado e o poder constituído pelo grupo social⁶⁹, o desafio é estabelecer a coerência necessária na condução da análise das relações que são engendradas pelos diversos agentes sociais nos processos de construção e articulação territorial, e os reflexos decorrentes. Para tanto, buscar a afirmação de Corrêa, de que

[...] a territorialidade, por sua vez refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas⁷⁰.

Afinal, o território explicita a materialidade através dos diversos objetos distribuídos, pelas áreas com funções específicas, e pela capacidade de articulação dos grupos.

Então, se o território expressa o espaço geográfico por intermédio de uma rede de relações de poder, que se concretizam nas práticas materiais e simbólicas, permite que aspectos econômicos e suas extensões regionais sejam analisados para compreensão da organização e da produção espacial da cidade. Desta forma, também a organização espacial vem como a “dimensão da totalidade social construída pelo

⁶⁷ Ibid. p 304

⁶⁸ ALVES, 1967. p 221

⁶⁹ SOUZA, 2002

⁷⁰ CORREA, 2002, pp 251-252

homem ao fazer a sua própria história⁷¹”, sendo que esta pode permanecer ou se modificar, dependendo das forças e das relações que interagem em ambiência.

A concessão feita pela Igreja Católica para a construção do barracão no seu adro incita algumas considerações: naquele momento em que a Igreja teria seus privilégios e influência reduzidos frente a comunidade, quais fatores interferiram na concessão? Tudo indica uma estratégia para garantir alguns privilégios, mas concretamente, quais os ganhos com isso? Ninguém poderá dizer que os padres não eram importantes aliados nas estratégias políticas. Diversos se destacaram na história, como articuladores e líderes políticos.

Tudo isso faz lembrar de Murillo Marx⁷² quando afirma que o espaço urbano público evoluiu entre o sagrado e o profano, ao demonstrar que as aglomerações urbanas viviam, ou melhor se estruturavam sob dois braços o temporal e o espiritual e que o fato da Igreja e do Estado se unirem até um dado momento trouxe conseqüências importantes para o núcleo urbano em formação, o que auxilia na compreensão da organização espacial. Desta forma foi interessante observar de que forma a Igreja interferiu na configuração urbana.

A feira acontecia no adro, atrás da Igreja, e exibia qual uma vitrine o resultado da produção local, os produtos base para a subsistência, a “labuta” e o colorido daquela gente. O mercado público, o chamado Barracão de farinha, disputava com a Matriz de Santo Antonio as atenções, as reverências e até mesmo o tempo de permanência de moradores, trabalhadores e visitantes no centro do arraial. É forçoso reconhecer que são elementos que ficaram impressos na memória dos santantonienses, uma vez que suas vidas giravam em torno destes.

O comércio local era incrementado com a feira-livre que concorria com as casas de comércio ao redor. Naquele lugar encontravam-se desde animais vivos a peças de vestuário. As mercadorias eram espalhadas pelo chão em esteiras, folhas de bananeiras, ou sobre balcões improvisados nas barracas. A feira ainda acontecia nas sextas-feiras para não rivalizar com a feira de Nazaré aos sábados⁷³, e com isso garantia bons negócios, aproveitando as tropas que por ali dormiam a caminho de

⁷¹ CORREA.1995, p53

⁷² MARX, 1989

⁷³ ALMEIDA, Eduardo. Memórias de um Pária. Salvador: Adipro. 2006.

Nazaré. Então nesses dias, era comum a contratação de ajudantes nos armazéns, como pode ser apreendido no fragmento abaixo:

Para as feiras às sextas feiras, vinham mais dois ajudantes, Antonio "Duas cabeças", preto que cortava o charque e gritava as pesadas para João Farias anotar pelos fregueses, lavradores que geralmente compravam a crédito. Era este um serviço pesado, em muitas feiras retalhavam-se cerca de mil quilos de carne seca do rio Grande, bacalhau, cachaça, vinho, vinagre, sabão, sal (alguns sacos) e muitos outros gêneros. Sebastião era empregado de serviço, ajudava também as feiras fora do balcão⁷⁴.

É interessante notar que ao falar de Sebastião, Eduardo Almeida parece falar do estabelecimento de barracas por parte dos donos de loja, como extensão da loja ou dos armazéns na feira livre. Então a concorrência com os feirantes não estava restrita ao espaço das lojas. Isto gerava reclamações e atritos porque os feirantes deveriam se sentiam lubridiados, sofrendo concorrência desleal. Este era um ponto de conflito, entre feirantes e comerciantes.

Na rotina de trabalho na capela, "não havia folgas,[...], começava às 6 ou 6 e meia da manhã com a abertura da casa, terminava às 8 da noite", ou enquanto houvesse freguesia durante toda semana. Todas as refeições eram feitas no local de trabalho. Essa rotina também reflete o dia a dia de outros tantos trabalhadores do comércio desta e de outras cidades neste período. Elementos fundamentais e em grande número nas cidades, os "caixeiros", se organizaram e conseguiram, não sem reclamações e nem tentativas de burlar as leis, o fechamento do "comércio ao meio dia dos domingos, e no diário, às oito horas da noite, as casas de fazendas, e às nove as de molhado"⁷⁵.

Com o declínio comercial de Nazaré devido ao desvio de mercadorias do seu porto para o de São Roque, com a extensão da ferrovia (1875), a perda dos impostos gerados (1880) e dos impostos provenientes da Capela, os comerciantes de Nazaré procuraram estabelecer filiais na Capela. A rua dos Nazarenos foi o centro comercial mais importante, na época. A formação da rua dos Nazarenos parece indicar a definição de territórios concorrentes com o aval da Câmara Municipal que não abria mão dos rendimentos que resultariam dos novos estabelecimentos comerciais. Mas ao

⁷⁴ Ibid, p 42

⁷⁵ Ibid. p 39 e ALVES, 1967. p 244

mesmo tempo parece minimizar a situação do conflito pela delimitação da área mais importante da cidade como prioritária para os comerciantes locais.

Desta forma foram criadas áreas específicas para cada grupo: os santantonienses permaneceram na praça da matriz local de concentração comercial; os nazarenos foram conduzidos a uma rua marginal, onde se instalaram, era uma rua que aparentemente o movimento se restringia aos cortejos fúnebres e ou, a alguns corajosos que de vez em quando cortavam caminho, pelo lado do cemitério, era a rua da Paz. O acesso ao comércio local não seria impedido, contudo a concorrência era driblada pela localização. O que não é visto, não é lembrado, muito menos vendido ou comprado. A existência de casas em ruínas no centro do arraial, não implicava que estas estivessem disponíveis para venda, o que pode ter contribuído para a abertura da rua dos Nazarenos.

Ainda com Eduardo Almeida, o centro comercial, no século XIX foi recortado, suas memórias ajudam a reconstruir esse espaço, com detalhes só percebidos por aqueles que a vivenciaram. Oferece desta forma uma imagem do centro comercial de então, sua localização e limites. A reconstrução da zona central dá vida aos agentes, apresenta as edificações e sua função, localizando-as por ruas. Conforme Almeida,

A rua dos Nazarenos começava da loja de Manuel José, seguia-se um muro cego [...] por diversas casas, a maior onde Anselmo teve padaria; depois do muro era a casa de Misael Lopes da cruz, [...], circundava pelo fundo do armazém que fazia esquina para o [...] “Beco de Misael”,[...]. Do outro lado do beco era a loja do Manié [...], junto a essa a loja de Manuel Ferreira Barreto e residência, em seguida a venda de Daltro, que era seguida da “Loja popular”, de Aprígio, fronteiro à qual ficava o grande armazém do Barros. Voltando para o começo, havia casa de morada seguida da loja de Justiniano Galvão, imediatamente o armazém e loja de Tertuliano Sampaio [...], armazém de Joaquim José de Magalhães, a grande quitanda de “tia Vitória” e “tia Gliceria”,[...]. Seguia uma loja de massas e depois o armazém de José ou João Alves Dias, em cuja casa algum tempo depois Artur estabeleceu loja. Continuando a rua dos Nazarenos, fazendo ligeiro ângulo, [...], seguia a rua de Cima, certa, sem calçamento até o trecho da casa Tavares;[...]⁷⁶.

A praça da matriz se desvela para nós, pelo sobrado do Sr. Pires, a marcenaria de Ciro, a casa de Chico Liberal, a casa da modista, ao lado da igreja, a tenda de Alfaiate de “Seu” Cirilo, a casa de Evaristo Andrade, “bonitinha, de frente azulejada,

⁷⁶ ALMEIDA, 2006, p 60

portão e jardim ao lado”; a casa do teatro que foi transformada em hotel e depois, em diversas casas de negócio e morada. Aparecem armazéns de secos e molhados, vendas e quitandas do lado do prédio da Filarmônica Carlos Gomes, duas padarias, o Noya, único hotel da cidade, a farmácia do Dr. Esteves, dentre outros comércios e residências.

As casas de residência de adobes, cobertas de telhas, poucas de tijolos, normalmente de “parede-meia” misturadas às comerciais contornavam o adro. “Maiores umas, menores outras, mas sem castelos e solares”. As de taipa e palha provavelmente estavam mais afastadas do adro. “São do século XIX, no seu crepúsculo, as edificações, as poucas imponentes, como, por exemplo, as construídas para Dr. Felix Gaspar de Araújo e Almeida, na rua de Baixo (Sete de Setembro atual), e para Aprígio Alves de Almeida, na Boa Vista (Praça da Edificadora, atual Renato Machado), ambas residenciais⁷⁷”.

Dos caminhos das tropas surgiram ruas seguindo o seu percurso, acompanhando-os paralelamente, ou cruzando-os, muitas dessas compuseram e compõem o centro comercial de Santo Antônio de Jesus hoje. Outras ajudaram no processo de expansão da malha urbana, direcionando em parte o seu crescimento. Cabe considerar que nas ruas Tiradentes e Sete de Setembro só foram mencionadas edificações na entrada, o que nos leva a supor que essas, ou ainda não estavam bem definidas, ou eram apenas residenciais, desconsiderando-as na descrição. Contudo, chama a atenção o fato de ter incluído a rua dos Meios (Machado Bittencourt), como rua comercial. Isto demonstra que o caminho para o Andaiá, que ainda era cercado por fazendas em certo trecho, também possuía atividades comerciais, conforme depoimento de Almeida:

Daí em diante [se referindo ao final da rua Ruy Barbosa] são muitos moradores de um e outro lado da rua, entre eles, Paulo Moura que tinha loja, Belmiro Novaes também com loja, outros negócios continuando até o fim do Andaiá, com boas casas de negócio, [...] pois por ali havia movimento, as feiras (nas sextas-feiras) começava dali, onde comprava-se muito café e vendia-se tudo⁷⁸.

⁷⁷ QUEIROZ, op.cit. p138

⁷⁸ ALMEIDA, E. op.cit, p 63

Nessas vias foram contabilizadas 219 edificações, entre comércio, residências, igreja e hotel, metade dessas eram residências que se misturavam às casas comerciais (Tabela 1). Entre as residências constam umas seis em ruínas que foram demolidas para a construção do Cine Glória, para alargamento da rua Tiradentes e abertura da rua Monsenhor Francisco Manoel da Silva. Por essa época, se fazia visível no centro comercial uma agência dos correios, os armazéns de fumo e café, apesar de não haver discriminação na categoria armazém. As lojas atendiam às necessidades de vestuário, casa e decoração e ferramentas. Os armazéns, de modo geral, atendiam em grosso, designação anterior para atacado e a varejo.

Tabela 1 - EDIFICAÇÕES NO CENTRO COMERCIAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS
FINAL DO SÉCULO XIX

Edificações	Totais	Especificação	Unidades
Residências	120	sobrado	4
		casas	116
Igreja	1		1
Cemitério	1		1
Escolas	3		3
Hotel	1		1
Comércios / Serviços	80	oficinas	4
		armazéns	19
		vendas	15
		quitandas	13
		lojas	21
		estanques	3
		depósito	1
		açougues	2
		farmácias	2
Artesanato	13	ferreiros	2
		seleiro	1
		alfaiates	2
		sapateiro	1
		funileiro	1
		marcenaria	1
		padarias	5
Total Geral de Edificações			219

Fonte: Organizada a partir das memórias de Eduardo Almeida sobre o centro da cidade de Santo Antonio de Jesus (praça Padre Matheus, rua dos Nazarenos, rua de Cima, rua dos Meios e entrada da rua 7 de Setembro).

Enquanto mapeávamos este espaço e recriávamos a paisagem das ruas, vão se definindo territórios. A praça da Matriz se estende sob os interesses da Igreja, o do poder público e dos comerciantes. A interferência do poder público já se fazia sentir desde o início do século XIX, quando impõe por força da higiene pública o fim dos sepultamentos no adro da Igreja, opondo-se às normas da Igreja. Este confronto ocorria em escala mundial em prol da saúde pública.

Entre vendas, armazéns e pequenas lojas, circulavam homens e mulheres no ritmo das compras para saciar necessidades e vaidades. Vendia-se de tudo um pouco, alimentos, dentre outros, a carne de sertão vindo do Rio Grande do sul, o queijo da Holanda, as “fazendas” ou tecidos que eram amplamente requisitados vinham de Valença ou de Tororó, estes eram tecidos mais baratos e menos resistentes, ferramentas, as ameixas, as passas e figos do Natal, o queijo flamengo, as castanhas de Portugal”⁷⁹.

A Capela do Padre Matheus, como ficou conhecida a cidade, atendia às necessidades da população ali residente e daqueles que dela dependiam para comercialização dos seus gêneros. Mais uma vez, fazendo uso da descrição fluida de Isaias Alves, recria-se a base econômica que dava sustentação a Santo Antonio de Jesus, no final do século XIX.

A velha almanjarra cedeu lugar ao motor elétrico, que mantém a velha indústria da farinha. Ao antigo engenho de moenda metálica, abandonado após a abolição, deram por substituto o rodão de café, acionado por um animal [...] Na casa do rodão, antiga do engenho, cuja dignidade desapareceu, vêm-se os varais de fumo, que era cultura secundária, na escravidão. São varas de pendurar os cambões, dois ou quatro pés de fumo, que ficam nos andaimes de várias estruturas de bambu, para a seca do tabaco. Vem perto o giráú de feijão, as bruacas, malas de couro cru, para transporte de produtos que se não devem molhar, o banguê, feito de cipó, para carregar terra, o pilão de moer café torrado, milho e outros⁸⁰.

Na citação, além da dinâmica econômica, da convivência de diversos produtos, fica subentendido o declínio da lavoura açucareira. Mas, apesar do destaque do açúcar no Recôncavo, “os rios não propiciaram o surgimento de grandes engenhos”, contudo “acompanharam, sem dúvida, a marcha do povoamento dessas terras, instalando-se,

⁷⁹ ALVES, op.cit.p 52

⁸⁰ Ibid. p 44-45

principalmente, às margens dos rios Taitinga, Sururu, Jequitibá, Má Vida, Preto e da Dona”⁸¹. Apesar de que não houve grande destaque enquanto atividade econômica, predominando uma estrutura de engenhos de pequeno e médio porte.

Isto reporta a Costa Pinto quando afirmou em 1958 que o Recôncavo sedimentou uma sociedade regional bem definida com uma economia extremamente variada nos tipos e níveis de atividade que correspondem a valores sociais engendrados pelo seu próprio funcionamento histórico. Distingue as zonas: da pesca e do saveiro, na orla marítima e nas ilhas; a do açúcar, nas terras do massapé; a do fumo, mais recuada no litoral; a da agricultura de subsistência que se espalha pelo Recôncavo, mas se concentram mais no sul e sudeste; a do petróleo nas terras do massapé, nas ilhas e orla marítima e a zona urbana de Salvador. Deste modo,

[...] as fronteiras sociológicas do Recôncavo não se representariam por linhas, mas sim por faixas, faixas de transição, nas quais os seus característicos geográficos, econômicos e sociais mesclam-se com traços típicos de outras áreas adjacentes, que tendem a predominar na medida em que nos afastamos das margens da baía para as matas do Sul, para as caatingas do sudoeste ou do Nordeste, para as praias do Litoral-Norte⁸²

As lavouras de cana de açúcar em decadência no mercado mundial e a de mandioca estavam sendo reduzidas, cedendo lugar a pastagens para a criação de gado, o fumo e o café. Todavia, os engenhos ainda contribuía com o mel, o açúcar “preto”, a rapadura, que eram vendidos na feira. Os alambiques, a eles associados estimulavam as idas às bibocas, as vendas, pontos de encontro, para um “trago”, no final de tarde, e manter-se informado dos acontecimentos, da fofocas; ou até mesmo a garantir o “repasto” nas tavernas, consideradas antro de perdição dos homens de bem.

A produção para subsistência, principalmente a da mandioca para o fabrico da farinha, comandou o comércio e regeu a vida local. Além da produção local, também vinha farinha de São Miguel das Matas, Dom Macedo Costa, Conceição do Almeida, Nazaré, Laje e Mutuipe. Essa atividade abastecia a população local, a da região e as

⁸¹ QUEIROZ, op.cit p 128

⁸² PINTO, L. A. Costa. Recôncavo : Laboratório de uma experiência humana. IN: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org). Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição. Salvador:Fundação Casa de Jorge Amado. 1998, p 104-105 [1958].

idades canavieiras, atendendo à demanda dos homens que se deslocavam para colonizar o Sertão e, também, à população de Salvador, capital do estado⁸³.

Talvez alguns dos leitores questionem o porquê de aqui aparecer a paisagem rural o mundo rural e suas dimensões sociais e econômicas, mas no fazer da cidade, o campo não desaparece, permanece nas dissimulações dos seus limites, ou adentra pela malha como espaços rurais encaixados no espaço urbano”. Por efeito dessa organização é possível falar de “resíduos de áreas caracteristicamente rurais” ou, subespaços rurais que permanecem no tecido urbano, algumas vezes são dissolvidos, noutras mantidos e recriados⁸⁴.

Desde que se admite a presença de espaços rurais, no espaço urbano, admite-se também a manutenção de hábitos rurais, a prática de atividades tipicamente rurais, contrapondo-se ao viver urbano, mas para tal, é preciso compor a cidade “não só pelo progresso, mas também por seu reverso”⁸⁵. Como se vê, a cidade recobrando o campo, não apaga completamente seus vestígios, os sítios transitam entre a harmonia e o conflito, algumas chácaras conseguem se manter na área urbana e garantem a sobrevivência dos seus proprietários.

Por ora, dizer que a cidade aparece mesclada pelo rural não será contra senso, uma vez que, conforme indicado na Tabela 2, a quantidade de casas de farinha (25) era superior ao número de armazéns de café (17) e fumo (16). Estavam distribuídas pelo centro do núcleo, tendo maior concentração na rua Ruy Barbosa dividindo espaço com os armazéns de café. Indícios da sua importância para a população e para a economia local. Isso também depõe sobre a manutenção de hábitos e costumes rurais na Capela, como também implica dizer que a cidade não vive tão somente das inovações, mas sim da combinação de modos de vida.

⁸³ Ibid, p 32.

⁸⁴ MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, Amélia Luisa. CARLOS, Ana Fani Alessandri. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (org).O espaço no fim do século: a nova raridade. 2ª edição. São Paulo:Contexto. 2001. p 214-220

⁸⁵ Ibid.p 215

Tabela 2 - QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE CASAS DE FARINHA, ARMAZÉNS DE CAFÉ E FUMO SANTO ANTÔNIO DE JESUS 1900 -1902

Logradouros	Casa de Farinha	Armazém de Café	Armazém de Fumo
R. Ruy Barbosa	16	13	3
R. Silva Jardim	7	3	0
Pça. Félix Gaspar	0	1	5
Av. Luiz Viana	1	0	0
R. da Edificadora	0	0	2
R. Bela Vista	0	0	1
R. 15 de Novembro	1	0	1
Pça Prudente de Moraes	0	0	4
Total Geral	25	17	16

Fonte: Livro de Registro de Impostos sobre Indústrias e Profissões Arquivo Público Municipal de Santo Antonio de Jesus

A concentração de casas de farinha na rua Ruy Barbosa remete a existência também de uma área caracterizada com subespaços rurais. Tanto nesta rua, quanto na Silva Jardim vários espaços destes se agrupavam ocupando boa parte da rua, o que indica que nestas ruas, onde há concentração, a pressão para fragmentação exercida sobre estes espaços foi sem dúvida menor que onde estes se apresentavam isolados, como no caso da rua 15 de Novembro. Assim, essa organização vem como auxiliar para a compreensão do que era visto, do apreendido da cidade da Capela. A feira-livre de Santo Antônio era outro elo de ligação entre o viver urbano e rural e revelava muito da cultura do Recôncavo Baiano⁸⁶.

Até nossos dias a comercialização da farinha em Santo Antonio de Jesus implica grande movimentação financeira e conexão desta urbe com Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais (especialmente no verão quando há escassez do produto na região), e com as cidades circunvizinhas, principalmente Aratuípe e Nazaré que ajudam a alimentar o mercado local. Outros derivados da mandioca, também têm contribuído para o incremento comercial, a fécula, os beijus de variados sabores, gerando a criação da ExpoMandioca em 2004 pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (SEBRAE), evento anual em Santo Antonio de Jesus.

⁸⁶ SANTOS, Hamilton. Rodrigues dos. Vidas nas Fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia - Santo Antonio de Jesus 1948-1971. 2007. 225f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional).Campus V- UNEB. [2007]. p 38.

Mediante os fatos, a cidade apresentada aqui se transforma num produto dos processos sócio espaciais que refletem a interação entre várias escalas geográficas e que deve aparecer como fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível ou manipulável, de uma miríade de agentes modeladores, interesses, significações e fatores estruturais, sendo o espaço apenas um dos condicionantes em jogo⁸⁷.

Concebendo que assim seja, o seu entendimento requer as relações e fatores que contribuíram para sua formação. Do mesmo modo, revela a intensidade de integração dos elementos no espaço intraurbano, as ações e agentes que se propagam ora de forma clara, distintas, facilmente reconhecíveis, ora indistintas, com suave intensidade, camufladas sob relações de influência que na maioria das vezes podem passar por suposições ou efeito da imaginação, mas que de certa forma conduz a uma organização que lhe é própria.

2.2 Por entre flores e cafezais a cidade desenhada

Os canaviais se expandiram das terras do massapê, para os distritos que rendiam “honras”, principalmente ao fumo e à mandioca, no oeste e no sul do Recôncavo. Contudo, o açúcar já não figurava como o produto de maior exportação. Caiu em 1860 para menos de 27% das exportações brasileiras. Enquanto isso, a produção do café cresceu, assumiu a liderança com o maior número de vendas para o exterior.

Em meados do século XIX, haviam surgido três centros principais de cafeicultura na Bahia, no extremo sul do litoral da província (Porto Seguro e Caravelas), nos municípios de Camamu, Ilhéus e Valença e outro que se estendia “de Nazaré para o Norte em direção ao município de Cachoeira, até o rio Paraguaçu. Ali, as elevações maiores e as chuvas mais abundantes favoreciam o café e permitiram que os

⁸⁷ SOUZA, op. cit

lavradores desenvolvessem uma variedade conhecida como “maragogipe”, famosa pelo sabor, o aroma e os grãos graúdos⁸⁸ que alcançou a marca de 50 % das exportações.

Na região de Amargosa, o café encontrou os fatores essenciais para crescer, florescer e desenvolver-se como o principal produto da região de meados do século XIX até 1930. Na análise da dinâmica regional de Amargosa, Robson Lins, aponta que o clima e o relevo, o alto valor econômico do produto, a chegada de imigrantes europeus com “experiência no plantio e comercialização do café” e a disponibilidade de negros e retirantes nordestinos, como mão de obra de baixo custo, foram os elementos que levaram ao desenvolvimento dessa lavoura.

Em resumo, o cenário estava montado para o florescimento de uma nova e importante região agrícola dentro do Estado da Bahia no final do século XIX, organizada em torno de um produto de exportação, até então, com grande poder de gravitação econômica, política e populacional que gradualmente dinamizava as relações espaciais, criando infra-estrutura para sua produção e comercialização. Nesse período, o já município de Amargosa, apresenta-se como o centro desta nova região de economia basicamente cafeeira e, em menor escala, o fumo⁸⁹.

A cidade de Santo Antônio de Jesus já se comunicava através de estradas de rodagem com as cidades de Nazaré e Amargosa desde aproximadamente 1857 e estreitaram seus laços cada vez mais com a implantação do ramal ferroviário, em 1892 e com isso as relações entre estas se intensificaram.

As marcas deste passado ainda estão bem presentes na malha urbana de Amargosa. A prosperidade anterior se materializou nas construções e nos “resíduos” de infraestrutura. O olhar se voltava para o “belo”, assim as atenções se voltaram, no período, para a criação de praças, propiciando contato direto com a natureza, mas de forma disciplinada. Essas novas perspectivas modificaram os centros das cidades no Recôncavo, no início do século XIX.

Se espalhando pelo sul do Recôncavo e ampliando as relações comerciais, lá se foi o café. Chega a Santo Antônio de Jesus e interfere, também, no desenho da pequena aglomeração, a amplia, incentivando o prolongamento da rua dos Nazarenos

⁸⁸ BARICKMAN, 2002. p 63

⁸⁹ LINS, Robson Oliveira. A Região de Amargosa: Transformações e Dinâmica Atual (Recuperando uma contribuição de Milton Santos). 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. UFBA [2007]. p 72

que seria denominada rua de Cima (atual Ruy Barbosa) e serve de conexão com o Andaiá, hoje um bairro da cidade. De sorte que “já é da República, no ciclo de café, quando mudou a configuração de Santo Antonio de Jesus, deslocando-se da rua da Paz e da rua dos Nazarenos para a rua de Cima, o centro da compra da rubiácea”⁹⁰.

Alves registrou o depoimento de um dos comerciantes de café da época:

[...] conservei a Loja Popular e fiz armazém para compra de café, na rua de Cima, hoje Rui Barbosa. Naquele tempo, começava a cair o açúcar. A rua de Cima era despovoada: vinha pouco além da minha loja, na rua dos Nazarenos, do tempo dos senhores de engenho. Agora começava a cidade a crescer. O café era comprado por mim e por Antonio Leite, que negociava em Santo Antonio e Currealinho. Depois entraram outros no mercado, até a queda do preço. Neste tempo construí o sobrado⁹¹.

O sobrado a que ele se refere é a atual Pousada das Palmeiras. Esta casa talvez tenha sido o passo mais efetivo, mais tarde, para a abertura das três praças do lado norte que posteriormente viria receber os armazéns de fumo.

Quanto à localização dos armazéns de café, estes se concentravam na porção oeste, da zona Central (Tabela 2), apesar de Eduardo Almeida indicar a existência de um deles, na rua Sete de Setembro, mas este não aparece nos registros. A paisagem atual da cidade não denuncia, salvo raríssimas exceções, a existência desses armazéns, do início do século XX, isto para não mencionar a importância deste produto para a economia santantoniense. A dedução inicial é de que os armazéns de café ou não existiram na cidade, ou existiram em pequena quantidade o que implica pensar que este produto não foi significativo na economia local, a ponto de modificar o desenho da cidade.

A inexistência, já na década de 1970, de construções amplas que servissem de indícios de depósitos para armazenamento de grandes quantidades de mercadorias, na rua Ruy Barbosa com exceção de duas que servem hoje à Cervejaria Antártica, parecia confirmar essa hipótese e negar o que foi colocado anteriormente por Isaias Alves. Outro elemento considerado foi a predominância de casas residenciais, exceto na parte bem próxima às quatro esquinas, ponto de encontro das ruas Landulpho Alves, Ruy

⁹⁰ ALVES, op.cit. p 44-45

⁹¹ Ibid. p 184

Barbosa e Gorgônio José de Araújo, onde havia armazéns de secos e molhados, lojas de tecidos e sapatos.

Tabela 3 - INDÚSTRIAS E PROFISSÕES - SANTO ANTÔNIO DE JESUS
1900 – 1902

Registros	Quant.
Açougues	22
Alambiques	04
Armazéns de café	17
Armazéns de fumo	16
Avaliador	01
Casa de farinha	25
Casa de ferragens, jóias, objetos de couros	03
Casa de molhados	74
Casa de obras de couros	01
Cabeleireiros	11
Depósitos	09
Estanques	03
Fábrica de Sabão	01
Fábrica de torrar café	02
Farmácias	02
Hotel	02
Oficinas com obras expostas	11
Olarias	02
Padarias	07
Profissões Científicas* (médicos e advogados)	24
Salão de Bilhar	01
Serraria	01
Serventuários da Justiça* *	07
Total	246

Fonte: Livro de Registro de Impostos sobre Indústrias e Profissões . Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus.

* Termo de registro no livro.

* * Utilizo essa terminologia para agrupar Escrivão Civil, Tabelião, Escrivão de Paz, Escrivão de Júri e Avaliador.

Todavia os dados obtidos sobre as indústrias e profissões na Tabela 3, demonstram um número significativo de armazéns de café na rua Ruy Barbosa, onde se concentrou grande parte dos armazéns, num total de 17 unidades, deve-se pensar também que estes, como também os demais estabelecimentos, deveriam existir em bem maior número do que o apontado no livro de registro, considerando assim que nem

todos os proprietários deviam estar atualizados com registros e impostos. Abaixo uma imagem da rua Ruy Barbosa, conhecida como a rua de Cima :



Figura 7– PAISAGEM DA RUA RUY BARBOSA - ENTRE 1920 e 1930
Fonte: Tau Tourinho - Arquivo particular

O livro de Registros de Indústrias e Profissões compila um total de 246 estabelecimentos com fins comerciais (Tabela 3). As casas de gêneros básicos (casas de secos e molhados, açougues e padarias) correspondiam a 41,8%, as casas de fabricação de farinha 10,2%, armazéns de venda de café em atacado 6,9% e armazéns de beneficiamento e venda de fumo 6,5%. Havia 25 casas de farinha na cidade, isto é evidencia de que mesmo morando na cidade, grande parte da população mantinha hábitos e rotinas do campo.

De acordo ainda com os dados obtidos e relacionados na tabela 3, apenas 246 donos de estabelecimentos efetuaram o pagamento do imposto, naqueles anos, e

obtiveram o alvará de funcionamento liberado, isto não equivale dizer que este número corresponda ao total de estabelecimentos no município. Do total apresentado, a cidade abrigava 83% destes estabelecimentos, sendo em sua maioria classificados como profissões. Uma incipiente estrutura de serviços se formava, com um percentual em torno aproximadamente de 15% do total apresentado na tabela.

Sem necessidade de grandes beneficiamentos e sem intermediação, apenas necessitando descascar os grãos, os lucros do café aumentavam, o que traduziu-se numa melhoria na condição de vida de pequenos produtores e da população pobre. Decorre possivelmente deste período, a instalação das primeiras torrefações de café nas imediações da praça central, apesar das freqüentes reclamações sobre o cheiro forte e a fuligem incomodar os moradores próximos. Até bem pouco tempo estes estabelecimentos ainda estavam instalados na zona central e impregnavam a cidade com o aroma de café. Foram os últimos estabelecimentos industriais a deixar a área central e ir se instalar no Distrito Industrial.

Organizados em ordem decrescente, alguns municípios do sul do Recôncavo com certa proximidade tanto física quanto histórica aparecem abaixo na Figura 8 ao lado de Santo Antônio de Jesus em 1907. Dentre estes, Santo Antônio de Jesus ocupava a 10^a posição com 13.924 habitantes. Amargosa, no auge econômico liderava seguido por Jequiçá, Ubaíra e Cruz das Almas. Municípios como Jaguaripe, Nazaré e Aratuípe, apresentavam redução populacional visto que perdiam a supremacia econômica. Do outro lado Conceição do Almeida, São Felipe, Lage, provavelmente pela lavoura fumageira, superavam Santo Antônio de Jesus com uma diferença populacional em torno de 5 mil pessoas. Com a desvalorização econômica do café após a década de 1930, alguns destes municípios transformaram-se em pólos dispersores de mão de obra, o que impulsionou o crescimento populacional na cidade de Santo Antônio de Jesus.

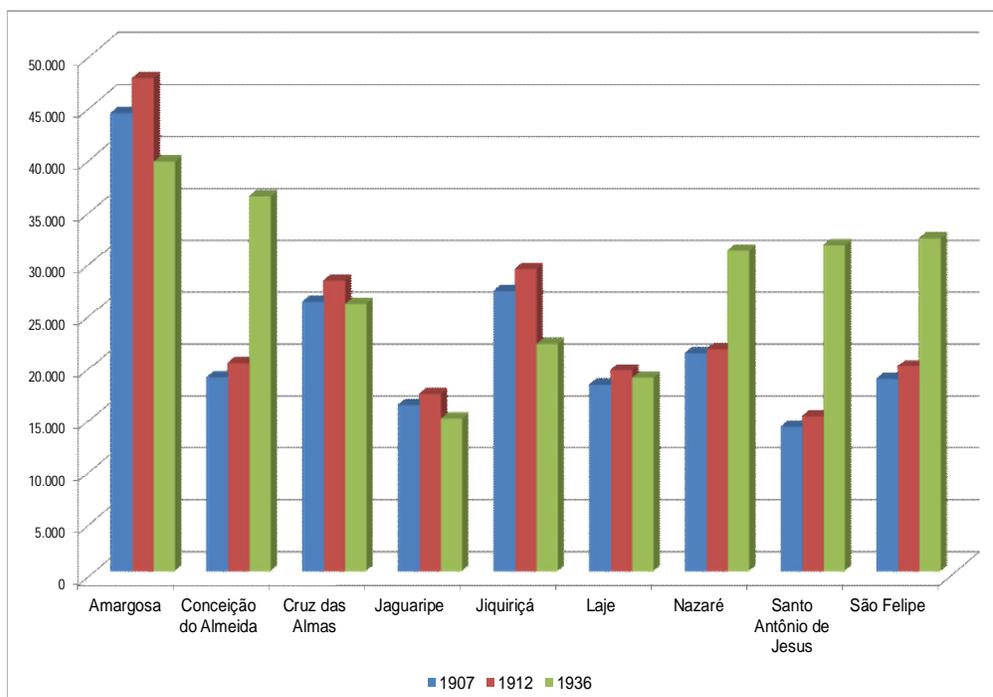


Figura 8– POPULAÇÃO - MUNICÍPIOS SELECIONADOS – RECÔNCAVO SUL -1907-1936
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Organização Ana Passos

Amargosa, em 1907, como centro regional devido a localização entre a zona da mata e o sertão, a lavoura cafeeira e a implantação da ferrovia, captou a maior parte dos fluxos populacionais e continuou crescendo. Em cinco anos aumentou a sua população em cerca de 3.400 pessoas, alcançando o número de 47.560 habitantes, para cair em 1936 para 39.474 habitantes (Figura 8). A redução da população de Amargosa de 8.086 em 24 anos, parece mais relacionada ao desmembramento sofrido para a formação do município de Brejões em 1924. Esse município no censo de 1936 apresenta uma população de 14.514 mil habitantes.

Por outro lado, Santo Antonio de Jesus, mesmo não apresentando em números absolutos o mesmo crescimento, proporcionalmente se equivale, cerca de 7% de crescimento entre 1907 a 1912 (15.000 hab). Neste ano ganhava impulso para um aumento acima de 50% (31.471 hab) em 1936, aproximando-se em números

populacionais de Nazaré e São Felipe, também se equiparou à população total de Jaguaripe. Neste ano, Conceição do Almeida superou os municípios circunvizinhos, com exceção de Castro Alves e Cruz das Almas. São Miguel das Matas e Aratuípe são os municípios que durante esses anos sofrem pequenas variações no número de habitantes.

A lavoura cafeeira associada à modernização dos transportes propiciou maior vínculo comercial entre povoados, vilas, cidades do sul do Recôncavo e do vale do rio Jequiriçá ao conectá-las ao sudoeste baiano, o que representou um aumento populacional em cidades que como Santo Antônio de Jesus, serviam de ponta de trilho, ou como conexão ao porto mais próximo. A Estrada de Ferro de Nazaré se fez tão importante que a “historia de urbanização do Vale do Jequiriçá foi desenhada com a presença e redesenhada com a ausência da ferrovia⁹²”.

Entretanto, alterações súbitas aconteciam, trazendo consigo momentos críticos, situações aflitivas a exemplo da crise econômica mundial de 1929, orquestrando embaraços nas relações econômicas e sociais no mundo, impondo a derrocada de produtores brasileiros pelo fim dos financiamentos, a perda dos Estados Unidos como mercado consumidor, e a queda dos preços que levaram à queima de 80 milhões de sacas de café⁹³. Com a decadência, os armazéns de compra e venda da rubiácea em Santo Antônio de Jesus, encerraram suas atividades.

O número de casas comerciais na rua Ruy Barbosa reduziu, algumas foram demolidas, outras remodelada-as completamente para residências. A zona comercial foi expandida com a comercialização do café parece retroceder até as quatro esquinas, junção da rua dos Nazarenos. Com o fechamento dos armazéns de café, esta parece reduzir-se à rua dos Nazarenos e à praça Padre Matheus. Todavia os armazéns de fumo já se faziam notar nas praças Renato Machado e Félix Gaspar.

Apesar dos anos de 1930 não trazerem alternativa de rearticulações econômicas a Segunda Guerra viabilizou a manutenção do país como produtor de matérias-primas e produtos agrícolas. Foram os anos de passagem da economia de base agrário-

⁹² JESUS, Elenildo Café de. Mudanças na paisagem física e social associadas à ferrovia Estrada de Ferro de Nazaré no Vale do Jequiriçá. 2007. 81f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e meio Ambiente). Universidade Estadual de Santa Cruz. [2007]. p 27

⁹³ BARICKMAN, op.cit. 2003.

exportadora para urbano-industrial, no Brasil. O estado interviu investindo em infraestrutura, principalmente na rede viária, impondo confisco cambial ao café, facilitando a importação de equipamentos para as indústrias, definindo-lhe taxas de juros negativas e investindo nessa produção⁹⁴.

O incremento da urbanização está associado à redução da participação da agricultura no produto total brasileiro. Após a crise de 1929 a produção de café ora era estimulada, ora, era violentamente contraída, sem esses embargos, argumenta Francisco Oliveira, o aumento na participação industrial e na agropecuária não seriam suficientes para justificar o incremento na urbanização. A agricultura forneceu os contingentes de força de trabalho e os alimentos que a cidade precisava, de tal forma que o crescimento das cidades brasileiras deve ser entendido dentro da compreensão de que o processo de acumulação impôs um crescimento horizontalizado dos serviços, o que trouxe a aparência de caos para os núcleos urbanos⁹⁵.

2.3 Fixando dormentes, definindo bitola: a chegada da ferrovia

O aroma do café acompanhou os caminhos de ferro e conduziu gente e produtos sobre trilhos, desta e de outras regiões. A possibilidade de uso do cacau na indústria foi outro elemento incentivador para que as viagens se tornassem mais rápidas e mais confortáveis acalentadas pela renovação tecnológica da via férrea e pela integração das áreas produtivas. O café impulsionou o desenvolvimento e a modernização no setor de transporte no Brasil, no final do século XIX.

O empreendedorismo e as modernizações tecnológicas, incitadas por uma conjunção de fatores internacionais, nacionais, e regionais ampliou a capacidade de carga nos transportes terrestres, levando a criação da primeira linha férrea no Brasil⁹⁶. Com os incentivos até a década de 1930 foram construídos 32.478 km de linha férrea no Brasil, mas nos trinta anos seguintes expandiu-se inexpressivamente, até entrar em

⁹⁴ OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Bomtempo editorial. 2003

⁹⁵ Ibid. 2003

⁹⁶ DNIT in: <http://www1.dnit.gov.br/ferrovias/coordenacao.asp>

completo declínio em 1970 pela concorrência das rodovias que começaram a ser implantadas como parte da estratégia de superação da perda da importância econômica do Recôncavo no período anterior.

As idéias políticas e territoriais do século XIX, segundo Zorzo, conduziram a construção das ferrovias. Decadentes, os capitalistas baianos buscavam novo enriquecimento e a retomada dos privilégios perdidos. Assim, a via férrea surge como uma solução para a crise por projetar-se como extensão do transporte marítimo ao conduzir os produtos do interior para os portos no litoral. Desta forma havia um direcionamento dos fluxos para as cidades dotadas de portos fluviais, ou para aquelas mais importantes do litoral e daí em navios para a capital⁹⁷.

O “começo de tudo”, na Bahia, se faz com o fixar de “dormentes”, pedaços de madeira, sobre o qual os trilhos são fixados e a definição da “bitola”, distância estabelecida entre os trilhos da linha férrea, da ferrovia Alagoinhas - Salvador, inaugurada em 1860, e concluída três anos depois, como sinônimo de modernização, pela redução no tempo exigido para percorrer determinada distância. No sul do Recôncavo a sonoridade do Maria-Fumaça ficou impresso nas memórias, associado à paisagem percorrida no serpenteio das planícies pela *Tram Road* Nazaré - São Roque (1875), como registro incontestável de sua existência.

[...] O burburinho, o pregão dos vendedores, os falares com sotaque daquela gente, os apitos do trem e do navio, o canto dos pássaros, o latido dos cães, entre outros sons, eram música para meus ouvidos. (...) Alguns rios e lagoas completavam o colorido quadro que, através das janelas, corriam em direção contrária ao trajeto do comboio. Após serpentear por planícies, atravessar um túnel aberto nas rochas e transpor algumas pequenas pontes, finalmente chegávamos a Nazaré, cobertos de poeira e, às vezes, também de fuligem. Se não me engano, além da "Maria-Fumaça" e do tênder, o trem era composto de sete vagões. Acho que tinha um ou dois vagões de carga⁹⁸.

Contudo, no trajeto de Nazaré a Santo Antônio de Jesus uma “xereta” aparecia, era uma segunda locomotiva que na parte traseira auxiliava o trem empurrando-o. É necessário uma força extra para percorrer trechos em aclives no percurso para Muniz

⁹⁷ ZORZO, Francisco Antônio. Ferrovia e rede Urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do recôncavo e sudoeste baiano (1870 -1930). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. 2001.

⁹⁸ CAMPOS, Luis. Crônica Minhas Férias em Nazaré (Parte II). Disponível em http://revistacegoavista.blogspot.com/2009/10/minhas-ferias-em-nazare-parte-ii_13.html. 2009, Acesso em Outubro/ 2009.

Ferreira e Santo Antônio de Jesus a partir de 1880, à medida que ia subindo em direção ao planalto, sobre o qual a cidade está acentada. Nesse vai e vem das engrenagens, a cidade de Santo Antônio de Jesus deixou de ser ponta de trilho quando aumentou a circulação com o prolongamento até Amargosa a partir 1892, que seguiu contornando o vale do rio Jequiriçá, até Jequié em 1927.

A ferrovia se instalou interligando núcleos urbanos, já consolidados como Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, e outras para escoamento da produção regional. A estrada de Nazaré transportava a produção do Recôncavo Sul, do baixo e do alto sudoeste: café, cacau, fumo e produtos de subsistência. À medida que foi sendo ampliada a rede ferroviária, o trem passava a ser o transporte mais utilizado para cargas e passageiros. A cidade Jaguaripe, neste ínterim, perdia o seu papel regional para a cidade de Nazaré, que já despontava no cenário das “matas do sertão de baixo” rivalizando com a cidade de Cachoeira.

Este fato, na cidade de Santo Antônio de Jesus, não difere da sua natureza geral na região, de forma tal que tanto vinculado ao escoamento da produção local, quanto “[...] para movimentar as massas rurais, no sentido da sede da Capela”⁹⁹, é que esse novo elemento veio compor a paisagem. “[...] Movido a lenha e água, arrastando cinco, seis vagões, levava e trazia gente, notícias, esperança¹⁰⁰” e ia além, com a valorização das terras dos sítios contíguos por onde passava. As negociações também impulsionavam os trilhos, firmava-se a troca da indenização das terras pela construção de uma parada férrea em seus domínios e assim o município comportou três estações: a do distrito sede (Figura 9), a de Varzedo e a de Santana.

⁹⁹ ALVES, 1967. p 229

¹⁰⁰ SANTA INÊS, Antônio Leal de. As Estradas da Esperança. São Paulo: Clube do Livro, 1982. p 30



Figura 9 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS
Fonte: Tau Tourinho – Sem indicação de data

A cidade de Santo Antonio de Jesus absorveu essa modernização tecnológica permitindo uma integração mais efetiva com outras cidades do sul do Recôncavo, que por sua vez interligava-as a outras cidades de outras regiões. Este período foi de intensificação de relações comerciais provenientes das novas conexões interurbanas provocadas por esse sistema de transporte, na época, mais rápido e eficiente. Enquanto a cidade de Nazaré se mantinha por mais tempo como centro administrativo e econômico na região, a cidade de Santo Antônio de Jesus ampliava relações comerciais em função do aumento do fluxo de pessoas e mercadorias em direção ao seu porto e depois para o de São Roque do Paraguaçu.

Cidades, como Santo Antonio de Jesus, que serviam de conexão entre o transporte terrestre e o de cabotagem ganharam destaque em relação às demais, recebendo ainda maior impulso, com a chegada dos trilhos que a ligava diretamente a outras áreas produtoras e estas aos portos. Segunda, quarta e sexta-feira seguia o trem

para Nazaré, retornando terça, quinta e sábado, assim eram conduzidos os fluxos do litoral para o interior. Aos domingos, o movimento era propiciado pela chegada do trem de Amargosa, manhã e tarde.

A cidade interceptava os fluxos do litoral para o interior e deste para o litoral. “À chegada do trem de Nazaré e de Amargosa, acorriam à estação dezenas de comerciantes e comerciários, chamados caixeiros [...], doceiros, e desocupados curiosos”¹⁰¹. Deste modo a ferrovia trouxe também oportunidade de sobrevivência àqueles que não eram absorvidos no comércio local. Eram doze cidades e vinte e nove estações interconectadas pela Estrada de Ferro de Nazaré cuja extensão era de 289,921 Km de extensão em 1960.

Portanto, pode-se ponderar que as vias já existentes fortaleciam algumas cidades e à medida que ocorriam os avanços nos transportes foi modificando a organização espacial. Tudo isso concorreu para o crescimento da antiga Capela do Padre Matheus, como argumentava Isaiás Alves:

Santo Antonio de Jesus esperou, crescendo pelo contingente dos nazarenos, quer pela inauguração da via férrea, quer pela ação pessoal dos comerciantes [...] O comércio em novo surto, alargou-se e engrandeceu a povoação. A Capela do Padre Matheus tornava-se o ponto de convergência das tropas das matas e do alto sertão. Viajantes de toda parte descarregavam e recebiam mercadorias. [...] Durante os anos da ponta de trilho, desciam de Morro do Chapéu, de Caetité, de todo o Sertão, tropas que derrubavam nos armazéns de café, couro e cereais. Os negociantes tinham suas carroças, que transportavam gêneros vindos de Nazaré, e os caixeiros trabalhavam até tarde, pela noite a dentro enquanto houvesse freguesia. Era a riqueza e todos trabalhavam com entusiasmo, servindo à ambição dos patrões¹⁰².

As cidades que se formaram atreladas à produção de gêneros para exportação e ou para subsistência, ou simplesmente por compor a rota de escoamento, mas buscavam se estruturar e se estabelecer na rede urbana em formação no Recôncavo. Deste modo, estavam dependentes da localização, o que leva a considerar paralelamente os produtos que eram produzidos no entorno das cidades, ou os que para ali confluíam, como também as vias de circulação e a acessibilidade à rede ferroviária. Essa combinação auxiliava na definição da hierarquia urbana.

¹⁰¹ ALVES, op. Cit. p 236

¹⁰² ALVES, 1967. p 241,233 e 236

De passagem podemos levar em consideração a descontinuidade da dinâmica econômica e social com a desativação da ferrovia na década de 1970, contudo a assimilação da infraestrutura criada por esse novo elemento pode ajudar a responder de que forma as cidades beneficiadas por esse sistema de transporte reflete na paisagem urbana o rompimento de velhos padrões, ou seja, as transformações e as permanências, os ajustes e incorporações.

À medida que os trilhos perdem a sua função encontravam-se as estradas carroçáveis que foram reorganizadas depois com o “ouro negro” que cobriu nossas estradas e abriu tantas outras. A ferrovia foi desativada paulatinamente do interior para o litoral. O ano de 1964 marca esse processo de desativação, contudo até a década de 1970 ainda era comum esperar em Santo Antônio de Jesus a chegada do trem que vinha de Nazaré. A estrada de ferro de Nazaré não se restringia apenas ao transporte de cargas, proporcionava outros serviços urbanos como: telégrafo, correios e tantas outras funções de cunho social e de comunicação.¹⁰³

A desativação da ferrovia resultou da decadência do café, do desenvolvimento rodoviário a partir de 1940, do sucateamento dos equipamentos ferroviários e implicou em retrocessos para algumas cidades que se viram como núcleos marginais, e sem um sistema de transporte eficiente e barato; enquanto outras cidades, como Santo Antônio de Jesus foram extremamente privilegiadas com a proximidade das rodovias. O fluxo de pessoas e produtos foi sendo reajustado à rodagem de Nazaré e à BR 02 que recebeu na década de 1970 a denominação de BR101.

A desapropriação e a demolição da estação ferroviária de Santo Antônio de Jesus foram autorizadas com a Lei 022 de 15 de outubro de 1975 para a construção de um ponto para “bomba de gasolina”, posto de combustível na praça Felix Gaspar. As ferrovias transformaram a paisagem física e social das cidades. Em Santo Antônio de Jesus, incorporou novas áreas ao centro comercial, abriram ruas que são hoje as grandes avenidas da cidade, despertaram e alimentaram sonhos de progresso. Desta forma, a elevação da vila à cidade e a chegada da linha férrea, mudaram a sua feição.

¹⁰³ JESUS, .op. cit. p 13-14

3 ENTRE CAFÉS E CHARUTOS A ESPACIALIDADE CONSTRUÍDA

O título faz referência aos produtos em destaque no período, tanto pela coexistência, quanto pela sua ascensão e queda no mercado internacional que ecoava no Recôncavo e em Santo Antônio de Jesus. O café perde seu *status*, para que mais uma vez o fumo apareça exigindo tratamento diferenciado do requerido anteriormente, quando da “febre” do fumo de corda. A partir daí, a produção se voltou para o fumo em folha atendendo as fábricas de charutos. A delimitação deste período compreende o final do século XIX, com a intensificação das atividades em torno do café até 1930 e do fumo, até a década de 1970, período em que a cidade de Santo Antônio de Jesus ainda comportava os grandes armazéns de fumo.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira nos municípios próximo produziram reflexos na organização urbana de Santo Antônio de Jesus. As fases de maior dinamismo econômico unem-se ao processo de urbanização, as modificações do centro comercial, as relações comerciais da produção do café e do fumo. Assim as metamorfoses do centro comercial, a pouca expansão percebida foi decorrente das relações comerciais da produção do café e do fumo na economia baiana. Enquanto a expansão da malha urbana estava relacionada com o grupo político em evidência em cada período. Isto fica claro nas estratégias vinculadas à ocupação e incorporação de terras ao perímetro urbano que em cada gestão municipal priorizava aquelas de propriedade dos próprios membros do grupo.

Com o contexto parcialmente expostos, faltam outros agentes que intencionalmente introduzem objetos no lugar e dão visibilidade à cidade. Mas reclama também uma combinação de elementos energeticamente refratários que tornou invisíveis objetos e movimentos. Assim, a intenção neste capítulo é agregar à materialidade da cidade, ao que lhe é atributo e condição de existência, a ação dos agentes comerciantes/proprietários de terras e o Estado, explicitando como estes se impõem na configuração e na organização espacial da cidade, que se unem ao direito de posse e uso da terra urbana.

Todavia, deve-se assim responder de que maneira a configuração da paisagem urbana pode refletir as estratégias e ações dos diferentes agentes econômicos e políticos. Este é um ponto cujo esclarecimento e explicação passa pelo processo histórico na ação dos agentes envolvidos, suas variações no tempo e no espaço, as transferências de autoridade e influência e pelos fatores externos vinculados que interferem no uso da terra e se refletem na organização espacial. Desta forma, a cidade é posta sob duas designações: a Cidade das Palmeiras e a Capital do Recôncavo. A primeira para referênciá-la entre as décadas de 1940 a 1970, momento de maior reorganização do centro comercial e a segunda fazendo alusão ao período pós 1970

3.1 Dos armazéns de café aos de fumo

Agora não mais, o café vai servir de base para o comércio de Santo Antonio de Jesus. Seu preço já não compensa, volta-se a atenção para novo produto. Novo, na forma de falar, porque já havia aparecido há muito tempo na economia brasileira e socialmente, nos “bate papos” de fins de tarde, ou à noitinha nas varandas e combinado ao cafezinho. Naquele momento, é sinal de requinte o aroma de um bom tabaco. O fumo marca a paisagem urbana com seus armazéns (Tabela 2), unidades enfardadoras que preparava o fumo para a fabricação de charutos.

O café rendeu bons lucros até a década de 1930, enquanto o fumo, até esta década teve contínua ascensão, para no período seguinte entrar em declínio. Portanto, isto dá lugar a considerar dois períodos distintos nas exportações fumageira:

[...] O primeiro, uma continuação da ascensão verificado na segunda metade do século XIX, caracterizou-se por uma tendência ao lento crescimento da quantidade exportada e durou até o início dos anos 1930. Este primeiro intervalo correspondeu ao momento anterior à plena difusão do consumo de cigarros no mundo, vale dizer, ao momento de auge do consumo de charutos em escala internacional. O segundo período caracterizou-se por uma tendência declinante da quantidade exportada, durou do início dos anos 1930 ao término da segunda grande guerra, e correspondeu ao momento em que não só o consumo de cigarros suplantou o consumo de charutos e cigarrilhas no

mercado mundial, como também em que a segunda grande guerra abalou fortemente o mercado da folha no exterior[...].¹⁰⁴

Segundo ainda Paulo Almeida, os fatos relacionados ao aumento e declínio nas exportações são expostos diretamente ligados a I e II guerra mundial que interferiram na economia do planeta e às mudanças nos hábitos da população. Evidencia assim dois períodos distintos um de ascensão em que 80% em média das exportações brasileira eram das folhas de fumo e ficaram estabilizadas em torno de 25.000 toneladas anuais, enquanto no outro é de queda do produto, devido principalmente a crescente substituição do uso dos charutos pelos cigarros. No recôncavo, de modo geral, não houve investimentos na produção de um tipo de fumo mais leves para a fabricação de cigarros, ficando a variedade produzida na Bahia, a Brasil-Bahia, por ser forte e escuro, restrito ao uso em pequenas proporções no fabrico dos cigarros, ou utilizado para cigarros pesados.

A cultura fumageira se expandiu pelo sul do Recôncavo. Foram instaladas fábricas de charutos em Cachoeira, São Felix, Maragogipe e Nazaré, gerou empregos de tempo integral e parcial; e a criação de armazéns de beneficiamento nas cidades de Conceição do Almeida, Cruz das Almas, São Filipe, Santo Antônio de Jesus, e outras. Segundo Milton Santos os núcleos urbanos, vinculados à produção de fumo, surgiam em pontos estratégicos para pouso daqueles que transportavam a produção local, em carros de bois ou em tropas de burros e dotava-se de recursos para atender às necessidades imediatas dos lavradores.

Os poucos núcleos existentes nas proximidades, como Santo Antonio de Jesus, se estruturavam em torno de Nazaré, com exceção de Jaguaripe, que apresentava uma certa independência, por possuir comunicação direta com Salvador. Deste modo, observa-se uma certa hierarquização entre as cidades. Assim, novos centros urbanos despontaram, atuando como centros estratégicos nas relações comerciais do açúcar, fumo, farinha e café dentre outros, bem como ampliaram suas relações comerciais, passando a uma situação de liderança na região. Santos, ressaltava que a chegada da

¹⁰⁴ ALMEIDA, Paulo Henrique de. A manufatura do fumo na Bahia. Dissertação de Mestrado. Departamento de economia. Campinas:UNICAMP, 1983.

ferrovia unindo-se ao aumento das exportações de fumo e implicou no desenvolvimento de diversas cidades no sul do Recôncavo¹⁰⁵

Entretanto o desenvolvimento para ocorrer em uma área implica na estagnação ou na contração econômica de algum outro ponto do sistema, devido a transferência geográfica de riqueza. Uma vez que a “geografia específica do capitalismo pode ser reestruturada, mas nunca é desestruturada ou inteiramente liberta de uma polarização sócio-espacial fundamental¹⁰⁶”. Isto explica de certa forma a inconstância nos fluxos entre regiões e a inversão na direção dos fluxos, como é indicado por Soja, ocorrendo até justaposições de fluxos diversos em dado momento como no caso de Santo Antônio de Jesus.

O fumo foi assimilado pelos comerciantes de café de Santo Antônio de Jesus que, uma vez estando inseridos no mercado, com recursos para investimentos, com estrutura física necessária ou mais facilmente adaptável e com uma vasta mão de obra disponível na periferia da cidade revitalizou a economia local, com as atividades de produção, de beneficiamento e confecção de charutos em fabricos caseiros. O produto, tornou-se uma importante fonte de emprego e renda para a população com baixo poder aquisitivo que podia produzi-lo até nos quintais das suas casas transformá-lo em charutos e vendê-los diretamente aos consumidores nos dias de feiras.

Assim, na retaguarda, o tabaco alimentou as fábricas artesanais de charutos, com mão de obra predominantemente feminina. O fumo comprado dos lavradores era beneficiado nos armazéns locais e enviados para Salvador. A estrada de ferro, mais uma vez aparece como fator imprescindível na integração das áreas produtivas. A sua chegada “era acompanhada por compradores, despachantes e vendedores de fumo¹⁰⁷”.

A década de 1930 é o início da nova fase de crescimento nas exportações de fumo, porém na década seguinte começa a entrar em declínio. Contudo, em Santo Antônio de Jesus, o fumo fortaleceu e sustentou a economia local até início dos anos de 1980. Os novos armazéns para a escolha e enfardamento do fumo mudaram a força

¹⁰⁵ SANTOS, op.cit. 1998

¹⁰⁶ SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1993

¹⁰⁷ ASSIS, 2004 p 9

do antigo caminho do café em direção ao Andaiá, para o caminho do fumo, da Má Vida e do Sururu no São Benedito¹⁰⁸. Isso nos faz voltar a atenção para outra área que estava sendo incorporada ao centro comercial, a atual praça Renato Machado. Nesse ínterim, o cemitério ali localizado foi desativado (1892), estando o novo provavelmente já instalado, onde hoje conhecemos como a entrada da cidade.

O fumo quando em valorização no mercado mundial incrementou a economia local e o dinamismo se refletiu, sobretudo na paisagem urbana com o surgimento de extensas avenidas, se comparadas às ruas existentes até então, na ampliação da área central, na construção de novos equipamentos que reafirmaram o crescimento e desenvolvimento da cidade. Compuseram um conjunto mais organizado no mesmo compasso dos ideais modernistas, do que as construções existentes ao redor da igreja Matriz. Por isso a porção norte da zona central se destacava.

O prédio da antiga Cadeia Pública, o da Prefeitura, o da Estação Ferroviária, o Colégio Félix Gaspar, armazéns de fumo, a residência da família Alves, os chalés em estilo inglês, a distância entre as construções e a largura da rua, tudo isso contrastava com a parte mais antiga da área central, onde terrenos vazios e casas em ruínas colavam-se as diversas oficinas, aos açougues, armazéns de secos e molhados e residências que circundavam o mercado público e a igreja. A praça com o mercado, principalmente em dias de feira trazia uma imagem de atraso à cidade.

A paisagem do centro da cidade em dias de feira foi imortalizada na fotografia a seguir (Figura 10).

¹⁰⁸ ALVES, 1967.



Figura 20 – FEIRA LIVRE - PRAÇA PADRE MATHEUS – SANTO ANTÔNIO DE JESUS/ 1940
 Fonte: Tau Tourinho (Arquivo particular)

Na parte superior da imagem é destacada a igreja, sobrepondo-se ao barracão de farinha, enquanto a feira, ou melhor, feirantes e clientes avançam dominando todo o adro. As “casas de negócios” e residências em derredor dão a ilusão de envolvê-la, incorporando-a e não disputando espaço e transações comerciais. Mas alguns comerciantes incomodados com a redução ou estabilização nos lucros buscam ali também colocar uma extensão do seu negócio. Os caixeiros transitavam entre a feira e os armazéns e os feirantes passam a concorrer com o comércio em atacado.

O barracão, ou mercado da farinha aparece ainda na paisagem da praça da Matriz na década de 1940, tendo nas cercanias barracas de verduras que se misturavam às de carne, às de produtos de couros, e às de outros alimentos. Quem não possuía barraca utilizava caixotes, tábuas, esteiras, folhas de bananeiras e panos para exporem mercadorias na entrada da feira. Os vendedores de madeira e de animais

ficavam mais afastados, na feira de Barganha. Quando terminava a feira, as barracas eram removidas “devolvendo” o adro à Matriz para seus rituais litúrgicos.

O centro comercial abrigava açougues, padarias, armazéns de secos e molhados, casas de ferragens, oficina mecânica, bares, filarmônicas, agência dos correios, a coletoria (hoje Secretaria da Fazenda), farmácia, lojas de roupas, sapatos e tecidos, Cine teatro Glória e Rex, casa de artigos funerários e residências. Nos armazéns vendiam-se carne de sertão, bacalhau, farelo, fumo de corda, arroz, feijão, querosene enlatado, fumo de corda, candeeiros, dentre outros produtos.

No processo de reorganização da cidade, a praça da Matriz (centro comercial e político) e a rua da Estação (hoje Urcisino Pinto de Queiroz), cartão postal da cidade, foram aterradas e niveladas, impedindo a formação de lagoas nos períodos chuvosos. Casas foram desapropriadas e demolidas para abertura da rua do Riacho (Tiradentes). Onde antes eram quintais, abrem-se vias, e novas ruas foram surgindo como a rua Bela Vista (Barros e Almeida). A arquitetura local foi se perdendo, e novos elementos eram criados ou incorporados. Demolições foram bastante comuns no centro da cidade.

A estação ferroviária foi desapropriada só para vir abaixo dias depois, e este também foi o fim de várias casas com estilo chalé nas praças centrais. Viraram memória do período do café e do fumo. As perspectivas de renovação assinaladas desde décadas anteriores, impuseram transformações em lugares que se conservaram inativos, como os espaços vazios no centro e entre este e os bairros São Benedito, Andaiá e Nossa Sra. das Graças que aparecem agora organizados em torno de uma igreja, mesmo que esta não tenha sido a sua origem. O movimento na cidade volta-se para a expansão, projetando abundantemente em torno de si uma imagem de potencial produtivo e de consumo.

Poucos prédios sobreviveram a essa tendência, a Cadeia Pública, os dois sobrados das filarmônicas, e o Matadouro Municipal. Este instalado nas imediações da praça Silvestre Evangelista, próximo ao Centro Social Urbano, não estava mais em acordo com as posturas municipais, e com o número de residências e de habitantes em derredor. Os cuidados com a higiene do local deixavam a desejar, a população reclamava do mau cheiro reinante. Crianças e adultos tinham que ficar atentos às boiadas que atravessavam a cidade para o abate, as correrias eram constantes, melhor

construir outro, fora da área urbana¹⁰⁹. Este então foi sendo desativado e permaneceu na paisagem como ruínas até 1994 quando foi reformado e passou a funcionar como escola municipal.

A Cadeia Pública foi desativada e permaneceu abandonada por muito tempo, até ser restaurada e reintegrada sob a função de Centro Cultural, mas encontra-se novamente abandonada, em completa ruína. Os sobrados restaurados das Filarmônicas Amantes da Lira e da Carlos Gomes ainda abrigam estas entidades que persistem na formação de jovens músicos. Outros estão a contemplar as transformações da cidade, perdidos em meio a uma arquitetura moderna que prima pelos vidros e metais, aguardando quem sabe uma maior valorização do local, para sucumbir à gravidade e ruir, ou o aquiecer de herdeiros para finalmente ser passada a diante, renascer, ou curvar-se aos escombros, dando lugar a novos prédios como tantos outros no centro da cidade.

A demolição do barracão já havia sido cogitada desde 1921, sob a alegação da estética, da higiene e da segurança dos feirantes como pode ser visto nas matérias de jornais sobre o barracão:

[...] é uma exigência da população a construção do novo mercado, para que o “Monstrinho da Praça” seja demolido, principalmente agora que já está se colocando em perigo a vida de todos aqueles que são forçados a irem até lá aos sábados, pois conforme já noticiamos e continuamos a insistir, além da falta de higiene lá reinante, as paredes estão desabando. “[...] é um pardieiro já condenado pela época, pelo modernismo, pela marcha progressiva das coisas de serventia pública [...]. Deveria ser construído um mercado com dimensões, divisões, ventilação e higiene” [...]¹¹⁰

Por isso, dizia o jornal, deveria ser erguido um mercado higiênico e decente do lado direito da praça, pois não cabia, em uma cidade urbanizada um “prédio sem arte, abarracado e feio” que só despertava a crítica, a censura, daqueles que visitavam a cidade.

A organização do centro comercial era sinônimo de atraso, de desordem, o que acabava contribuindo para a divulgação do novo modelo de organização e

¹⁰⁹ Decreto nº 081 de 29 de Maio de 1978. Desapropriação de terras pertencentes a Aurelino Pereira dos Reis para a construção do Matadouro Municipal.

¹¹⁰ “Mercado Municipal”. O Palládio, 26 de Janeiro de 1921 e Notícias Santantonienses, Jornal da Bahia, 1968.

funcionamento que se queriam implantar na cidade¹¹¹. Esta deveria está de acordo com a imagem de prosperidade, caminhando conforme os ideais de modernidade e de grandeza projetados para um núcleo urbano que ascende em importância comercial e política. Até então, a cidade de Santo Antônio de Jesus era a terra por excelência das flores dizia o jornal O Palládio em 1949, mas a alusão das flores, não era pelo apelo, ou pelo retorno comercial, estava vinculada aos ideais de modernidade e de progresso que se entrecruzavam com as de higiene e beleza dos espaços públicos.

Apesar da ausência de dados estatísticos, infere-se nos depoimentos dos moradores que a comercialização de flores foi significativa e ainda mantida até a década de 1970, seguindo no trem para serem vendidas, sobretudo em Salvador. O seu cultivo se associava também à sobrevivência de famílias que acostumadas à lida da roça buscavam na cidade estratégias para sua manutenção sem distanciar-se das raízes. As flores sucumbiram estendidas às sombras das palmeiras que perfilavam nas praças Prudente de Moraes, Felix Gaspar e Rio Branco, ficando restritas ao embelezamento dos jardins da cidade.

Se pensada em toda sua extensão, essas praças parecem formar uma única avenida e se estenderia da intersecção com a rodovia BA 046 a leste, no bairro São Paulo, recebendo várias designações até alcançar a BR 101 no outro extremo da cidade. As praças seriam o trecho mais central da via. E como visto, por seu intermédio se fazem chegadas e partidas nessa cidade, desde os tempos das tropas e dos trens. É nesse contexto que se insere a Cidade das Palmeiras, requerendo um novo símbolo de beleza, mas que também traduzisse a projeção, a grandiosidade da cidade, ou melhor o potencial econômico dela.

Assim, as palmeiras aparecem em aspecto solene perfiladas, registrando e ostentando de forma singular a suntuosidade e a pompa de um núcleo urbano que apesar das dimensões do tecido urbano, já se fazia importante nas relações comerciais e que se lançaria nas décadas seguinte como pólo regional intermediando bens e serviços sob o slogan do “Comercio mais Barato da Bahia”. A “Cidade das Palmeiras” corresponde ao período da década de 1940 a 1970, quando esta passou por nova

¹¹¹ QUADROS, Edilma Oliveira Souza. Transformações na cidade: vivências urbanas em Santo Antônio de Jesus-Ba: 1950-1970.2009.153f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia. 2009. p 40

transformação a partir das inovações tecnológicas no Recôncavo.

As constantes substituições em Santo Antônio de Jesus, ora de produtos, ora nomes e atrativos, estavam em acordo com o clima de desenvolvimentismo e os ideais de progresso propalados pelas diretrizes da política nacional. A cidade passou a experimentar a partir dos anos 1950, com ritmo próprio um processo de urbanização percebido nos hábitos, costumes e práticas sociais. Neste período passou por significativa remodelações substituindo o que era tido como antigo pelos símbolos do moderno.

Assim, a velha igreja cedia lugar à nova Matriz, a feira e o velho Mercado seriam afastados das áreas centrais. A energia elétrica, símbolo marcante da urbanização, que durante longas décadas fora apenas um sonho acalentado pela população, tornava-se um assunto de primeira hora. obras de eletrificação urbana no Recôncavo, que a falta da eletricidade e os "limites" que ela impunha à vida urbana tornaram-se temas recorrentes, tanto na imprensa como nos discursos dos políticos santoantonienses.¹¹²

3.2 As estratégias econômicas e políticas na Cidade das Palmeiras

Como é afirmado na matéria intitulada Cidade em revista no jornal A Voz das Palmeiras:

Ninguém nega a beleza e grandeza da extensão da cidade de Santo Antonio de Jesus. São numerosas as suas ruas e bastante edificadas. Contudo, há ainda muitos claros para edificações em muitas de suas ruas, às vezes, as mais centrais. É que os proprietários desses baldios e terrenos não podem ou não querem construir e, ao aparecimento de um candidato, apresentam a idéia de que vão construir a pretexto de impedirem novas construções. E foi assim que forçou o aumento da cidade, por um lado, mas, por outro, obrigou que as novas construções, e temos muitas, fossem edificadas muito afastadas do centro da cidade, deixando neste muitas casas antigas e feias. [...] E passamos a ser a cidade dos muros e das cercas. E na maioria das vezes esses homens se dizem causadores do progresso de Santo Antonio de Jesus¹¹³.

¹¹² QUADROS, 2009, p 24-25

¹¹³ Jornal A Voz das Palmeiras. Ano I. n. 35 Março de 1954. Disponível em <http://mennochio.spaces.live.com> Acessado em 01de Junho de 2010.

Essa descrição da Cidade das Palmeiras remete a Claval¹¹⁴ quando afirma que só a realidade objetiva da paisagem não basta, é essencial também a maneira como ela está carregada de sentido, investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem. Deste modo, a motivação daqueles que as desenharam ou organizaram também interessa.

À família Araújo correspondia todas as terras no centro da cidade, desde o acesso para o São Benedito, imediação da Avenida Luiz Viana e Barros e Almeida, até a proximidade do centro de abastecimento, seguindo em quadrante até a entrada da cidade, envolvia todo o centro comercial e a de Dr. Felix Gaspar de Araújo e Almeida se estendia da praça Padre Matheus até a praça acompanhando a rua Sete de Setembro em direção ao Calabar. Um casamento entre essas famílias aumentava à concentração de terras nas mãos da família Araújo.

Ficando a parte norte da cidade vinculada em certa medida à família Alves, cabia-lhes as terras ao lado da praça Renato Machado envolvendo todas as terras ao lado da Pousada e o condomínio das Palmeiras, tendo como vizinho a família Fraga cujos domínios se estendia até a rua Antonio Fraga. Foi encontrado também registro de um loteamento com o nome de José Fraga, próximo a Prefeitura. A família Fonseca ficou com as terras em direção ao São Benedito. Apreende-se desta forma, que a maior parte das terras da área central da cidade estavam divididas entre essas quatro famílias que se revejavam na Prefeitura Municipal.

Aprígio Alves, cujas palavras foram transcritas, algumas vezes neste texto, era comerciante, negociava com tecidos e concorria com italianos no comércio local; como visto, era também dono de terras no centro da cidade. Outros comerciantes aparecem em tempos diferentes, mas com perfil similar no comércio, como Gorgonio José de Araújo, dono de farmácia, Antonio Magalhães Fraga, cujo nome estava associado a Mangerol Leony & Cia (Moinho Leony) e a representação de armazéns de fumo, Felix Gaspar com a comercialização do café, Rosalvo Fonseca dono de farmácia, Florentino Almeida comerciante de peças e acessórios para automóveis.

Sucede, porém que estes comerciantes/proprietários de terras, com destaque para Gorgonio José de Araújo, o maior proprietário dentre estes, foram políticos

¹¹⁴ CLAVAL, 2004

atuantes na Câmara e na Prefeitura local, como intendentes ou prefeitos, e algumas vezes chegaram a assumir cargos de deputados estadual e federal. Assim houve sempre uma ligação muito estreita entre a Prefeitura, os comerciantes/donos de terras até a década de 1980. Estes, ou seu grupo se revezavam no governo local, principalmente entre 1930 a 1970.

A área comercial, desde o final do século XIX, havia se expandido na direção norte e oeste. Saindo da praça Padre Matheus, primeiro, com a instalação dos comerciantes de Nazaré e depois com os armazéns de café em terras da famílias Araújo. Nova expansão foi ocorrer, logo depois, com a abertura de unidades enfiadoras de fumo, impulsionando a criação das praças Rio Branco, Felix Gaspar e Prudente de Moraes.

Desta forma se ampliou a área comercial pela iniciativa dos proprietários daquelas terras. Forçoso é admitir que a grafia da cidade começa a se modificar com a instalação dos equipamentos (armazéns de café e fumo) e a economia urbana ganha impulso com a incorporação do café, tanto a sua produção, mas sobretudo no armazenamento, na comercialização e no seu beneficiamento.

A via férrea separando o sobrado da família Alves do cemitério, e a presença da estação ferroviária nas proximidades, um pouco mais acima (praça Felix Gaspar), se transformaram, nesta pesquisa, nos primeiros sinais do processo de ocupação e uso das terras para expansão do centro comercial no sentido norte (Figura11). Depois, o prédio onde funcionava a cadeia, hoje Centro Cultural, a Santa Casa de Misericórdia, o sobrado de Dannemann, um dos alemães comerciantes de fumo vieram compor a paisagem. Uma antiga ferraria é substituída por um templo evangélico, no caminho do São Benedito. “São os protestantes chegando a Santo Antonio e são perseguidos por serem “gente do demônio”¹¹⁵”.

Outro momento de expansão foi nas primeiras décadas do século XX, a organização do Loteamento Dr. José Fraga, área correspondente aos quarteirões próximos ao prédio da Prefeitura municipal (1941) e que provavelmente se estendia um pouco além, em direção à futura BR, alcançando o bairro Ernesto Melo que já estava sendo organizado como área especializada em veículos.

¹¹⁵ ALVES, op. cit. p 248

Das referidas praças a cidade cresceu em sentido da atual da rodovia BR 101. A paisagem vai se compondo pela Estação Ferroviária, a Cadeia Pública, Prefeitura Municipal, Hospital e Maternidade Luiz Argolo, e o cemitério. O cemitério local ali já estava instalado desde a desativação do antigo 1891 na praça Renato Machado.

É fora de dúvida que fatos passados de boca em boca, assumem, muitas vezes, grandes proporções, mas por outro lado a velhacaria persiste década a década, os grupos políticos não perdiam ocasião de explorar a credulidade e o desconhecimento dos fatos por parte da população. As negociações elaboradas nos processos de concessão de terras, quase sempre para satisfação de interesses próprios, de familiares, de grupos políticos e de poderes econômicos locais. Muitas vezes os atos do governo local se davam de fato, mas o providencial esquecimento da história convoca doutra vez um novo ato do governo sem suspeitas de conivência.

A Prefeitura agia no sentido de direcionar essa nova expansão e uma das primeiras medidas foi transferir o prédio dos correios para um terreno desapropriado (1956) do espólio de Gorgonio Almeida de Araujo e Irmãos, na rua Monsenhor Francisco Manoel, recentemente criada. Tempos depois é baixado outro decreto para desapropriação deste mesmo terreno. Se este havia sido desapropriado em 1956, por que desapropriá-lo novamente em 1977? Simples erro que leva à contestação familiar, ou representaria novas articulações com o governo local para angariar fundos, visando as eleições de 1979¹¹⁶? Ou ainda poder-se-ia levantar a hipótese de que a desapropriação não se concretizou naquela data, por motivos diversos?

No centro comercial as desapropriações atraíam novamente as atenções para a praça Padre Matheus, uma casa comercial, duas residenciais e a casa paroquial¹¹⁷ foram demolidas e abriu espaço para o prédio do Banco do Brasil, o do Bradesco, na época Banco do Estado da Bahia e a torre da antiga Telebahia, atualmente de responsabilidade da empresa de telefonia Oi. As construções já possuíam novos donos, mas o terreno, ainda rendia lucros aos proprietários, família Araújo, pelo pagamento do laudêmio.

A igreja de Santo Antônio e o Mercado Público são elementos que consolidaram

¹¹⁶ Decreto nº 016 de 07 de Dezembro de 1956. nº 61 de 18 de Março de 1977, nº 39 de 28 de Março de 1977.
Gorgonio José de Araújo Neto foi Deputado Estadual de 1979 a 1983.

¹¹⁷ Decreto 018 de 15 de Março de 1972 e 019 de 15 de março de 1972

a ocupação e incorporação do centro comercial. A Matriz “desapareceu” do meio da praça (1956) para ser reconstruída na lateral da praça na década seguinte. Pelo registro encontrado em ata, subtede-se que inicialmente o mesmo procedimento deveria ser adotado quanto ao Mercado Público por que a sua transferência estava prevista para uma área ocupada por cinco prédios desapropriados¹¹⁸ para esta finalidade, na própria praça.

Se pela provável resistência dos feirantes que argumentavam a perda dos fregueses e conseqüentemente dos lucros, ou se por interesses particulares que lutavam para que o Centro de Abastecimento fosse instalado nessas ou naquelas terras, de forma a beneficiar determinado proprietário, este demorou de ser construído. A sua instalação deveria, render benesses para o grupo interessado, até mesmo sob a forma de relações de influências. As terras, consideradas inicialmente para esse fim, foram os terrenos aos fundos do armazém de fumo, na praça Felix Gaspar, de propriedade da Antonio Fraga¹¹⁹, onde existia há uns dois anos um loteamento, requerendo equipamentos públicos para valorizá-lo.É possível que os desentendimentos quanto à sua instalação devem ter contribuído para que os terrenos da família Fraga só recentemente viessem a ser efetivamente ocupados.

Entretanto, as ações indicadas para a transferência da feira ocorriam de forma lenta. A aparente resistência dos feirantes se dissolve, perante outro jogo de forças, quando se torna claro quem são os proprietários das terras que foram cogitadas para receber o mercado público Assim o Centro de Abastecimento é erguido nos terrenos de Gorgonio de Almeida Araújo e Irmãos e de outros¹²⁰ (1971), na praça Duque de Caxias.

Ambos demolidos mercado e igreja, dão lugar a um jardim no centro da praça, organizado de forma tal que todas as direções de circulação convergem para a frente da igreja, como a concentrar e dispersar fiéis na área circundada por um estrutura circular que até a década de 1980 estava recoberta por “mimos do céu” em toda sua extensão, como a garantir a sagração da terra. A igreja perdeu posição de destaque no

¹¹⁸ Decreto 002 de 1969, mencionado na Ata da 1ª Sessão ordinária da Camara de Vereadores de Santo Antônio de Jesus p.30.

¹¹⁹ Ata da 3ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores em 23 de abril de 1969, com indicações de contrapartida: urbanização total da área remanescente da propriedade (provavelmente o loteamento formado em 1966), isenção fiscal do IPTU superior a Cr\$ 3.500,00 cruzeiros novos.

¹²⁰ Desapropriação registrada pelos Decretos: 018 de 25 de Abril de 1969, Decretos 023 de 07 de Agosto de 1969 e 025 de 01 de Outubro de 1969, ambos desapropriavam casas para abrir acessos ao Centro de Abastecimento..

centro da praça, mas procurou sobrepor-se com uma arquitetura mais moderna. A casa do Senhor para ser edificada requer auxílio inclusive da prefeitura, as campanhas para arrecadar dinheiro e prestações de contas eram constantes nos jornais da época.

Os jardins são projetados de acordo com as particularidades do lugar, com as possibilidades de ligação entre lugares da praça e a igreja e a disponibilidade de água. Assim se estabelece a união entre um espaço construído para embelezamento e passeio público e a utilidade de se ter reservatórios de água no centro da cidade, solucionando problemas de disponibilidade hídrica em casos de incêndios como o ocorrido em 1956 quando oito comerciantes tiveram seus estabelecimentos queimados.

Em 1969 foram desapropriadas quatro casas e um terreno, para em nome da utilidade pública construir o Mercado Municipal e abrir ruas de acesso ao centro de abastecimento. Destes imóveis, apenas duas casas não foram de propriedade da família Araújo. Estes foram os percalços para que o centro de abastecimento (1971) figurasse na paisagem central, que ao ser expandida, envolveu a praça Duque de Caxias, ficando esquecida temporariamente a outra parte da cidade.

Até esse momento as expansões ocorriam basicamente na zona central. Nos anos de 1960 e 1970 é que efetivamente se dá o crescimento da malha urbana em direção a zona leste. Ocupando inicialmente as terras entre o centro e o São Benedito, depois o Calabar e Mutum e Santa Terezinha, para nas décadas seguinte ocorrer de forma mais articulada com o direcionamento de órgãos e instituições públicas para garantir a ocupação. O poder público parece assumir as rédeas pela expansão da malha urbana, afastando-se das famílias que monopolizaram as fases anteriores. As motivações não ficaram claras, se acabaram as terras disponíveis destas famílias ou se houve perda da influência dos grupos e das famílias.

Difícil de se realizar são as condições em que se produziram, mas os homens que de tudo se apoderaram, inclusive das idéias, no final da década de 1960 e início de 1970, fora da Prefeitura e “distantes” do grupo que a ocupava, apoderaram-se de estratégia similar a aquela que redundou em benefícios e proveito para outrem anos atrás, que culminou na expansão do centro comercial para o lado Norte, conduzindo a ocupação das terras.

Isto forçou novamente o governo local a voltar a atenção para outra parte da cidade, através da criação de um bairro residencial para a população abastada, que buscava outra opção de moradia que não o centro da cidade, para driblar os problemas advindos com o aumento crescente da população: convivência com mendigos e vadios, os pequenos furtos, a sujeira da praça nos dias de feira, dentre outros. Outro atrativo era a possibilidade de adquirir não o terreno, mas a casa completamente pronta para morar.

A convivência na área central entre usos das edificações para fins comercial e residencial ficou inviabilizada. Sem espaço para a chegada de novas empresas e para ampliação das existentes, além da concentração populacional e a movimentação que as atividades comerciais produziram, as famílias foram buscando outros espaços para se estabelecer, normalmente nas imediações da praça principal, e preferencialmente no bairro São Cristóvão e Av. Barros e Almeida.

Dessas famílias duas conseguiram se manter até hoje, na praça Padre Matheus, apesar das propostas para abertura de lojas. Os casarios desapareceram, dando lugar a novos prédios comerciais. Contraditoriamente, quando em campo, foram identificados prédios de três e quatro andares no centro comercial, formando condomínios residenciais, até sobre agências bancário. Indicando tendência de fixação de residências no centro comercial, principalmente de pessoas recém chegadas à cidade devido à instalação do campus da Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Como a expansão das povoações, de modo geral, acontecia muito em função das vias de acesso, a parte mais valorizada do lote, a testada era a base que acompanhava a feição do relevo. De cima para baixo ou de baixo para cima, formavam-se extensos quintais, com plantações diversas, “recheados” de árvores frutíferas, em terrenos na sua maioria estreitos, que caracterizavam os lotes encontrados na cidade, na década de 1970. Esses quintais, no centro, quando não residenciais, eram pouco utilizados e parcialmente esquecidos, adormecidos perante o valor de troca, para nas décadas mais recentes serem valorizados comercialmente.

Chama a atenção, as terras onde foi construído o bairro residencial, o São Cristóvão e as ruas onde foram doados terrenos para instituições como o *Rotary* Clube de Santo Antonio de Jesus (1969), o *Lions* Clube (1966), a Loja Maçônica Deus e Amor

edificarem suas sedes; a rua do Areal e a rua do Sururu, todavia só a Radio Clube Ltda¹²¹ foi ali instalada. Essa área, próxima ao São Benedito, também permite acesso à rodovia BR 101, através da invasão da Rádio Clube. A BR pode ter sido um elemento incentivador, mas esses terrenos faziam parte ou estavam próximos aos domínios de Dr. Rosalvo Fonseca, médico e intendente por duas vezes.

A construção de residências e de um clube nessas terras levou ao *status* de primeiro bairro (São Cristóvão), caracteristicamente residencial para a elite santantoniense, possuindo um clube extremamente restrito, o Associação Atlética Clube dos 100, inaugurado em 1967. Mas tarde outro clube um voltado para atender à classe operária viria compor a paisagem periférica da cidade. E o poder público já não podia isentar-se de ações relativas a moradias, já havia mobilizações nacional para a construção de casas populares.

Então, o governo local, para atender o aumento na demanda por habitação, com as transformações regionais, direciona a atenção sobre o Calabar¹²² (1965) visa a construção de um Centro Integrado de Educação, a construção de oito salas de aula¹²³ à rua dos Minérios, no Calabar. Desapropria e doa terras para a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e para a construção de um conjunto residencial no Calabar pela Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS)¹²⁴, e como também desapropriou parte de fazendas para o assentamento de famílias carentes no Mutum.

Do outro lado, mas também na zona leste, são articulados: aquisição do terreno, doação e construção do Centro Social Urbano¹²⁵. Destes convênios, o da URBIS I e do Centro Social Urbano se concretizam mais tarde. O entorno do Centro Social Urbano recebeu depois outro conjunto residencial, a URBIS II, e assim a zona leste concentrava os conjuntos habitacionais populares. Atualmente temos próximo a esses dois conjuntos, o Residencial Providência, a URBIS IV e um pouco mais afastado a URBIS III, no bairro Santa Terezinha.

O projeto de implantação e a doação do terreno para a construção da Associação Operária Santantoniense - Clube dos 1000, em 1975, próximo à rodovia

¹²¹ Decreto no 90 de 29 de Setembro de 1978

¹²² Decreto nº 012 de 06 de Novembro de 1963.

¹²³ Decreto 049 de 06 de julho de 1977.

¹²⁴ Decreto nº 003 e 004 de 09 de dezembro de 1967.

¹²⁵ Decretos nº 038 de 28 de Abril de 1977 e 044 de 23 de Abril de 1977

(BA 046), bairro Santa Terezinha, indica a tendência de expansão da malha urbana. Conforme plantas registradas na prefeitura, em 1979 surgiram o Loteamento Jardim das Árvores, na Joeirana e o Loteamento Grande Vale no bairro São Paulo, entre a avenida ACM e a Heitor Lyrio Melo, o José Trindade Lobo no bairro Santa Terezinha, contudo a ocupação se dá de forma lenta, devido à distância do centro da cidade. Enquanto isso, o bairro Ernesto Melo recebia um armazém de fumo, além das oficinas e casas de peças para veículos e uma metalúrgica. Esses elementos consolidaram a ocupação e incorporação dessas áreas expandindo e modificando o centro comercial.

Sintetizando, as primeiras grafias se fazem sobre as terras da família de Gorgonio José Araújo, de Felix Gaspar e Antonio Magalhães Fraga, no sentido das zonas norte e oeste. Na década de 1960, 1970 se espalha sobre as terras de Rosalvo Almeida Fonseca, sentido leste em direção ao São Benedito e as rodovias. Neste momento também direcionou a população menos favorecida para áreas mais afastadas na zona leste, tanto em direção ao bairro São Paulo e Santa Terezinha, quanto ao bairro irmã Dulce e Salgadeira.

O fato de um loteamento no bairro Santa Terezinha, ao lado da rodovia, a BA 046, ter surgido nesse período com o nome de José Trindade Lobo, e sabendo que este possuía terras nos arredores, leva a supor que parte dessas terras poderiam lhe pertencer. O clube dos 1000 foi construído próximo a este loteamento, num período em que ele e seu aliado Florentino Almeida se revezaram na prefeitura (1962-1976). A queda do grupo na eleição seguinte pode justificar em parte a demora na ocupação desta área. O que confirmaria a versão dos fatos apresentados exceto que, estendendo a pesquisa, se levantassem novos fatos que o negassem.

Indícios, portanto, de mais uma condução do poder local na organização da cidade e na distribuição dos equipamentos públicos, para áreas mais afastadas do centro. A ocupação destas terras serviu de estratégia para fins políticos e pessoais. Segue-se que ações contrárias são admitidas, aditando uma lógica de por de lado um projeto, de acordo com a vontade que sobre ele atua. Por efeito dessa ação se constituiu a organização do centro administrativo e a ocupação dos vazios no perímetro urbano.

Crescia assim a pequena cidade que anteriormente se desdobrava em diversos sítios, domínios particulares de políticos e comerciantes. A partir do centro foi se “esticando” de forma tentacular, alcançando as localidades Calabar, Jueirana, São Benedito, Andaiá. Em cada período um caminho se recria, com a marca dos seus moradores, assim diversos status aparecem na paisagem, assim como as oposições políticas e sociais. O cenário se cria e recria assumindo nova significação através das ações intencionais acompanhadas na história.

Como Santo Antonio de Jesus se encontrava articulada física e comercialmente desde o final do século XIX, poderia concorrer com Nazaré que a entrava em declínio e requeria para si a primazia regional. Os comerciantes se articularam transferindo a feira da sexta-feira para o sábado. Mas à medida que outras cidades, como Nazaré e Jequié, aumentavam os dias de feira, adota-se a mesma estratégia. Assim, com a Lei nº 5 de 28 de Setembro de 1948¹²⁶, mais um dia lhe é dedicado, agora as quarta-feiras também são dias de feira. Isso propiciou um incremento nas transações comerciais e nas arrecadações municipais. É o profano impondo novos ritmos e ações no adro.

Comparando outras cidades com a de Santo Antônio com outras na Tabela 4 abaixo, Nazaré lidera o *ranking* em quantidade e produção industrial. Itaparica a segue, com uma diferença de três estabelecimentos, mas a produção não se equiparava, havia uma grande diferença nos valores de produção. Nazaré produzia quase o triplo do valor de Itaparica. Por outro lado, Cruz das Almas com apenas seis unidades se aproximava bastante da produção de Itaparica. Santo Antônio de Jesus pelo número de estabelecimentos apresentava valores insignificantes de produção, o que demonstra que a indústria não era de fato a base da economia da cidade.

Segundo o Censo Comercial de 1940 (Tabela 4) a cidade contava com 119 estabelecimentos: 17 classificados como indústrias, 90 como comércio varejista e 12 como vendas em varejo e atacado, com 268 pessoas ocupadas, sendo que 36,9% correspondem aos trabalhadores das indústrias. As atividades comerciais superaram as industriais em número de estabelecimentos e em pessoal ocupado. Esse número de indústrias quando relacionados aos da Bahia (1.766) equivale a 1%.

¹²⁶ Jornal O Paládio. Ano 47. 08 de Outubro de 1948.

Tabela 4- ATIVIDADES ECONÔMICAS E PESSOAL OCUPADO
MUNICÍPIOS SELECIONADOS - RECÔNCAVO SUL - 1940

Municípios	Indústrias			Comércio						Total geral estabelecimentos
				Varejo			Atacado e Misto			
	Estabelec. Industriais	Pessoal Ocupado	Produção (Cr\$ 1 000)	Estabelec.	Vendas (Cr\$ 1000)	Total pessoal ocupado	Estabelec.	Vendas Atacado e Misto (Cr\$ 1000)	Total pessoal ocupado	
Amargosa	3	35	-	60	954	106	11	728	30	74
Aratuípe	20	90	285	20	186	26	1	-	-	41
Castro Alves	13	52	144	171	1.182	255	40	3.362	243	224
Conceição do Almeida*	5	30	47	85	922	114	4	35	33	94
Cruz das Almas	6	316	1.312	86	1.402	148	9	397	25	101
Jaguaripe	15	112	112	28	220	46	-	-	-	43
Jequié	72	294	940	331	5.626	497	62	5.032	151	465
Jequiriçá	2	-	-	22	348	29	3	543	4	27
Laje	7	28	54	34	583	52	5	1.122	10	46
Mutuipe	5	14	88	32	422	44	15	1.486	23	52
Nazaré	31	476	8.794	144	2.334	263	7	3.046	87	182
Santa Inês	6	19	139	46	775	74	8	315	15	60
Santa Terezinha	3	6	-	76	281	84	9	151	19	88
SAJ	17	99	251	90	1.720	141	12	1.137	28	119
São Felipe	5	15	97	70	429	88	3	56	11	78
São Miguel	1	-	-	37	351	48	7	172	11	45
Ubaíra	9	24	95	48	692	72	26	1.572	58	83
Valença	25	1.428	11.499	77	2.305	147	12	2.309	68	114
Salvador	316	10.832	108.307	2.347	98.954	5.362	360	827.992	4.454	3.023
Total Bahia	1.766	28.932	236.841	12.540	235.305	20.642	1.903	1.067.123	10.057	16.209

Fonte: Censo Econômico 1940/ IBGE / Os municípios de D. Macedo Costa (1962), Elísio Medrado (1962), Muniz Ferreira (1938), Salinas da Margarida, Vera Cruz(1962) e Sapeaçu (1944) não figuravam ainda enquanto município

* A cidade encontra-se registrada neste censo com o nome A fonso Pena

O município de Aratuípe figurava com 20 estabelecimentos, isso pode fazer sentido se lembrarmos das indústrias extrativas de madeira e piaçava e de produtos cerâmicos mencionados no primeiro capítulo. Amargosa aparecia com apenas três unidades e sem registros de produção, enquanto São Miguel fica em último lugar com apenas um estabelecimento industrial. A produção geral de Santo Antônio, se comparada à de Salvador, tornava-se completamente insignificante, o que mostra que as relações produtivas de Santo Antônio de Jesus ainda não tinham grande expressão no estado.

A tabela anterior permite visualizar que das cidades, a que apresentou o maior número de estabelecimentos foi Castro Alves (224), seguido de Nazaré (182), Santo Antônio de Jesus (119) e Cruz das Almas (101). Com o menor número ficou Jequiriçá

com 27 unidades. Santo Antônio de Jesus aparece com 119 empresas e 268 funcionários. As cidades de Nazaré, Castro Alves e Cruz das Almas ainda lideravam, inclusive com os valores correspondentes a mão de obra ocupada.

Como pode ser visto na figura abaixo, as cidades de Nazaré e Santo Antônio de Jesus com respectivamente 15.977 e 15.486 se equiparavam em população urbana. Eram seguidos por Cruz das Almas, Amargosa e Conceição do Almeida. O município de Cruz das Almas que nas primeiras décadas do século XX, cresceu cerca de 19% entre 1907 e 1950, a partir deste período apresentava taxa de decréscimo em torno de 12% até 1970, enquanto em Santo Antônio de Jesus as taxas permaneciam em crescimento.

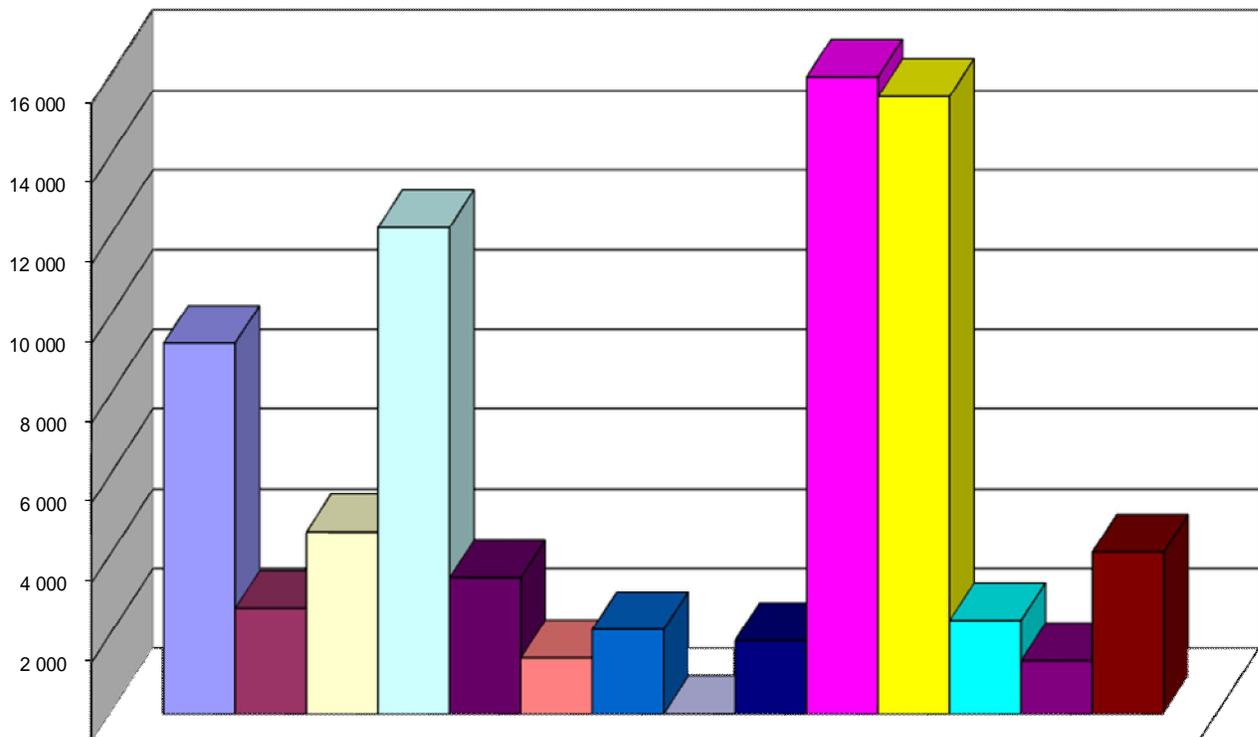


Figura 12: POPULAÇÃO URBANA – MUNICÍPIOS SELECIONADOS – RECÔNCAVO SUL – 1960
Fonte: IBGE – Adaptação Ana Passos

Estes dados confirmaram a relação entre taxas de urbanização, rede de transportes e o processo de beneficiamento do fumo no Recôncavo Sul. O crescimento de Cruz das Almas foi de cerca 5% e seguiu o ciclo do café de forma regular e aumentou consideravelmente entre a década de 1930 e 1950 e caiu logo após para voltar a crescer depois de 1970. A cidade de Santo Antônio se manteve pela diversificação nas atividades comerciais e pelo desdobramento dos serviços na década de 1960. Sem levar em consideração a influência da BR 101 para ambas.

Quanto a Amargosa, esta mantinha uma certa estabilidade populacional de 1907 a 1939, com pequenas variações, cerca de 5% para mais e para menos. Todavia no período compreendido entre 1939 a 1970 a população decresceu consideravelmente atingindo um total de aproximadamente 41%. Enquanto o café estava estável na balança comercial, Amargosa alcançava um equilíbrio, contudo a década que marcou a crise do café foi marcada também por redução populacional, porém o desmembramento para criação do município de Brejões justifica de forma mais lógica a diferença populacional no período.

O fluxo populacional de diversas localidades que chegava à cidade de Santo Antônio de Jesus reflexo ainda da crise do café no sul Recôncavo eram atraídos pela imagem de progresso da cidade, que continuou crescendo pautado na comercialização do fumo, apesar dos percalços da crise econômica por que passava a Bahia e o Brasil. O sonho de melhoria de vida atraía os imigrantes tanto da zona rural quanto de outros municípios. O número de desassistidos aumentava formavam uma massa nos acordes da mendicância.

Francisco de Oliveira explica que a expansão industrial, aumentou a concentração de renda, gerando um setor que se destina a atender às demandas criadas na própria expansão industrial, a de serviços. Assim é que surgem as oficinas de reparos, ateliês de serviços pessoais, bazares, mercearias, dentre outras¹²⁷. O que equivale a dizer que os “serviços de consumo pessoal” estabeleciam uma razão diretamente proporcional com o aumento das contratações no setor industrial, que ampliava a desigualdade e reforçava a tendência à concentração de renda.

¹²⁷ OLIVEIRA, F. 2003

A localização, as interações comerciais já estabelecidas agregada à nova dinâmica regional permitiu que a cidade fosse referência para condução de serviços e pessoas, como pode ser visto no depoimento de Ivanildo Meira sobre a sua vinda para Santo Antonio em 1975. Foi orientado a abrir uma oficina autorizada *Telefunken*, especializada em televisão em cores para atender as empresas locais que revendiam o produto para toda a região.

Ela foi bastante incisiva [falando da D. Marlene, Gerente Comercial da *Telefunken* em Salvador] quando disse que Santo Antonio comparada a Jequié e Alagoinhas era a menor, mas dentro de poucos anos se destacaria, pelos dados e informações que a empresa possuía na época, Santo Antônio de Jesus viria a ser a maior em desenvolvimento comercial da região, tinha potencial e vocação para pólo comercial¹²⁸

A *Telefunken* naquele período já tinha implantado oficinas de reparos em Feira de Santana e Itabuna e o projeto se estendia a Alagoinhas, Jequié e Santo Antônio de Jesus, centros regionais. Outras empresas e instituições devem ter seguido essa lógica locacional e de distribuição de serviços para ali, instalar suas oficinas, filiais, agências bancárias, dentre outras. Além da *Telefunken* que lançava a televisão em cores, outras oficinas autorizadas se faziam também presentes em Santo Antônio de Jesus, a *General Electric* (GE), a *Philco* e a *Philips*.

A rede de atendimento a esse tipo de serviço deve ter ampliado a área de influência de Santo Antônio de Jesus, além da zona de alcance comercial. Por que a rede de serviços estava ligada também a área de saúde, devido à existência de um hospital com serviços inclusive de radiologia, desde a década de 1950. Enquanto as famílias no centro da cidade disputavam as televisões em cores, nas outras partes da cidade, em especial no bairro Nossa Sra das Graças, a televisão preto e branco era a última novidade a que não se tinha acesso, mas eram comuns as mercearias, as costureiras, etc. Energia elétrica naquele bairro ainda não havia chegado, nem a água encanada. Mas a estação da CHESF estava instalada nas proximidades, no Calabar.

O que se vê de fato é uma relação entre aumento nas vendas de eletrodomésticos e o aumento das oficinas de reparos na cidade. Além de que não

¹²⁸ Ivanildo Meira da Silva, 59 anos. Técnico em eletrônica, proprietário de Oficina autorizada desde 1975 em Santo Antonio de Jesus em entrevista em janeiro de 2010.

eram as grandes empresas que instalavam oficinas, esse custo não eram delas, havia a venda da força de trabalho, mediada por uma falsa propriedade, sem nenhuma capitalização, gerando pseudos proprietários e assim os serviços, as oficinas foram se multiplicando, em geral com pouca força de trabalho, normalmente individual¹²⁹. Assim é estabelecida a relação entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e o de serviços de lavagem de carros, e a de oficinas de reparos, casas de revenda de peças e acessórios, dentre outras.

Oliveira, argumenta que os serviços cuja base é a pura força de trabalho é mal remunerada, e transfere permanentemente para as atividades capitalistas um fração do seu valor, alimentando a exploração da força de trabalho. Desta forma auxilia na concentração de renda e de propriedade nos núcleos urbanos.¹³⁰. Uns com muito, outros sem nada, ou quase nada, gerou o crescimento do setor terciário como alternativa de manutenção e sobrevivência. Pelo baixíssimos coeficientes de capitalização e baseado na abundancia de mão de obra que chegava à cidade, como também pela pouca absorção de mão de obra nas atividades comerciais, a alternativa foi buscar produções artesanais e serviços de reparação, oficinas de todos os tipos em Santo Antônio de Jesus.

A cidade de Santo Antônio aparece em primeiro lugar com 127 estabelecimentos de serviços na década de 1960, dentre as cidades relacionadas na Tabela 5, tendo a concorrência de Nazaré e Cruz das Almas. Amargosa sem uma boa rede viária perdeu a concorrência inclusive para Nazaré, Cruz das Almas e Castro Alves, sendo que Jaguaripe e Conceição do Almeida já davam indícios também de estagnação econômica.

¹²⁹ OLIVEIRA, F. 2003

¹³⁰ Ibid. 2003

Tabela 5- SERVIÇOS (Nº DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO)
MUNICÍPIOS SELECIONADOS – RECÔNCAVO SUL – 1960

Municípios	Número de Estabelecimentos	Total Pessoal Total	Ocupado Empregados
Santo Antonio de Jesus	127	176	20
Nazaré	100	179	75
Cruz das Almas	83	173	57
Castro Alves	54	125	58
Amargosa	52	133	68
Santa Inês	45	77	25
Mutuipe	32	43	7
São Felipe	29	47	17
Aratuípe	23	31	8
Lage	23	57	32
Sapeaçu	20	48	23
Ubaíra	20	36	10
São Miguel das Matas	12	29	11
Jequiriçá	11	19	4
Conceição do Almeida	5	8	2
Jaguaripe	5	5	-
Salvador	2.667	8.678	5.753
Recôncavo	3.852	10.773	6.442
Bahia	13.913	30.557	12.838

Fonte: IBGE / Censo Econômico de 1960 / Organização Ana Passos

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrou 302 estabelecimentos comerciais na cidade de Santo Antônio de Jesus em 1960 com 451 pessoas ocupadas nesta atividade (Tabela 6), o que indica uma estrutura comercial basicamente familiar. Dez anos depois um aumento de 118 unidades e 254 novos postos de trabalho. O percentual de unidades comerciais corresponderam a 0,9% do total da Bahia e 3,8% do Recôncavo, quanto a receita equivale a 1,2% da arrecadação baiana e 0,6 do Recôncavo, enquanto a mão de obra utilizada respondia por 2,6% da do Recôncavo e apenas 0,7% da Bahia.

O número de pessoal ocupado com as atividades comerciais nesta cidade subiu de 705 em 1970 para 1.104, cinco anos depois, enquanto o número de estabelecimentos passou de 420 para 568, absorvendo mais 399 pessoas. Esses valores correspondiam respectivamente a 30,4% da receita e 14,6% dos estabelecimentos da região. Houve uma queda substancial entre 1960 e 1970 nas

receitas relativas ao comércio. Não foi possível avaliar se a diferença dos valores foi real, ou se estava relacionada com a mudança da moeda de Cruzeiros novos para Cruzeiro e as respectivas conversões.

Tabela 6 - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E MÃO DE OBRA
1960, 1970, 1975, 1980

Anos	Bahia		Recôncavo		Santo Antonio de Jesus	
	Nº unidade	Pessoal Ocupado	Nº unidade	Pessoal Ocupado	Nº unidade	Pessoal Ocupado
1960	31.809	61.554	7.940	17.548	302	451
1970	51.358	104.504	3.785	7.581	420	705
1975	59.900	135.334	3.884	6.972	568	1.104
1980	96.261	219.435	5.786	11.041	826	1.933

Fonte: IBGE /Organização Ana Passos

Em 1975, 1.104 pessoas trabalhavam em 568 casas comerciais e na década seguinte ocorre um crescimento de 258 unidades e de 828 postos de trabalho. A quantidade de estabelecimentos na cidade correspondeu a 14,3% da região, ao passo que a mão de obra ocupada equivalia a 17,5%, sendo que esses valores são insignificantes em relação aos do estado. O percentual das receitas também em 1980 foi significativo em relação a arrecadação do Recôncavo 23,1%. Resumindo, da década de 1960 a 1980 o número de casas comerciais aumentou em 524 unidades favorecendo a incorporação de 1.482 pessoas no mercado de trabalho na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Esses números depõem sobre a trajetória de crescimento econômico e em certa medida sobre os antecedentes da expansão da malha urbana na década de 1970. Este foi um período em que a capela tornou-se ainda mais um produto, um lugar a ser consumido por estrangeiros. As atividades e os produtos incorporados aumentaram o seu valor de uso. Alemães, ingleses, americanos e italianos o disputavam com portugueses, nazarenos e capelistas. Garimpeiros pelo surto do manganês se

espalhavam pela cidade sob comando da Cia. das Minas da Bahia (1940) e da A. J. Lavino & Co da Filadélfia (1971)¹³¹.

Alguns italianos se estabeleceram no comércio local, a família Coni, de Conceição do Almeida, serve de comprovação com sua casa de tecidos. A presença destes italianos na cidade parece explicar também a existência de uma loja de massas na Capela naquele período, uma vez que esse produto não fazia parte da dieta alimentar da população local. Ana Maria Oliveira faz alusão a esses imigrantes, em citação anterior, no primeiro capítulo, ao informar a presença de 300 estrangeiros na cidade no final do século XIX.

A praça Félix Gaspar (Figura 12) integrada ao centro comercial pela presença dos armazéns de fumo e da estação ferroviária, atraía pequenas atividades comerciais que se estabeleciam em função da estação ferroviária. Ali se concentravam barracas de comidas e bebidas e no chão pequenos animais eram expostos à venda. Desta forma a estação servia como alternativa comercial, para alguns pequenos comerciantes. Estes aproveitavam-se da concentração de pessoas proporcionada pela estação ferroviária para estabelecer pontos para a comercialização de suas mercadorias. Até a década de 1980, alguns destes barraqueiros permaneciam vendendo laranja, roletes de cana, e amendoim, em local próximo devido à demolição da Estação de trem.

Os armazéns de fumo, imensos galpões, ocupava o lado direito das praças Renato Machado, Felix Gaspar e Ursicino Pinto de Queiroz; alguns estão em ruínas, outros foram reformados ou parcialmente incorporados nas atividades comerciais. São registros da vinculação econômica à lavoura fumageira e denunciam pela aparência de abandono, longos períodos de não utilização destes imóveis. Assim, o fumo, como o café aqui também deixou seus “frutos”, que renderam mudanças na organização e expansão do centro comercial.

Isto serviu de indícios para cogitar, nos fins da década de 1970, um “recuo” da zona comercial, voltando a se concentrar quase que exclusivamente na praça Padre Matheus e nas ruas Landulfo Alves e Gorgônio José de Araújo. As praças dos armazéns ficavam como “áreas mortas”, ganhando vida pela passagem obrigatória

¹³¹ HEROLD, MARC W. Entre o Açúcar e o Petróleo: Bahia e Salvador, 1920-1960. Revista Espaço Acadêmico. Ano IV. Nº 42. 2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/042/42cherold.htm>. Acesso em Jun. 2010.

daqueles que trabalhavam na Coréia (entrada da Cidade, hoje bairro Ernesto Melo), ou nas imediações; ou ainda como caminho daqueles que desejavam viajar, era ali a parada dos poucos ônibus que faziam linha para as cidades vizinhas.

Em Santo Antônio de Jesus a comercialização e o beneficiamento desses produtos penetravam a cidade, e parecia revestir suas formas, gerando grafias, impulsionando o seu crescimento. Prestavam-se a impulsionar e explicar expansões e “recuos”, ou seja, momentos em que parte do centro comercial organizado em função de um determinado produto, com a sua queda nos exportações brasileiras, se transformam em “áreas mortas”, se comparadas à dinâmica anterior, pelo fim da movimentação em torno dos estabelecimentos, ou até pelo abandono destes, reduzindo assim sensivelmente a circulação em determinadas área dando a impressão de recuo do zona comercial.

3.3 A Capital do Recôncavo

Apesar dessa denominação “A capital do Recôncavo” ter surgido possivelmente na década de 1990, não foram encontradas referências da sua origem. Como essa denominação costuma ser aplicada à cidade de Santo Antônio de Jesus em divulgação pela Internet têm-se a impressão que foi criada entre os internautas santantonienses para divulgá-la na rede e depois foi apropriada por outras mídias. E a Associação Comercial a divulga como “o comércio mais barato da Bahia”.

Neste momento, a denominação “Capital do Recôncavo” é apropriada para projetá-la nesta pesquisa, a partir de 1970 quando esta exibiu as transformações resultantes daquelas ocorridas no espaço regional, que se unem a uma série de medidas e ações no espaço urbano, pela articulação entre a Prefeitura e proprietários de terras urbanas A cidade ainda tinha o fumo como produto de comercialização, representado pelos diversos armazéns estabelecidos no centro da cidade.

Desde que se note um efeito, um indício, ele se faz vibração de uma causa, de uma ação qualquer, mesmo que projetada de fora. Assim ante a política nacionalista de

Vargas e os desejos de internacionalização do capital brasileiro, a sociedade brasileira transita do mundo rural para o urbano. Esse processo de urbanização modificaria inúmeros aspectos da vida social e econômica no Recôncavo. Assim é que Santo Antônio de Jesus angariou as benesses das modernizações tecnológicas ocorridas no Recôncavo baiano em meados do século XX.

O declínio dos produtos de exportação na Bahia ocasionou a perda progressiva da importância econômica e política do Recôncavo o que o levou a ocupar uma posição marginal na economia brasileira¹³². Este momento foi considerado por alguns como “retrocesso baiano” se comparada ao cenário nacional e pela não industrialização da Bahia. Assim, a perspectiva de superação passava pela criação de uma infraestrutura para sustentar a instalação de centros industriais tais como a criação de Banco de Fomento, empresas para fornecimento de eletricidade e telefonia, abertura e pavimentação de rodovias, associado à criação e instalação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) que viabilizou a execução das diretrizes econômicas.

A descoberta do petróleo na Bahia, a iniciativa estatal com a implementação da indústria petrolífera e das rodovias, a eletrificação do Recôncavo materializaram o planejamento econômico. Assim várias ações vieram de forma complementar: a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e instalação da Usina de Paulo Afonso (1950); a implantação da refinaria e campos da Petrobrás (década de 1950); Centro Industrial de Aratu – CIA (1967); a pavimentação da BR 101 (1970) e o Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC (1978).

A Petrobras, o CIA e o COPEC forçaram a abertura de estradas, geraram uma rede viária que interconecta diversas regiões, o que possibilitou uma maior circulação de bens, capital e serviços, e favoreceu o processo de urbanização. Por outro lado, essa industrialização acentuou o declínio de antigos núcleos sustentados pelas economias tradicionais e no anverso, a definição e reestruturação de outros, como “articuladores interregionais”, denominação trazida por Brandão, para cidades como Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus que se beneficiaram da estrutura viária, implantada neste período.

¹³² BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado. 1998. p 29-57

Assim, desde os anos de 1950 a cidade foi sendo modificada para atender as exigências que o desenvolvimento industrial impôs. Havia maior preocupação com infraestrutura, abertura e manutenção de estradas como indicado no livro Caixa de 1967 a 1969 e os Decretos e Leis no período¹³³, além é claro, da formação de uma estrutura de serviços, para os quais ainda não estava dotada.

Configuraram-se novos circuitos comerciais e de comunicações, processo que favoreceu Santo Antônio de Jesus pela sua localização geográfica e sua posição estratégica na malha rodoviária construída. Com a oferta de serviços urbanos, a partir dos anos 1950, alcançou um relevante crescimento urbano.¹³⁴

É neste contexto que se pode falar das reformas no centro da cidade, a expansão do tecido urbano, aumento no número de oficinas de reparo tanto automotivas quanto de eletrodomésticos, serviços contábeis e de escrituração, dentre outros.

A dinâmica regional, o declínio de áreas tradicionalmente ativas e a estruturação de novas, sob outros parâmetros vinculados as modernizações tecnológicas do país, impulsionaram a formação de fluxos migratórios, que foram interceptados pelas cidades que conseguiram se reajustar, incorporando-se à nova organização produtiva. Dentre os municípios destacados (Figura 13) Castro Alves, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas lideravam respectivamente com 46.727, 39.817 e 28.867 habitantes em 1970 e mantêm-se no *ranking* em 1985, contudo a malha urbana de Santo Antônio tem nesses 15 anos o maior crescimento populacional, aumentando em quase 23 mil a população local. Aratuípe e Conceição do Almeida perdem população, enquanto Muniz Ferreira foi o que teve menor crescimento.

¹³³ Decretos 001 de 13/02/1958; 017 de 07/11/60; 091 de 07/11/1961; 014 de 24/12/1966; 007 de 09/12/1967; 013 de 06/11/1968; 011 de 27/10/72; 082 de 29/05/1979; 093 de 11/04/1979, e Leis 004 de 12/10/1973; 014 de 12/09/1974

¹³⁴ QUADROS, op. cit, p 22

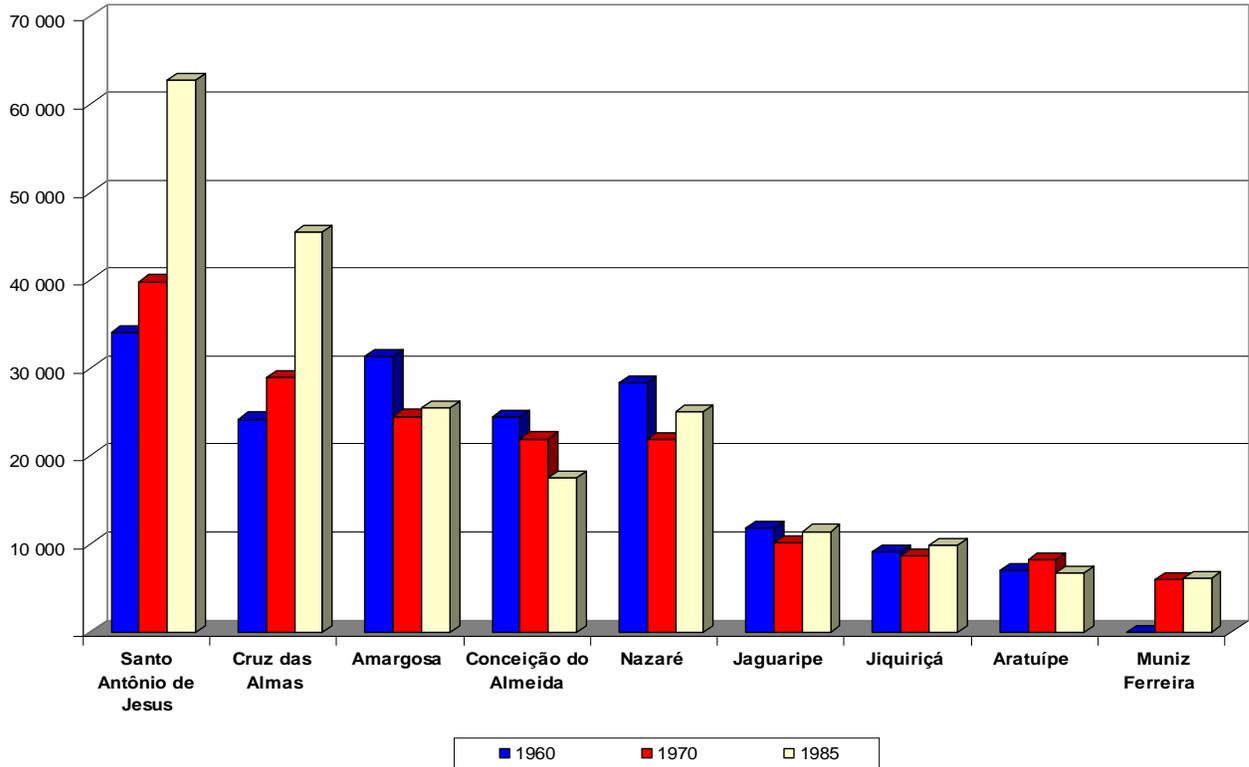


Figura 13– POPULAÇÃO - MUNICÍPIOS SELECIONADOS - RECÔNCAVO SUL – 1960/1970/1985
 Fonte: IBGE – Organizado por Ana Passos

Em síntese, a população de Santo Antônio de Jesus cresceu cerca de 52 mil pessoas entre 1970 e 2007 (Figura14). Possuía em 2007 um total de 84.256 habitantes, sendo que 73.312 mil pessoas residiam na área urbana. A população urbana passou de 21.032 habitantes para 73.312, sendo 40.023 homens e 44.230 mulheres, enquanto a área rural reduziu seu contingente de 11.983 habitantes para 11.121 no mesmo período. Com a taxa de urbanização 87,01%, Santo Antônio de Jesus superou mais uma vez a taxa do estado 58,91%. Portanto cabe considerar se a taxa de urbanização está relacionada com os fluxos populacionais da própria região ou do município.

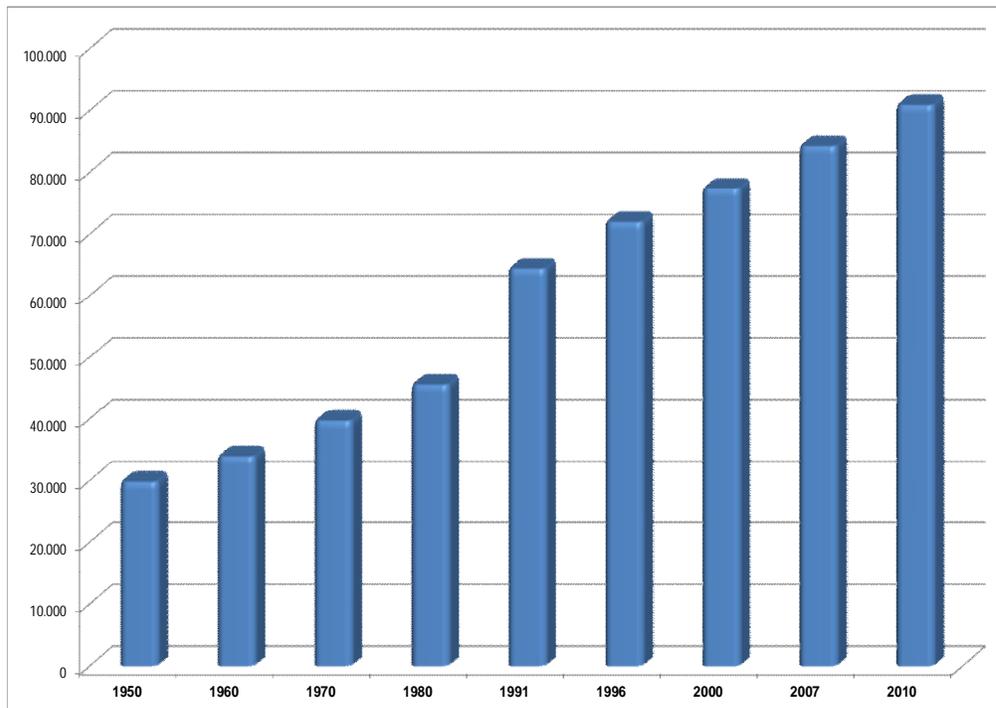


Figura 14 – CRESCIMENTO POPULACIONAL - SAJ – 1970-2010
 Fonte: PDU-SAJ / IBGE Organizado por Ana Passos

Segundo ainda os dados do IBGE, em 2007, a cidade recebeu um contingente populacional advindo das dinâmicas demográficas das grandes regiões do país. O maior fluxo veio da região Sudeste (57,1%), e em ordem decrescente vieram as regiões Nordeste (24,9%), Sul (8,7%), Centro Oeste (5,1%) e Norte (4,2%). Isto implica dizer que a cidade vem atraindo pessoas também de outras regiões do país. A taxa de pessoal ocupado (Tabela 7) evoluiu com certa regularidade de 2,6% para 17,5%. Cruzando os dados das Tabelas 6 e 7 vemos que o número de estabelecimentos aumentou em 2.149 mil de 1960 a 2008, enquanto o número de pessoal ocupado cresce de 451 para um total de 16.114 mil pessoas em 2008.

A maioria dos estabelecimentos em 2008 (54,4%) estava com atividades comerciais voltadas para reparação de veículos, e gerou 45,7% dos empregos do

período, seguida pela indústria de transformação (12,3%), que concentrava 20% da mão de obra ocupada. Quanto ao número de empregados as atividades administrativas e de serviços complementares ocupavam o terceiro lugar com 118 unidades e 469 empregos. Outro destaque é a área de saúde humana e serviços sociais com apenas 83 estabelecimentos e geravam 659 empregos.

Para uma cidade que a indústria nunca teve muito destaque, os dados da Tabela 4 sobre as de transformação merecem consideração. Santo Antônio de Jesus em 1970 apresentava apenas 42 unidades industriais que empregavam 382 funcionários. Em 2008 com 301 estabelecimentos ocupam 3.280 pessoas. As metalúrgicas devem se destacar devido sobretudo à construção civil. Outro elemento que deve ter contribuído para o crescimento do setor industrial foi a criação do Distrito Industrial no município.

A Indústria de Artefatos de Metais Ltda (INDAMEL), em funcionamento desde a década de 1970, registra atualmente novo impulso através de contratos firmados com a Odebrecht para a construção de postos de combustíveis em outros países, atualmente enviando para Angola homens e produção. Os sócios desta empresa procuraram investir em produções voltadas às necessidades da empresa. A dificuldade encontrada pela INDAMEL para adquirir forros duplos de PVC sob medida para o revestimento das estruturas metálicas do teto dos postos de combustíveis levou a criação da Indústria de Artefatos de Produtos Plásticos Ltda (Max Plast).

A produção dos forros de PVC, segundo o administrador da Max Plast¹³⁵, reduziu custos e a dificuldade na entrega do produto. A Max Plast criada em 2008, produz cerca de 600m por dia desse forro, em três turnos de trabalho, com 10 funcionários. A empresa vende para clientes nos estados da Bahia e Sergipe e tende hoje a ampliar a produção para outros produtos relacionados ao plástico.

¹³⁵ Leonardo Coutinho de Souza. Administrador. Entrevista /2010

Tabela 7– NÚMERO DE EMPRESAS E PESSOAL OCUPADO – SAJ – 2008

Classificação de atividades	Número de unidades locais	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal
		Total	Assalariado		
Santo Antônio de Jesus	2451	16565	13520	131357	2
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1330	7567	5895	42331	1,4
Indústrias de transformação	301	3280	2885	26581	1,7
Outras atividades de serviços	179	333	162	1030	1,2
Atividades administrativas e serviços complementares	118	469	346	2312	1,3
Saúde Humana e serviços sociais	83	659	523	4916	1,8
Alojamento e alimentação	82	495	383	2156	1,1
Educação	76	462	385	2928	1,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas	62	138	50	368	1,4
Construção	54	251	181	1355	1,2
Transporte, armazenagem e correio	51	374	295	3410	2,2
Informação e comunicação	37	123	80	979	2,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	28	192	159	5079	6
Artes, cultura, esporte e recreação	21	66	52	324	1,2
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	7	38	26	219	1,8
Atividades imobiliárias	7	22	10	59	1,1
Administração pública, defesa e seguridade social	6	1871	1871	33462	3,1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	5	146	139	894	1,2
Eletricidade e gás	3	69	69	2900	7,8
Indústrias extrativas	1	x	x	x	x

Fonte: Instituto Brasileiro de geografia e Estatística/2008

No que se refere à cidade especificamente, a malha urbana como um todo se ajusta e se molda nos contornos das formas expressas no terreno. Foi se desenhando entre áreas mais planas, na sua maioria de ocupação mais antiga, como o centro da cidade e suas principais vias de acesso que se originaram dos caminhos anteriormente aludidos e dos seus desdobramentos e outras mais recentes como o alto Santo Antonio, o Loteamento Sales, o Recanto dos Prazeres a invasão da Rádio Clube, com ondulações e ou acentuadas declividades. O tecido urbano expandiu-se sobre

[...]uma área de topografia predominantemente plana, com baixo nível de variação altimétrica, facilitando as edificações sem muitas exigências tecnológicas por parte das empresas e dos demais setores envolvidos com a construção civil¹³⁶.

Falar da formação do terreno faz emergir da memória a extração de argila e areia na zona leste da cidade nas décadas de 1970 e 1980. Nos terrenos que comportam hoje o conjunto habitacional Residencial Providência em Nossa Senhora das Graças e

¹³⁶ SANTOS, Miguel. 1999 p 77

no Mutum de Baixo (bairro Irmã Dulce) a população costumava retirar areia; e a argila era extraída das margens da atual Avenida Heitor Lyrio, das encostas do Calabar e do Loteamento Grande Vale. Essas áreas eram ainda fazendas, mas em grande parte cercada por pequenas casas e ocupavam grande parte dos quintais.

Esses materiais eram retirados para a construção de casas, tanto pelos próprios moradores, quanto por caçambeiros e carroceiros, que sobreviviam da extração e venda desses materiais. Era comum também ver a caçamba da Prefeitura sendo carregada nesses locais. Por conta disso, a paisagem ao redor foi se modificando, os altos paredões de argila se transformaram em pequenas elevações, transpostas hoje sem o mínimo de dificuldade e recuaram em relação à via. À medida também, que a mata era retirada para alimentar as indústrias de panificação e torrefação, olarias e as cozinhas das donas de casa, o solo que ficava exposto era automaticamente incorporado à área de extração. Houve em alguns momentos proibições, mas que eram sempre burladas.

A malha urbana comportava sítios também produtivos. Embora com o tamanho original bastante reduzido, ainda eram grandes terrenos. Entre 1970 e 1980 ainda era possível “fazer farinha” ou acompanhar o seu fabrico num sítio, cuja entrada se fazia pelo Cajueiro, rua Viriato Lobo, e que se estendia até a conjunto habitacional URBIS II, até então, uma grande fazenda; ou encontrar mandiocais no Loteamento Grande Vale ao lado do Fórum Desembargador Wilde Lima, no bairro do Andaiá e no São Benedito. São fragmentos daqueles sítios da fase inicial da cidade que foram envolvidos pela malha urbana, mas estavam sendo mantidos como áreas com atividades caracteristicamente rurais.

Mesmo com o passar do tempo houve, na demarcação dos lotes, o cuidado em manter um tamanho que possibilitasse a construção de casas amplas e uma grande área para servir de quintal. Era comum ir ao quintal e servir-se de jaca, banana, abacate, coco, siriguela, dentre outras frutas; ou colher de acordo à necessidade a folha medicinal indicada para o mal que o acometia. Raríssimas casas não possuíam quintal, cheio de alimentos, dos mais diversos, e se transformava em área de trabalho e “lazer” para crianças, jovens e adultos.

O Conjunto Habitacional Antonio Albuquerque, conhecido como URBIS I demorou para ser construído e depois de pronto ficou por anos abandonado por não se ter considerado um elemento importante para os possíveis moradores, a necessidade de casas grandes e espaçosas com quintais, onde normalmente trabalhavam e tiravam parte do seu sustento, numa cidade que não oferecia muitos empregos no comércio. Além disso, sua própria condição de trabalhador rural também dificultava ser absorvido no mercado de trabalho.

Isso decorre dos reflexos ainda da valorização que se tinha dos elementos naturais e da dependência para a sobrevivência, num grupo social em que eram comuns as grandes famílias com muitos filhos, muitos netos, que teriam de ser alimentados. Os quintais, mesmo quando demarcados, eram de certa forma coletivos pois serviam de fonte de alimento e lazer também para os vizinhos. Havia o partilhar do alimento com o outro, mesmo quando este não poderia fornecer algo em troca.

Hoje os terrenos reduziram de tamanho e os quintais já não servem mais para auxiliar na sobrevivência, nem como forma de ocupar o tempo e render um “dinheirinho”, com a produção ali disponível. Adquire outro significado, traz a força da proteção e o *status* de se ter a casa própria, mesmo que para acessá-la tenha que passar por dentro da casa paterna. Ou quando pensado antecipadamente, constrói-se, já disponibilizando área lateral para entrada das casas que serão erguidas nos “fundos” da casa principal, muitas vezes imitando a estrutura de condomínio com acesso restrito.

Na década de 1980, não mais o remodelamento do centro comercial era o objetivo primordial, era sim estruturá-lo também como centro de decisão e oportunizando a expansão do centro da cidade. É preciso orientar a expansão, o que já se tentava fazer desde a década anterior. Aqui e ali as desapropriações se faziam acontecer mantendo-se em terras dos referidos proprietários: terreno sob o qual se assenta a Legião Brasileira de Assistência e outros em derredor para a construção do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Jesus e o Centro de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado¹³⁷.

O fato ocorre, mas sem a instalação dos equipamentos, provavelmente por pressão do grupo e enfraquecimento da família Araújo perante os grupos existentes em

¹³⁷ Decretos 137 de 06 de Maio de 1980 e 138 de 06 de Maio de 1980.

ascensão. Esta década parece indicar a desvinculação da família, o fim de uma longa história de dominação na cidade. Esses terrenos servem hoje às festividades juninas, mas há acirrada disputa por parte de diversas instituições, inclusive a Prefeitura. O que se sabe hoje é que essas terras fazem parte do patrimônio da união. Assim ficam duas questões: estas terras, de fato, pertenceram a família Araújo? Como estas foram parar nas “mãos” da União?

Como dito o sentido da expansão torna a mudar. As doações de terras se voltam para o Loteamento Jardim Bahia, para instalação da sede da Justiça do Trabalho, do IAPSEB, da AMORC¹³⁸, UNEB, *Lions Clube*, o INSS e abertura de ruas, que apesar da existência de loteamentos, do Colégio Estadual Luiz Viana Filho e o Ginásio de Esportes ainda havia poucas casas. O Andaiá iria receber o Hospital Regional e o Terminal Rodoviário, enquanto o Barro Vermelho receberia o Distrito Industrial¹³⁹. Essa estratégia estimulava a instalação de moradores nos vazios entre o centro da cidade e esses bairros.

Ainda nestes anos, o olhar permanece nas extremidades da cidade, atento aos vazios entre o centro da cidade e os bairros mais distantes. O 14º Batalhão da Companhia da Polícia Militar foi instalado no Andaiá, a 4ª Diretoria Regional de Saúde no Alto do Sobradinho, próximo à Maria Preta. Na planta do projeto de construção do Hospital Regional já indicava o Andaiá como bairro sede. Vinham os equipamentos e com eles alguns serviços essenciais, calçamento e iluminação como atrativos. A ladeira da Maria Preta, o Loteamento Sobradinho e o largo São Benedito receberam calçamentos nesse período. O hospital regional inaugurado recentemente, na sua planta original que data deste período, indicava a sua localização no Andaiá, confirmando o exposto.

Após os anos 1990 os loteamentos formados no ou próximos ao bairro São Paulo realmente se concretizaram; depois que foi direcionada a instalação de diversos equipamentos públicos como o Fórum Desembargador Wilde Lima, o Complexo Policial, a 11ª CIRETRAN, o Instituto Médico Legal, a construção de conjunto

¹³⁸ Decretos respectivamente : 138 de 06 de Maio de 1980, 05 de 13 de Janeiro de 1987, 09 de 04 de Janeiro de 1988, 010 de 06 de janeiro de 1988, 011 de 04 de Junho de 1988, 012 de 15 de Agosto de 1988, 054 de 03 de Maio de 1989, 07 de 2 de Abril de 1992, 032 de 09 de Agosto de 1993, 454 de 05 de Agosto de 1993, 462 de 13 de Junho de 1993, 453 de 05 de Agosto de 1993

¹³⁹ Decreto 017 de 06 de Junho de 1994 e 23 de 9 de Agosto de 1994

residencial URBIS III, é que essas áreas vieram a ser amplamente ocupadas. Assim é plausível que o estabelecimento destas empresas estivesse relacionado, inicialmente, à distância necessária das áreas mais densamente povoadas, e ao mesmo tempo, à facilidade de acesso pela pavimentação da rodovia BA 046. O loteamento Grande Vale, até hoje, ainda possui vasto terreno desocupado.

Apesar de serem bairros caracteristicamente residenciais, o Santa Terezinha e o São Paulo, como dito anteriormente, atraíram o estabelecimento de indústrias voltadas para a fabricação de premoldados, artefatos de cimentos, e beneficiamentos de rochas. Além destas indústrias, a de fogos de artifícios e de móveis no Santa Terezinha e na avenida Antonio Carlos Magalhães, bairro São Paulo casa de materiais de construção, bomboniere, revenda de gás de cozinha, serrarias, fábrica de biscoitos, dentre outros foram se alojar.

À malha urbana foram acrescentadas novas áreas ajustando-se às necessidades de expansão impostas pelo crescimento populacional,

[...] a cidade, tal qual ela era, deixa de ser lugar adequado para a produção moderna, sendo necessário acrescentar outras áreas, técnicas e cientificamente construídas para responder, deliberadamente, a esses reclamos precisos. Isso se dá ao mesmo tempo em que novas vias de circulação têm que ser criadas para que a produção possa escoar rapidamente, num mundo em que a economia é cada vez mais uma economia de fluxos¹⁴⁰.

Esse efeito foi conduzido a uma certa afinidade entre objetivos e necessidades urbanas e grupos articuladores capazes de permitir que a expansão, a tangibilidade dos elementos, dos objetos que são a confirmação do “desenvolvimento” viesse ao encontro ou combinasse com interesses de famílias tradicionais, sem contudo revelar-se por inteiro.

Deste modo, algumas deduções são possíveis de serem feitas a partir da força política e do “mando” que assumiram as famílias que detiam as terras urbanas e estavam ligadas ao comércio e à política local. Concebendo que assim seja, os interesses de determinado(s) grupo(s) se oferecem como “potência oculta”, sobrepondo-se aos princípios da urbanização e das necessidades da cidade de Santo Antônio de Jesus

¹⁴⁰ SANTOS, Milton. 2009, p 46

Os agentes se ajustam e se adaptam a cada renovação produtiva, acrescentam novas áreas, destroem, constroem e reconstroem objetos, criam territórios, redefinem zonas, as vias de circulação são ampliadas, enfim, se preparam a cada momento histórico. O espaço urbano é reconstruído por que precisa responder aos reclamos na organização espacial. Sendo assim que

a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, recolocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo-social e econômico de determinadas áreas da cidade¹⁴¹.

Os proprietários das terras urbanas controlavam grande parte das relações comerciais e políticas em Santo Antônio de Jesus. Definiram inicialmente os sentidos de expansão ou de organização da cidade, concedendo quando conveniente, pedaços da terra em doação ou em acordos de desapropriação com o poder público, ou até mesmo estimulando investimentos particulares na área.

Podendo afirmar que quando as circunstâncias são favoráveis, as ocasiões apareciam inopinadamente e dela se tiravam proveito por convicção ou por provocações, reinvestindo-se do poder através das relações de influência historicamente reproduzidas. "O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações [...]"¹⁴², é assim que o tecido urbano de Santo Antônio constitui-se enquanto manifestação física num mosaico de domínios familiares, que dependendo da situação de mando, pode determinada área ser colocada em evidência e extremamente valorizada para o sentido de expansão da cidade.

Os atos administrativos assumem não raro o caráter de troca de favores e degeneram em descaso com o patrimônio público. Em 1996 foi doada à Igreja Caminho ao Deus Vivo um terreno com 622,96m² para a construção da sua sede. Dois anos depois já em período de devolução à Prefeitura, por não ter construído no terreno, é indicada em lei a abertura de crédito especial para pagamento de indenização à referida Igreja no valor de 20.000,00 pelo mesmo terreno. Resumindo, a Prefeitura ao

¹⁴¹ CORRÊA, op. cit, p 11

¹⁴² RAFFESTIN, op. cit, p53

invés de se apropriar novamente do terreno, uma vez que este não foi construído paga para tê-lo de volta sob o seu domínio¹⁴³.

Atenta-se para duas classes de agentes, os que produziam efetivamente a paisagem, a Igreja e o Estado, e os que a modelam, que lhe define novas cores, nova organização. Estes agentes em dado momento pareciam combinavam funções, ora agiam na produção abrindo novas ruas a partir da inserção de objetos, ou fazendo a incorporação de novas áreas; ora modelando, reorganizando, reestruturando dando nova função a determinadas áreas. A Igreja e o Estado sendo os produtores, passam a atuar em certa medida como modeladores, nas articulações, com comerciantes/proprietários de terras que por sua vez, agiam acrescentando novos lugares ao tecido urbano, e ajustando negociações conforme interesses, ou projetando elementos de acordo com os ideais de modernidade propagados na época.

Entretanto devemos considerar que naquele momento as forças de regulação do Estado já se faziam sentir através da Câmara de Vereadores, então comprovada a intervenção, era preciso avaliar quais fatores interferiam no crescimento e na organização da cidade e as relações produzidas pautadas nos interesses de grupos locais na disputa de poder. Desta forma os impulsos urbanísticos se por um lado ligavam-se às modernizações das cidades e aos avanços tecnológicos, comuns aos transportes, por outro lado ligava-se às manobras políticas, muitas vezes com parâmetros em desacordo com as necessidades locais.

Cada um deve estar atento aos detalhes que às vezes parecem não ser importantes. Desta forma os objetos demolidos, ou deslocados o são pela mesma força, intervenções voluntárias ou não, onde o “mando” foi exercido à revelia do governo local, ao se afigurar uma circunstância propícia para encontrar exatamente o lugar e o momento para secundá-lo, logicamente dentro de certos limites e no caso de serem tais ações ou situações julgadas úteis.

A capacidade econômica e de articulação política de grupos e de famílias era usada para tornar o governo local um auxiliar na impulsão da sua vontade, agindo de forma a conduzir ou limitar a expansão da malha urbana e a renovação do centro

¹⁴³ Lei 575 de 09 de Agosto de 1996 e no Decreto 016 de 12 de Junho de 1996 e a indenização na Lei 648 de 07 de Dezembro de 1998.

comercial da cidade. Entra-se assim numa outra ordem de idéias. Comprovada a intervenção do governo local, tratava-se de saber de que natureza provinha e de que forma se definiram na paisagem santantoniense.

Assim a estratégia historiográfica auxiliou na dissecação dessa paisagem e na revelação dos agentes (Igreja, Comerciantes e Estado) que a estruturaram. A formação e organização da urbe estão imbricadas por um jogo de forças que se materializou nas construções, na incorporação de novas áreas, na fragmentação do solo urbano, nos arranjos e rearranjos para construção de lugares e de outras territorialidades, na sobreposição de mandos entre Igreja e Estado, nas manobras políticas devido à alta concentração de terras e outros imóveis urbanos em mãos de famílias tradicionais.

DA CONFLUÊNCIA DOS CAMINHOS ÀS RESPOSTAS

Nesta pesquisa as paisagens, bem diferentes das que o olhar alcança, acompanharam o núcleo urbano de Santo Antônio de Jesus, adquiriu outras facetas, outros sentidos, outras nuances percebidas na articulação do jogo econômico e político. A intenção foi transpor os limites do visível e projetá-la entre a materialidade física da cidade e as forças que a conduziram. Por conseguinte vê-la formar-se e expandir-se absorvendo sítios, fazendas, áreas de afloramentos hídricos e escondendo vastas áreas reservadas ao capital imobiliário.

A única prescrição, a rigor obrigatória, era que esse estudo possibilitasse o reconhecimento desta cidade fazendo-a emergir sobre outro aspecto, que não o do apelo comercial cantado e exaltado pela mídia. Não a acabamos de ver. Ficaram algumas observações incompletas, quanto à formação de bairros e ruas, as relações com outros proprietários de terra, incorporações de equipamentos que como bem se compreende é um vasto campo a ser explorado. Novo olhar, novos arranjos, novas circunstâncias, o conduzirão.

Decerto quando são apontados efeitos, ou as relações obtidas a partir de um fato, não se colocou como verdade absoluta porquanto esta transita principalmente pela possibilidade de acesso a outras fontes de informação que podem remeter a outras organizações, outros raciocínios, outras conclusões. Todavia por esse ângulo a forma da cidade aparece revestida por um jogo de influência, esta contrai-se em derredor de uma Igreja que apesar de marcar sua origem, dando-lhe vida, fez a distribuição inicial das terras, mas parece isentar-se do seu papel, contudo em determinados momentos esta se reveste da autoridade instituída para reverter situações contrárias.

Entretanto não se pode atribuir apenas à Igreja a responsabilidade pela concentração comercial no seu entorno, ano após ano. Forçoso será atribuí também esta responsabilidade à concentração de terras urbanas, nas mãos de famílias tradicionalmente ligadas à política e economia local. Estas eram cedidas paulatinamente de modo a garantir poder de barganha e alta valorização, além de rendimentos permanentes anuais. Controlando os imóveis na praça principal e

arredores controlava-se a expansão do centro comercial e garantiria seu “lugar” na política e nas decisões locais, mesmo que ali já não residisse.

Quanto aos demais agentes, a estes não faltam importância e em alguns momentos foi possível convocá-los simultaneamente, na produção da forma física da cidade. Esses fatos observados não diferem entre si, mesmo tendo motivações divergentes. Os fins, neste caso, justificavam os meios e reclamou uma combinação especial para isolar-se quando necessário, ou gerar movimento para que fossem vistos. Outros se apoderaram dos fatos conduzindo-os a seu próprio benefício. Isto é o que está escrito na história pelos documentos oficiais, decretos e leis.

Mas, singularmente se equivocariam, aqueles que supusessem o desprezo destes fatos e dos dados organizacionais dos fluxos que estruturaram os territórios e a paisagem urbana. Como explicitado, as intervenções foram manifestas em decretos e leis municipais, em momentos diversos, caracterizando situações dúbias. Os exemplos trouxeram melhor compreensão das coisas que ocorriam nos bastidores, alinhando poderes locais políticos, econômicos e religiosos.

Essa forma de exposição ofereceu a vantagem de apresentar em “cores” bem definidas a ordem das “coisas” e examinando a escrita da cidade chegar aos elementos que compõem a paisagem. Mas haveria algo de ilógico se não estabelecesse uma conexão entre as informações obtidas em documentos oficiais sobre a posse, doação e desapropriação de terras urbanas com o processo de urbanização da cidade.

A cidade apresenta um caráter “especial” revelado na ocupação e uso da terra urbana. As terras urbanas e outras sobre as quais o tecido urbano deveria expandir-se estavam concentradas nas mãos de políticos, extremamente atuantes, mas que também dominavam parte do comércio local. A cada administração, através de diversos recursos, a expansão da cidade se dava sobre as terras ou do prefeito ou do seus aliados, valorizando-as ainda mais. Isto parece perdurar de forma bastante evidente até pelo menos a década de 1980.

Se fora dos “esquemas” políticos “formais” do momento, imperava as artimanhas como indica a decisão de Aprígio Alves de construir nas suas terras, fora do centro comercial de então, um armazém de fumo forçando a expansão da cidade para o lado norte, impedindo parcialmente a continuação sob terras da família Araújo. As manobras

às vezes sutis, doutras bastantes claras acompanharam as diversas administrações. Quando perdia-se na expansão, ganhava-se no seu processo de reorganização, como é extraído dos decretos e leis referentes as desapropriações que foram citadas aqui no texto. Foi assim que Santo Antônio de Jesus se constituiu enquanto manifestação física num mosaico de domínios familiares, que dependendo da situação no poder local, podia determinada área ser colocada em evidência e extremamente valorizada para o sentido de expansão da cidade.

Muitas ações eram conduzidas pelo prefeito do período, suavizando o jogo de interesses, uma vez que a ação do poder público invoca uma força que produz a idéia e o sentido de bem comum, de algo que é feito em nome de todos e por todos, disfarçando interesses outros na ação. Em cada uma destas ações, há um mundo de permeio, de interesses difusos, que na mesma medida que provocava a sua realização, a tornava invisível, ou a colocava como situação isolada num contexto isento de premeditação, ou que exigiu o concurso de circunstâncias especiais.

O município passou por reestruturação econômica e da rede viária sem grandes alardes, ampliou seu mercado consumidor, anexando pelas transformações regionais, aqueles que em estagnação terminaram por impulsionar o crescimento desta cidade. Tanto o café, quanto o fumo tiveram papel essencial na ampliação do centro comercial, por isso o seu declínio na economia local sinalizava novos recuos nas circulações diárias, como também devido à especialização das áreas, essas ficavam isoladas ou parcialmente sem função. Outros elementos estabelecidos, embora poucos, garantiriam que essas áreas não se transformassem em "ruas fantasmas" pela ausência de circulação.

A materialização de objetos e seu "desaparecer" no tecido urbano pareciam acontecer sob a influência da mesma força. Mas só o poder econômico não responde, nem elucida a configuração urbana, mas o jogo político se manifesta admiravelmente dando relevo às ações, qual sombra em um quadro. O governo em outros momentos agia direcionando instituições principalmente públicas para a área que se pretendia ocupar. Isso aconteceu principalmente nos anos 1980, quando do estabelecimento de órgãos como a 4ª Dires, o Complexo Policial, o Fórum, a UNEB, e Delegacia do Trabalho.

Desta forma Santo Antônio de Jesus presta-se a todas as metamorfoses, de acordo com a vontade a que sobre ela agiu e age. Sua natureza íntima ainda é desconhecida sem dúvida, veio à superfície algumas de suas propriedades postas em movimento pela história. As intermitências foram manifestas nos momentos de crise, como marco probante da capacidade produtiva articulada na diversificação agrícola, assim como na e da cidade que a sustentou nos momentos críticos e acelerou a sua recuperação.

A combinação de fluxos, devido às estradas e aos transportes que lhe oferece particularidade notável na região, foi necessária para desenhar a fluidez regional, como também a intra-urbana, favorecendo a concentração e o desenvolvimento das relações comerciais e de serviços. Esses feixes se constituíram pela utilidade da materialização das interações com o entorno, nos processos de distribuição de bens e serviços.

A formação e organização da urbe, como dito anteriormente, estão imbricadas por um jogo de forças que se materializou nas construções, na incorporação de novas áreas, na fragmentação do solo urbano, na sobreposição de mandos entre Igreja e Estado, nas manobras políticas, devido à alta concentração de terras e outros imóveis urbanos em mãos de famílias tradicionais. Neste contexto, o núcleo urbano de Santo Antônio de Jesus se desenvolve numa combinação de desigualdades que se espacializa, num emaranhado de estratégias que permitiram a incorporação neste espaço, de ações relativas a investimentos públicos, e implantação de aparelhos do Estado, direcionando a ampliação da malha urbana e refletindo na diferenciação de áreas.

As dimensões econômicas e de mando expostas no transitar das escalas contribuíram para compreensão da dinâmica urbana, permitindo obter a extensão das ações dos agentes locais/regionais nas suas articulações, bem como observar outros agentes externos na organização do espaço urbano. A passagem das escalas permitiu ver a densidade e a complexidade forjada na multiplicidade de interesses coexistentes.

FONTES

ORAIS:

<p>Maria Tereza de Miranda, professora aposentada , Rua Chile. Santo Antônio de Jesus. BA</p>
<p>Angélica Ferreira Santos, dona de casa. 52 anos. Lot. Marita Amâncio 118. Santo Antônio de Jesus. BA</p>
<p>Ivanildo Meira da Silva, Técnico em Eletrônico. 59 anos. Rua Monsenhor Francisco Manoel da Silva</p>
<p>Gilberto Néri , Guarda Municipal e sapateiro, trabalha nas Quatro Esquinas a mais de 40 anos, Rua Soter Barros</p>
<p>Gelson Correia de Souza, Chefe de Cadastro da 11ª CIRETRAN e líder comunitário, bairro São Paulo</p>
<p>Martim José Souza Borracheiro, trabalha a quase trinta anos no posto Redenção, próximo as Quatro Esquinas. Rua da Independência</p>
<p>Conceição Barros, Gerente Geral da Comercial de Ferragens São Luis, Centro</p>
<p>Carlos Reis Agnis , escritor santantoniense e presidente da Filarmônica Carlos Gomes. Av. Juracy Magalhães</p>
<p>Arlindo Ambrosio de Souza topógrafo, trabalhou na abertura das BAs 046 e 001, residente na rua da Salgadeira</p>
<p>Augusto Soares da Silva um dos feirantes mais antigos em SAJ, praça Duque de Caxias</p>

Ailton José dos Santos Vereador de SAJ pelo PT, foi presidente do Sindicato dos Comerciantes de Santo Antônio de Jesus
Gorgonio Oliveira empresários de Santo Antônio de Jesus, sócio em diversas empresas lojas de departamentos, supermercados, metalúrgica, dentre outras
Maria Raimunda dos Santos funcionária do arquivo público municipal, ex-gari
Maria Tereza de Miranda professora da rede estadual de ensino, aposentada
José Santos Vieira (Zeca Vieira) ex-comerciante, ex-vereador de SAJ
Antonio Godofredo Santos, Mestre de obras, acompanhou a construção de diversos equipamentos na cidade,
Carlos Ferreira Sobrinho funcionário aposentado da COELBA
D. Célia da Silva Santos, Ministra da Eucaristia da Paróquia de São Benedito

ESCRITAS:

a) Jornais

Jornal	Locais	Período
O Palládio	Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus	1921 a 1952
O Detetive	Arquivo Particular	1950 a 1951
A Voz das Palmeiras	http://mennochio.spaces.live.com/ 01 de Março de 2010	21/08/1953 17/01/1954

b) Leis, Decretos e Atas

Livro	Local	Período
Livro de Leis e Decretos	Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus	1948, 1967, 1969, 1972, 1975, 1977. 1978, 1980, 1963, 1987, 1988, 1989, 1992, 1993, 1994, 1996, 1998,
Livro de Atas	Arquivo da Câmara de Vereadores	1969

a) Fotográficas

Fotografias
Paisagem da rua Ruy Barbosa - entre 1920 e 1930 – Arquivo particular Tau Tourinho
Feira livre na praça Padre Matheus – Santo Antônio de Jesus – década de 1940

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo. **Memórias de um pária**. Salvador: Adipro, 2006.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A manufatura do fumo na Bahia**. Dissertação de Mestrado. Departamento de economia. Campinas:UNICAMP, 1983

ALVES, Isaías. **Matas do Sertão de Baixo**. Rio de Janeiro: Ed. Riper. 1967.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

_____, **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.1997.

ASSIS, Cristina da Anunciação da Silva. **Os trabalhadores dos armazéns de fumo Santo Antonio de Jesus: 1970-1980**. 2004. 54f. Monografia de Pós-graduação em História Regional. UNEB/ Campus V, Santo Antônio de Jesus. 2004.

BAHIA, **Plano Diretor da Recursos Hídricos** – Bahia: Relatório Síntese – SRH. GEOHIDRO; HYDROS. 1995.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780 -1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BEZERRA, Márcia Gonçalves. **Análise Sócio-Ambiental da porção urbana do Rio Mutum, Santo Antonio de Jesus Bahia**. 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Departamento de ciências humanas - Campus V, UNEB, [2007].

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado.1998. p 29-57

CAMPOS, Luis. **Crônica Minhas Férias em Nazaré** (Parte II). Disponível em http://revistacegoavista.blogspot.com/2009/10/minhas-ferias-em-nazare-parte-ii_13.html. 2009 , Acesso em Outubro/ 2009.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____, Análise Geográfica e o Problema Epistemológico da Escala. **Anais do I Workshop de Geociências**. Volume 15. 1992. UFRJ http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1992/vol_15_21_26.pdf. Acessado em 23 de Setembro de 2009.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (org.) Paisagens. **paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p13-74

_____. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Ática. 1995.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p.92-123

DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível: a epidemia do Cólera na Bahia em 1855-56**. 1993. 173f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFBA [1993].

FERNANDES, Rosali Braga; SANTO, Sandra Medeiros; SILVA, Nívia Maria Baeta da. **Zoneamento Ambiental dos municípios de Santo Antônio de Jesus e de Varzedo – Ba**, utilizando o geoprocessamento como recurso para análise. Sitientibus. Feira de Santana. n. 26. 2002.

HEROLD, Marc W. Entre o Açúcar e o Petróleo: Bahia e Salvador, 1920-1960. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano IV. Nº 42. 2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/042/42cherold.htm>. Acesso em Jun. 2010.

HOLZER, Werther. Paisagem Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p.149-168

JESUS, Elenildo Café de. **Mudanças na paisagem física e social associadas à ferrovia Estrada de Ferro de Nazaré no Vale do Jequiçá**. 2007. 81f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Santa Cruz. [2007].

LE GOFF, Jacques. História. **História e memória**. Campinas: Unicamp. 1994.

LINS, Robson Oliveira. **A Região de Amargosa: Transformações e Dinâmica Atual (Recuperando uma contribuição de Milton Santos)**. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. UFBA [2007].

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, Amélia Luisa. CARLOS, Ana Fani Alessandri. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2ª edição. São Paulo:Contexto. 2001.p 214-220

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp Nobel. 1989

_____. **Cidade no Brasil: Terra de Quem?**. São Paulo: Edusp Nobel.1991.

- MOREIRA, Ruy. **As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades**. UFF. 2006. Disponível em www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/.../50 - Acesso em setembro 2007.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no século XIX**. 2002. Salvador .UNEB.. 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Bomtempo editorial. 2003
- PINTO, L.A. Costa. Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. IN: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado. 1998, pp 101-183 [1958]
- QUADROS, Edilma Oliveira Souza. **Transformações na cidade: vivências urbanas em Santo Antônio de Jesus- Ba: 1950-1970**. 2009.153f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia. 2009.
- QUEIROZ, Fernando P. **A Capela do Padre Matheus**. Feira de Santana: Sagra. 1995.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993
- _____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. 2009
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, 4 edição: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p 93-101
- SACRAMENTO, Cleivaldo de Almeida. **Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul: Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedades. 1879 – 1910**. 2007. 198f. Dissertação (Mestrado em História). UFBA.
- SALES, Geraldo Pessoa. **Santo Antonio de Jesus 1965: A cidade que encontrei**. Santo Antônio de Jesus: Gráfica Real. 2006.
- SANTA INÊS, Antônio Leal de. **As Estradas da Esperança**. São Paulo: Clube do Livro, 1982.
- SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. **Vidas nas Fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia Santo Antonio de Jesus 1948-1971**. 2007. 225f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional).Campus V- UNEB. [2007].
- SANTOS, Miguel Cerqueira. **O dinamismo urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antonio de Jesus**. Ed. UNEB. Salvador. 1999.

SANTOS, Milton (coord). **A Região de Amargosa. Bahia**: Comissão de Planejamento Econômico, Salvador, 1963.

_____. **Por uma economia política da cidade**. 2 ed. São Paulo: Edusp. 2009. [1994]

_____. **Técnica Espaço Tempo Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Edusp. 1994.

_____. A Rede Urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. de Azevedo (org). **Recôncavo da Bahia**: Sociedade e economia em transição. Salvador. Fundação Casa de Jorge Amado. ALB; UFBA. 1998.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo/ razão e emoção. São Paulo: Unesp. 2006.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5a edição. Edusp. São Paulo. 2007. [1982]

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade, Florianópolis. **Geosul**: v.22, n.43, p55-76, jan/jun.2007.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. A Abordagem Territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. COSTA, Benhur Pinos da. PIRES, Cláudia Luisa Zeferino. UEDA, Vanda (org). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: ULBRA / UFRGS 2008.

_____. Por uma abordagem territorial. IN: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Sáverio (org). **Território e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos São Paulo : Expressão Popular. 2009.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1993

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 2002.

_____. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET.M.A; SPOSITO, Eliseu

Savério.(org) **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo:Expressão Popular. 2009

SPINOLA, Noelio Dantaslé; SPINOLA, Carolina de Andrade (coord) **Diagnóstico de Municípios**: Nazaré. Salvador: Kanzeon,1998

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Ed.Companhia das Letras.1995.

VALADÃO, Hélio. **Santo Antonio de Jesus**:sua gente e suas origens. Santo Antonio de Jesus: Ed. Academia de Letras do recôncavo. 2005.

VASCONCELOS, Pedro A. Os Agentes modeladores de Salvador no período Colonial. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano II nº 3. Salvador. Janeiro/2000. p. 67-73

_____. As questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geo Textos**. Vol 5. nº 2. p 154-155. Dez/2009

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB. 1991.

YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p.11-27

ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovia e rede Urbana na Bahia**: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do recôncavo e sudoeste baiano (1870 -1930). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. 2001.